



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA
CURSO DE MESTRADO**

**GÊNEROS E SEXUALIDADES EM UMA ESCOLA CONFSSIONAL: A
CONSTRUÇÃO DAS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO CATÓLICA.**

LUIZ DOS SANTOS MATTOS JÚNIOR

CARUARU

2024

LUIZ DOS SANTOS MATTOS JÚNIOR

**GÊNEROS E SEXUALIDADES EM UMA ESCOLA CONFSSIONAL: A
CONSTRUÇÃO DAS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO CATÓLICA.**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste na Linha de Pesquisa Educação e Diversidade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda.

CARUARU

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Mattos Júnior, Luiz Dos Santos.

Gêneros e sexualidades em uma escola confessional: a construção das diferenças na educação católica / Luiz Dos Santos Mattos Júnior. - Recife, 2024.

104p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste - CAA, Pós graduação em Educação Contemporânea.

Orientação: Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda.

Inclui Referências e anexos.

1. Pós - Estruturalismo; 2. Gêneros; 3. Sexualidades; 4. Escola Confessional; 5. Análise do Discurso. I. Miranda, Marcelo Henrique Gonçalves de - Orientador. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CDD 370

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA
CURSO DE MESTRADO**

**GÊNEROS E SEXUALIDADES EM UMA ESCOLA CONFSSIONAL: A
CONSTRUÇÃO DAS DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO CATÓLICA.**

Apresentado por: Luiz dos Santos Mattos Júnior

Caruaru- PE, 26 de fevereiro de 2024

**PROF. DR. MARCELO HENRIQUE GONÇALVES DE MIRANDA
(PPGEDUC/UFPE)
(Orientador)**

**PROF^a. DR. LUCINALVA ANDRADE ATAÍDE DE ALMEIDA
(PPGEDUC/UFPE)
(Membro interno)**

**PROF. DR. FIDEL MAURICIO RAMÍREZ ARISTIZÁBAL
(UNIVERSIDAD EL BOSQUE – COLOMBIA)
(Membro externo)**

SIGLAS

AD – Análise do Discurso

CAA – Centro Acadêmico do Agreste.

CDD – Católicas pelo direito de decidir.

CEC – Congregação para a Educação Católica.

CELAM – Conselho Episcopal da América Latina e Caribe.

DDH – Declaração dos Direitos Humanos.

ECC – Escola Confessional Católica.

EDH – Educação em Direitos Humanos.

GNRC – Global Network of Rainbow Catholics – Rede Global de Católicos Arco – íris.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira.

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexual, Assexual e muitas outras sexualidades existentes.

MESP – Movimento Escola sem Partido.

ONU – Organização das Nações Unidas

PEG – Pacto Educativo Global

PPGEduC – Programa de Pós – Graduação em Educação Contemporânea.

PSC – Partido Social Cristão.

SEGS – Grupo de Pesquisa Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

AGRADECIMENTOS

Ser grato é sempre um ato benéfico!

Gostaria de iniciar esses agradecimentos pela Força Motriz geradora e mantenedora da Vida em todo o cosmo, que muitos chamarão de Deus, Divino e todas as suas potencialidades.

A minha mãe, D. Lia, pelo incentivo e investimento em minha educação desde bebê. Por sempre acreditar que eu poderia chegar sempre mais longe e pelas palavras de sabedoria, experiência e fé. Aí está...sigo caminhando!

Ao meu queridíssimo orientador, Prof. Dr. Marcelo Miranda (**PPGEDUC/UFPE**), ao qual tenho grande admiração e respeito pelo seu saber generoso, jeito acolhedor, sensível e humano. Quando eu crescer, quero ser igual a você!

A Prof^a. Dr^a. Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida (**PPGEDUC/UFPE**), ao Prof. Dr. Fidel Ramírez (Universidad El Bosque – Colômbia), ao Prof. Dr. André Luiz (**PPGEDUC/UFPE**), pela generosidade e sensibilidade ao partilhar comigo as suas observações e impressões sobre esse trabalho de pesquisa.

Aos meus queridos amigos e participantes desta pesquisa. A todas vocês que acreditaram na proposta deste trabalho, que entenderam a potência do estudo e que se dispuseram a compartilhar comigo suas experiências tão caras de vida, meu muitíssimo obrigado!

Aos meus amigos Perycles Macedo, Rivaldo Mendes e Filipe Silva, pelos socorros e orientações, que ao longo do tempo foram se transformando em uma bela, rica e duradoura amizade.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por sua interiorização, com a unidade do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), que me proporcionou cursar o mestrado no meu lugar de origem.

No mais, diante da real impossibilidade de nomear cada uma, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, caminharam comigo ao longo desta jornada de mais de dois anos. Muito obrigado!

RESUMO

A pesquisa intitulada “Gêneros e Sexualidades em uma Escola Confessional: A Construção das Diferenças na Educação Católica”, vincula-se à linha Educação e Diversidade do Programa do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Essa pesquisa fez um caminho no terreno educacional confessional católico situando as discussões sobre os gêneros e as sexualidades, com o objetivo geral de compreender as formações discursivas materializadas nos enunciados dos discursos sobre avanços, recuos e vivências educacionais da Escola Confessional Católica (ECC), acerca das temáticas de Gêneros e Sexualidades na Educação Cristã. Para tanto, como objetivos específicos, propomo-nos: a) Identificar as principais formações discursivas na escola católica sobre gênero e sexualidade; b) Elencar os silêncios no cotidiano da escola católica para negligenciar e ou ocultar o gênero e a diversidade sexual em seus espaços educacionais; c) Analisar os discursos e suas formações presentes nas falas dos professores/as homossexuais e bissexual referente às questões de diversidade sexual e LGBTfobia em sua atuação profissional e d) Mapear os sentidos que estão presentes no enfrentamento à LGBTfobia com professores/as a partir da perspectiva da análise do discurso foucaultiana. Para alcançar os objetivos, em nossa abordagem teórica-metodológica, ancoramos no Paradigma Pós-estruturalista, que nos inscreve no jogo de disputas por significação tomando as discussões em torno dos gêneros e das sexualidades na Escola Confessional Católica como formação discursiva, em uma perspectiva vinculada à análise do Discurso foucaultiana e da perspectiva de corpo, gênero e sexualidade como não essencialista nem ontológica. Ressaltamos que utilizados a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dado. Entendemos nossa pesquisa se justifica e vem agregar tanto à comunidade acadêmica, visto que, no espaço acadêmico são articulados diferentes caminhos para a pesquisa em educação; como também na defesa de um cotidiano educacional mais plural e democrático atendendo a todos os grupos que compõem a sociedade brasileira, principalmente os grupos subalternizados como os heterodissidentes. Nas falas dos/as entrevistados/as ficaram evidentes como os enunciados se materializam nas vidas das pessoas que fazem a Escola Confessional Católica, e como essa escola, enquanto formação discursiva religiosa controla e regulamenta a produção dos discursos dentro e fora da Instituição. Assim, seguindo a lógica foucaultiana e de muitos outros pensadores, a escola ainda hoje se mantém como uma instituição reguladora dos discursos, para a manutenção da ordem cis-heterossexual estabelecida. Na Escola Confessional Católica, esse discurso assume dimensões maiores de verdade, visto que os discursos proferidos hegemonicamente nessa instituição estão vinculados a uma formação discursiva religiosa que produz enunciados que, por sua vez, materializam uma inteligibilidade estrutural, entre ditos e não ditos, de uma cis-heterossexualidade ontológica. Assim, contribuir para o campo de produção do conhecimento da educação, escola confessional, gênero e sexualidade sob a perspectiva pós-estruturalista via análise do discurso e teoria de gênero e sexualidade é uma possibilidade de avançar nos estudos sobre a temática, assumindo que a realidade é sempre já discursiva, assim, não há nada na experiência humana que escape ou que não seja constituída e atravessada pelos processos discursivos que produzem, sedimentam e/ou deslocam a realidade.

Palavras chaves: Pós-Estruturalismo, Gêneros, Sexualidades, Escola Confessional, Análise do discurso.

RESUMEN

La investigación titulada "Géneros y Sexualidades en una Escuela Confesional: La Construcción de las Diferencias en la Educación Católica", está vinculada a la línea Educación y Diversidad del Programa del Programa de Posgrado en Educación Contemporánea del Centro Académico Agreste (CAA), de la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE). Esta investigación hizo un recorrido en el campo educativo confesional católico, situando las discusiones sobre géneros y sexualidades, con el objetivo general de comprender las formaciones discursivas materializadas en los enunciados de los discursos sobre avances, retrocesos y experiencias educativas de la Escuela Confesional Católica (ECC), sobre los temas de Géneros y Sexualidades en la Educación Cristiana. Para ello, como objetivos específicos, proponemos: a) Identificar las principales formaciones discursivas en las escuelas católicas sobre género y sexualidad; b) Enumerar los silencios en la vida cotidiana de las escuelas católicas con el fin de descuidar y/o ocultar la diversidad sexual y de género en sus espacios educativos; c) Analizar los discursos y sus formaciones presentes en los discursos de docentes homosexuales y bisexuales respecto a temas de diversidad sexual y LGBTfobia en su desempeño profesional y d) Mapear los significados que están presentes en el enfrentamiento a la LGTBfobia con el profesorado desde la perspectiva del análisis del discurso foucaultiano. Para lograr los objetivos, en nuestro enfoque teórico-metodológico, nos anclamos en el Paradigma Postestructuralista, que nos inscribe en el juego de disputas por el sentido, tomando las discusiones en torno a géneros y sexualidades en la Escuela Confesional Católica como una formación discursiva, en una perspectiva vinculada al análisis del Discurso Foucaultiano y la perspectiva del cuerpo, el género y la sexualidad como no esencialista u ontológica. En las declaraciones de los entrevistados, se evidenció cómo los enunciados se materializan en la vida de las personas que integran la Escuela Confesional Católica, y cómo esta escuela, como formación discursiva religiosa, controla y regula la producción de discursos dentro y fuera de la Institución. Así, siguiendo la lógica de Foucaultian y de muchos otros pensadores, la escuela sigue siendo hoy en día una institución que regula los discursos, para el mantenimiento del orden cis-heterosexual establecido. Na Escola Confessional Católica, esse discurso assume dimensões maiores de verdade, visto que os discursos proferidos hegemonicamente nessa instituição estão vinculados a uma formação discursiva religiosa que produz enunciados que, por sua vez, materializam uma inteligibilidade estrutural, entre ditos e não ditos, de uma cis-heterossexualidade ontológica. Así, contribuir al campo de producción de conocimiento de la educación, la escuela confesional, el género y la sexualidad desde la perspectiva postestructuralista a través del análisis del discurso y la teoría del género y la sexualidad es una posibilidad de avanzar en los estudios sobre el tema, asumiendo que la realidad es siempre ya discursiva, por lo tanto, no hay nada en la experiencia humana que escape o que no esté constituida y atravesada por los procesos discursivos que producen, sedimentar y/o desplazar la realidad.

Palabras clave: Postestructuralismo, Géneros, Sexualidades, Escuela Confesional, Análisis del Discurso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. O CENÁRIO DAS PESQUISAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL EM GÊNEROS, SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO CATÓLICA	22
3. CONCEITUANDO GÊNEROS, SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO CONFSSIONAL CATÓLICA.....	41
3.1 Gêneros.....	42
3.2 Sexualidades.....	47
3.3 Escola Confessional Católica	52
3.4 Educação, Gêneros e Sexualidades	55
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	60
4.1 Técnicas de Coleta de Dados.....	66
4.2 Delimitação e Local de Pesquisa.....	68
5. DANDO VIDA E AMPLIFICANDO AS VOZES DA PESQUISA POR MEIO DA ANÁLISE DO DISCURSO FOUCAULTIANA	69
5.1 Identificando as principais formações discursivas na escola católica sobre gênero e sexualidade.....	71
5.2 Elencando os silêncios no cotidiano da escola católica para negligenciar e ou ocultar o gênero e a diversidade sexual em seus espaços educacionais.....	73
5.3 Analisando os discursos e suas formações discursivas referente às questões de diversidade sexual e LGBTfobia em sua atuação profissional.....	77
5.4 Mapeando os sentidos que estão presentes no enfrentamento à LGBTfobia... 80	80
5.4.1 A LGBTfobia naturalizada na Escola Confessional.....	84
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
8. ANEXOS	99

1. INTRODUÇÃO

Com os avanços nas linhas de pesquisas educacionais, a nossa sociedade e todos que fazemos educação estamos sendo conclamados a rever nossas posturas em busca de uma sociedade mais justa, fraterna e equitativa em que haja o respeito às diferenças e as possibilidades humanas nas suas diversas e distintas áreas. A escola, seja ela laica ou confessional, no nosso caso nos deteremos à Escola Confessional Católica (ECC), não foge dessa norma visto que, estar inserida num contexto social de mudanças políticas e de uma nova reestruturação educacional.

O estudo em foco é desenvolvido na linha de pesquisa Educação e Diversidade do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEduC), do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e no grupo de pesquisa Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade (SEGS) e tem objetivo geral Compreender as interdiscursividades materializadas nos enunciados dos discursos sobre avanços, recuos e vivências educacionais da ECC, acerca das temáticas de Gênero e Sexualidade na educação cristã.

Meu primeiro contato com os estudos de educação, gênero e sexualidade veio no ano de 2018. Quando pensando em fazer mestrado, e buscando um tema que tivesse relevância para mim e para outras pessoas, e com a ajuda de um amigo, comecei a ler e fazer reflexões sobre a temática. Fiquei muito empolgado, porque pela primeira vez em minha vida me sentia incluído e contemplado nessas reflexões. Fui apresentado às ideias de Guacira Louro, Judith Butler e Foucault. Por meio dessas pensadoras e desse pensador, deparei-me com o conceito de inteligibilidade dos corpos. Essa inteligibilidade é problematizada uma vez que existe a necessidade de reafirmar uma lógica ficcional entre sexo/corpo, gênero, sexualidade/desejo que se materializa nos sentidos atribuídos ao corpo.

A partir desse contato, houve a reflexão sobre esta lógica que transpassa cada corpo e materializa a performatividade do sexo, do gênero e da sexualidade, pois, apesar da leitura do meu gênero formalmente corresponder ao de um homem conforme a lógica binária, meu corpo e gênero na prática, em algumas situações escapam dessa normatividade como acontecem com todas as pessoas, algumas escapam mais outras menos. Vale ressaltar que os supostos padrões de sexo, gênero e desejo são ficcionais e performativos. Nesse sentido, ninguém, na realidade, corresponde a tais padrões, visto que a todo momento somos interpelados a mudança, ou estamos em constante transformação (Butler, 2003; Silva, 2013; Miranda, 2021).

Em 2022, ao participar dos encontros do grupo de pesquisa do CNPq: SEGS (Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidades), e ao cursar a disciplina Tópicos Atuais em Educação II: Educação, Gênero e Sexualidade, no PPGEduc, as problematizações elencadas acima ganharam mais força refletindo no aumento do meu interesse na formação continuada por meio do desejo de cursar o mestrado em educação no PPGEduc pesquisando essa temática.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), no Brasil atualmente temos 47,4 milhões de estudantes em 178,3 mil escolas públicas ou privadas. Do total de estudantes, 8 milhões estão na escola privada e apenas 2 milhões estão matriculados na Escola Confessional Católica. O INEP também apurou que após a pandemia do Coronavírus / COVID 19 (2020), as matrículas nas escolas confessionais tiveram sua maior queda.

Por anos e ainda hoje, a Escola Confessional Católica tem sido referência educacional para quem busca competência intelectual e científica, valores cristãos, princípios evangélicos e éticos, a fim de nortear uma educação de qualidade na formação de crianças, adolescentes e jovens. Porém, mesmo com tanta excelência percebemos uma lacuna no trato das discussões em torno das diversidades de gêneros e das sexualidades. A escola é um dos instrumentos bem utilizado pela Igreja, para o silenciamento de sexualidades entendidas como dissidentes e o controle dos corpos (Louro, 1997; Butler, 2003).

Tendo essa compreensão, a sexualidade sempre foi um aparato usado pela Igreja e seus membros para controlar os corpos e submetê-los às suas normatizações morais, sociais e religiosas (Cohen, McWilliams, Smith, 1995; Foucault, 1999), mantendo-se assim como opositora de grande resistência às reflexões e conquistas dos direitos sexuais e reprodutivos. A Igreja, soube muito bem adaptar-se à contemporaneidade dos nossos tempos, não só em seus discursos e ações, mas, agora, somando a instituição religiosa a uma agência política, com interferência direta no controle das sexualidades a nível religioso, social e político (Vaggione, 2017).

Aqui ressalto o entendimento de sexualidade como algo produzido nos diversos contextos históricos (Scott, 1989), que ao longo dos tempos vão afirmando a existência de uma construção única da verdade em conceber ao indivíduo como possuidor de uma sexualidade intrínseca biológica que lhe é administrado ao nascer e que permanecerá pela sua existência e determinará a sua vivência sexual (Foucault, 1999), desconsiderando que a sexualidade é

inerente ao ser humano, fazendo parte do seu todo e não podendo ser separado, individualizado ou excluído (Butler, 2003).

Todavia, nos últimos anos os discursos cristãos tenham sido tomados por alguns como discurso de ódio, de exclusão e de afirmação de uma cis-heterossexualidade¹ normativa, machista e dominante ou de uma cis-heterossexualidade compulsória². Consequentemente, qualquer indivíduo que difira desta orientação é considerado desviado e depravado. É uma ideia assumida e reforçada pela sociedade patriarcal (Beauvoir, 1967; Rich, 2012). Visto os inúmeros projetos de leis³ em tramitação nas diferentes instâncias do legislativo pautada por membros e figuras da comunidade cristã católica a fim de barrar os avanços e as conquistas da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexual, Assexual e muitas outras (LGBTQIA+⁴). Com o objetivo de definirem formas de como o ser humano deve viver sua sexualidade segundo supostos padrões da moral cristã católica, e levando em consideração as identidades “normais” e “biológicas” como naturais e as outras como “anormais” ou fora da

¹ São chamadas de cis (cisgênero) as pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído quanto ao nascimento (JESUS, 2012, p. 10). Letícia Nascimento, mulher negra travestir, em seu escrito sobre Transfeminismo (2021), denuncia a cisgeneridade. Para Nascimento o transfeminismo denuncia as relações de poder específicas, ao produzirem verdades sobre o gênero, e consequentemente sobre o sexo/corpo, em suas práticas discursivas que naturalizam e essencializam a cisgeneridade. Entretanto, ao desestabilizar a cisgeneridade, a autodeterminação ou a autoidentificação tem o propósito de assegurar às pessoas trans a vivência segura de suas realidades, como também, o reconhecimento de suas performances sociais e políticas. A concepção transfeminista assume o termo “autodeterminação” como contraposição à patologização das pessoas trans, ao mesmo tempo em que procura assegurar a esses indivíduos o direito de existirem rompendo com abjeção do CISTema.

² Cis-heterossexualidade compulsória - refere-se à concepção social de que tanto a cisgeneridade como a heterossexualidade são uma norma socialmente imposta nos seres humanos e que ganhou *status* naturais e essencialistas negando a possibilidade de outras existências humanas como a transgeneridade e as pessoas heterodissidentes. Em outras palavras, consiste no controle dos corpos, dos gêneros e das sexualidades na manutenção de um sistema que afeta todas as pessoas de formas diferentes a partir do conjunto de instituições consolidadas (Butler, 2003; Rich, 2010; Jesus, 2012; Nascimento, 2021).

³ 1) PL477/2015, apresentado pelo parlamentar Eros Biondini, católico da RCC. O objetivo desse projeto é alterar “os artigos 5º e 8º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica familiar contra a mulher substituindo o termo gênero por sexo”. 2) PL 1859/2015 de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB/DF), onde se previa a proibição da adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação. 3) Em 2015, o pastor Marcos Feliciano apresentou dois projetos de Lei. PL3235/2015 acrescentando um artigo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com o objetivo de criminalizar o comportamento que induza à ideologia de gênero. Já a PL 3236/2015 insere um parágrafo que exclui a ideologia de gênero do artigo 2º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que “Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências”. Foram apresentados também cinco projetos de Decreto Legislativo, sustando medidas propostas pelo poder executivo que estão relacionadas à incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Dois apresentados por lideranças católicas carismáticas PDC 30/2015 e 122/2015, encaminhados por Eros Biondini (PROS/MG) e Flávio Augusto (PSB/SP) e três outros dos pastores evangélicos PCD 90/2015, 214/2015 e 395/2016) propostos pelos deputados Alan Rick Miranda (PRB/AC), Francisco Eurico da Silva (PHS/PE) e João Campos (PRB/GO), tendo como objetivo sustar a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções de Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNDC/LGBT.

⁴ Adotarei a sigla LGBTQIA+ como medida de incluir o máximo de sexualidades existentes. Visto que esta sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexual, Assexual e muitas outras sexualidades existentes.

moral e da vivência cristã da sexualidade. Esses discursos têm extrapolado os muros das igrejas sendo agora também assumidos no universo da política, gerando em nossa sociedade algumas reações adversas ao respeito, ao acolhimento e à inclusão no cenário político do nosso país.

É nesse sentido que Maria Malta Campos Machado (2018) afirma que se trata de uma disputa em que atuam personalidades religiosas que imbuídas de ideias do campo científico e religioso se apropriam de uma verdade na crença cristã e na sua autoridade moral para definir padrões e normas sociais, éticas, morais e sexuais conservadoras e excludentes.

Muitas têm sido as investidas por parte de setores conservadores⁵ envolvendo os campos religiosos (católicos/evangélicos) e políticos na tentativa de produção de políticas educacionais que impeçam a abordagem da temática de gênero, sexualidade e diversidade por parte das escolas e dos projetos públicos, produzindo em nossa sociedade o que Amanda Mendonça (2014) vem chamar de medos sociais e pânico moral⁶, levando a uma iniciativa de exercer o controle do currículo da educação básica.

Para ajudar nessa investida conservadora e excludente, no ano de 2003, há a esdrúxula fundação do Movimento Escola sem Partido (MESP), que com o *slogan* “de pais preocupados com a política- ideologizadora da educação”, tentam defender e proteger seus filhos e filhas, apoiados nos discursos das alas das Igrejas Católica e Evangélicas (neopentecostais) extremamente conservadoras. Porém, sua notoriedade a nível nacional acontece com a apresentação do projeto de Lei nº 2974 de 2014, a pedido do, então, deputado estadual Flávio Bolsonaro do Partido Social Cristão (PSC). O referido projeto teve o intuito de promover a soberania da família (tradicional e conservadora), onde pressupõe ao estudante o direito de auto educar-se criando uma visão de mundo autônoma e uma outra ideia de uma “neutralidade” dos projetos pedagógicos, dos professores e dos currículos, como se assim fosse possível. Nesse caminho, é propagandeada a frase: “Educar” não é “ideologizar”, palavras proferidas pelo senhor Antônio Augusto Duarte, (Mendonça, 2014), bispo auxiliar da cidade do Rio de Janeiro que entra em total consonância com os ideais do MESP e sua difusão de uma verdade única e absoluta.

⁵ Assim, entendemos conservadorismo como uma retórica, uma narrativa de mundo em disputa no campo da cultura. Tal narrativa só pode ser compreendida em seu processo histórico e tem como principal característica a naturalização das desigualdades sociais (Sepulveda; Sepulveda, 2020, p. 94).

⁶ Pânico Moral é um conceito cunhado por Stanley Cohen (1972) para definir a reação de um grupo de pessoas baseada na percepção falsa ou empolada de que o comportamento de um determinado grupo, normalmente uma minoria ou uma subcultura, é perigoso e representa uma ameaça para a sociedade no seu todo (Moura; Salles, 2018).

Um outro ponto a ser levado em consideração sobre os novos discursos conservadores é a criação por parte da Igreja Católica do termo “Ideologia de Gênero”. Esse conceito é usado pela primeira vez em um documento eclesial intitulado “La Ideologia de género: sus peligros y alcances” da Comissão Episcopal Laical e a Conferência Episcopal Peruana em 1998. Esse documento associavam a categoria de gênero ao ressurgimento do marxismo, ao ateísmo e a uma negação da dimensão natural (biológica) e instintiva de homens e mulheres. Já no ano de 2000, foi redigido um documento com o título “Família, matrimônio e uniões de fato” do Concílio Pontifício para a Família, onde se fazia referência a divulgação de uma “Ideologia de Gênero” que colocaria em cissura a existência das famílias cisheteronormativas e supostamente colocaria em risco a existência humana (Miskolci, Campana, 2017; Machado, 2018; Mena-López, Ramírez Aristizábal, 2018). Assim, está redigido no documento:

Dentro de um processo que se poderia denominar de gradual desestruturação cultural e humana da instituição matrimonial, não deve ser subestimada a difusão de certa ideologia de “gênero” (“gender”). Ser homem ou mulher não estaria determinado fundamentalmente pelo sexo, mas pela cultura. Com isto se atacam as próprias bases da família e das relações interpessoais. É preciso fazer algumas considerações a este respeito, devido à importância desta ideologia na cultura contemporânea e de sua influência no fenômeno das uniões de fato (Pontifício Conselho para a Família, 2000).

No ano de 2004, o até então cardeal Joseph Ratzinger, diretor da Congregação para a Doutrina da Fé, no governo do Papa João Paulo II, enviou uma Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a “Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo”, onde refutava a construção social do gênero na antropologia moderna. Em busca de uma resposta a partir de uma antropologia cristã, essa carta rogava aos senhores bispos que “o masculino e o feminino são, portanto, revelados como *pertencentes ontologicamente à criação* e, por conseguinte, destinados a *perdurar além do tempo presente*, evidentemente numa forma transfigurada (Ratzinger, 2004).

Na América Latina, as discussões entorno da “Ideologia de Gênero”, aconteceram de fato na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe em 2007, com o conhecido “Documento de Aparecida”, uma referência ao local onde se realizou a conferência em Aparecida do Norte – São Paulo. Ao escreverem sobre os pressupostos que enfraquecem e menospreza a vida familiar temos:

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (Celam 2007, p. 30).

Com tal afirmação temos um posicionamento da Igreja Católica Latino-Americana, na luta da defesa do conceito excludente de família tradicional composta por um homem e uma mulher cisgêneros e heterossexuais, que suspostamente estaria com a sua subsistência em perigo na sociedade moderna.

O Documento de Aparecida, defende uma agenda contra o que chamam de “Ideologia de Gênero”, conceito esse nascido a partir dos próprios discursos conferidos por autoridades da própria Igreja Católica (Junqueira, 2018). Contudo, tentam na verdade, conter os avanços conquistados em alguns países da América Latina em matérias de direitos sexuais e reprodutivos, opondo-se até ao distanciamento de alguns católicos e católicas no que se refere as normas morais e sexuais impostas pela Igreja, a exemplo do grupo Católicas pelo Direito de Decidir⁷ (CDD) e muitos outros. “A Igreja transformou suas formas de exercer o poder, mas não renunciou à intenção de controlar o corpo, particularmente o das mulheres, como uma forma de controlar a ordem social em geral (Vaggione, 2017, p. 79).

Segundo Fidel Ramírez Aristizábal (2023) em suas reflexões aponta a violência do Ideologia de gênero sobre os direitos das mulheres e da população LGBTIQ+:

En tal sentido, llamar «ideología de género» a los avances en materia de derechos de las mujeres y de los sectores LGBTIQ+ ha sido una estrategia nefasta. Esta ha desvirtuado las necesarias y urgentes reivindicaciones de estos sectores poblacionales. Hablar de una «ideología de género» implica ir por otro carril. Es decir, plantear la manera en que históricamente instituciones —como las religiosas— han impuesto roles de género a mujeres y varones. Esos roles de género, junto con la división cis-heterosexual del trabajo, han legitimado la desigualdad y la opresión de parejas y de familias. Estas lógicas han perpetuado la violencia, extendiéndose a todos los estamentos sociales (Ramírez Aristizábal, 2023, p. 17).

Conforme Fidel, o uso do termo “ideologia de gênero”, é uma tentativa infame por parte das classes conservadoras e religiosas para manter as diferenças entre os gêneros e as sexualidades, como também, legitimado as desigualdades e opressões, negando assim, a esses personagens o direito primordial de existir.

Indo de encontro ao conservadorismo, muitos estudiosos e estudiosas ressaltam a importância dos estudos de gêneros e sexualidades na educação cristã, e alertam que a Igreja deveria se propor a romper com todos os tipos de desigualdades e exclusões, pensando e instruindo docentes, discentes e familiares na dignidade e justiça. Se todos e todas somos a imagem e semelhança de Deus como nos ensina a doutrina cristã, as diferenças existentes entre

⁷ Católicas pelo Direito de Decidir é um movimento político de cunho internacional que se articula em organizações não-governamentais (ONGs) hoje em 12 países pelo mundo. Formada por mulheres que são católicas, a ONG propõe um questionamento sobre determinadas leis eclesiais da instituição, em especial aquelas relacionadas ao aborto, direitos reprodutivos e à autonomia das mulheres sobre o próprio corpo.

os membros desse grupo devem ser encaradas como os vários detalhes da imagem de Deus, no contrário, estaremos colocando em julgamento a visão da imagem transmitida por Jesus sobre Deus⁸ (Vaticano, 2004).

As diferenciações, classificações e divisões de todos os tipos sociais, políticos e / ou de gênero faz parte de um contexto muito defendido pela Igreja, para a manutenção das hierarquias. Tanto é assim, que, o termo “laico” nasce no contexto latino cristão, com a ideia de separação, não só, de distinguir os fiéis (povo) do clero (padres e bispos), como também, de diferenciação do termo “secular” usado por países que estavam fora da autoridade religiosa cristã. Só a partir do século XIX, com a influência dos filósofos, que o termo passa a compreender-se como um espaço social fora do controle da Igreja (Silva, 2019). Segundo Blancarte (2008) “A laicidade nos países latinos e o secular nos países anglo-saxônicos faziam referência, a partir deste momento, (meados do século XIX), a criação de um espaço temporal independente da influência religiosa (Blancarte, 2008, p. 12)”. O que autor quer nos informar, é que essa diferenciação terminológica intencional, mostra os lugares dos atores sociais nas disputas em torno do controle da sociedade.

Aqui no Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, um marco na redemocratização do país, após anos de ditadura militar (1964 – 1985), no contexto conhecido como a “era dos direitos”, em seus inúmeros artigos, trazia, como ponto central a garantia de direitos plenos, sociais e políticos (Carvalho, 2008). Nesse contexto, a Educação brasileira também tomou outros rumos. A começar pelo o artigo 19, em que estabelece o Estado brasileiro como Estado laico e o artigo 206, que apresenta como laica a educação.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006) I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V -Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - Garantia de padrão de qualidade; VIII - Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p. 123).

Até a proclamação da Constituição de 1988, muito embates se deram no contexto histórico brasileiro, principalmente em torno da publicação da primeira Lei de Diretrizes da Educação Nacional a Lei 4024 de 1961. Temos então que “[...] as tensões geradas pelas forças

⁸ Documento da Comissão Teológica Internacional. Comunhão e serviço: a pessoa humana criada a imagem de Deus, Vaticano, 2004.

políticas sustentadas pela Igreja católica combateram abertamente a Laicidade, o Estado Laico e o Ensino Laico, apresentando-os como expressões de ateísmo e da opressão sofrida pelos católicos após a Proclamação da República (Derisso; Silva; Duarte, 2019 p. 2)”. Porém, mesmo imersa nessas tensões, a grande influência da Igreja Católica na vida social e religiosa da nação, continuaria.

Segundo Luís Silva (2019) a neutralidade e imparcialidade do Estado tem um papel principal no conter das influências religiosas nos interesses públicos:

A neutralidade e imparcialidade do Estado desempenham, nesta acepção, o papel fundamental de deslegitimar a influência exercida pelos pressupostos religiosos (ou particulares) em matérias de interesse público. Nesta atribuição da dimensão institucional reside um ideal normativo, que consiste na emancipação das instituições políticas e da sociedade de toda tutela religiosa, cujo provável resultado é a construção de uma razão pública e de uma liberdade de consciência efetivamente livre e alicerçada por preceitos seculares (Silva, 2019, p. 298).

A ideia era garantir ao máximo os direitos a todos/as brasileiros/as, porém não foi assim que aconteceu, muitos brasileiros/as não heterossexuais, não brancos e tão poucos ricos, sempre tiveram seus direitos negados. Segundo Trevisan (2002) houve até uma proposta para inserir na Constituição um artigo sobre a proibição da discriminação por orientação sexual, mas o congresso rechaçou votando com a maioria contra.

A bancada evangélica bateu palmas, ante a derrota da assim chamada emenda dos viados ou, para usar os termos do líder do governo Carlos Sant’Anna, emenda da “desorientação sexual”. [...] “como disse o deputado evangélico Costa Pereira, aprovar aquele item seria trazer para o Brasil a maldição de outros países, (...) igual à que existia em Sodoma e Gomorra. (Trevisan, 2002, p. 158).

A laicidade que abarca o Estado e a Educação brasileira, moldam seus princípios na pluralidade das ideias, das concepções pedagógicas, na diversidade cultural de seu povo e onde toda e qualquer experiência sexual, social ou religiosa seja respeitada. Todavia, como país laico não poderíamos expressar uma crença ou religião como única, embora alguns tentem assim fazer, onde tantas outras experiências religiosas existentes sejam excluídas, discriminadas e até demonizadas. Ou, melhor dizendo: “Nesse contexto, as religiões passaram a ser entendidas como um direito individual, não cabendo, dessa forma, ao Estado criar nenhum tipo de relação com nenhuma religião a fim de respeitar as diferentes manifestações da população (Sepulveda; Sepulveda, 2020, p. 102)”. Ou segundo Giumbielli (2002), corresponde assim à “delimitação de um domínio específico para a religião como pressuposto ou a exigência de que esse domínio se organize segundo critérios convergentes aos adotados pelo Estado em relação à totalidade do terreno social (Giumbielli, 2002, p. 836).

Mobilizar a laicidade pode até aparentar antes de tudo uma postura antirreligiosa, e

podemos afirmar que em algum determinado tempo e contexto o foi. Porém isso não significa dizer que em regimes laicos onde o corpo político representa uma efetiva autoridade popular tenha se negado o papel religioso nos processos políticos e sociais. Ao contrário, o processo social ainda hoje é transpassado por uma intensa moralização religiosa do sexo. É justamente nesse processo que se estrutura a família tradicional, a partir da qual se dá as construções discursivas e práticas das políticas modernas (Silva, 2019).

Com o advento da secularização do Estado e com as elaborações de novas normas racionalmente aceitas por todos e sem a interferência religiosa se daria um novo processo de estruturação para se viver as identidades sociais de gêneros e sexualidades. Porém, não se deu dessa forma, esse processo estruturalizante transcorreu com a coadjuvação e coadaptação da esfera pública (Estado) com a esfera privada (religiosa), assumindo para si os argumentos judaico-cristãos em suas bases (Butler, 2011).

Com essa concepção, Estado laico, direitos sexuais e reprodutivos estão propriamente relacionados. Os preceitos ou doutrinas religiosas que buscam determinar condutas sexuais cisheteronormativas, e igualmente exercer o controle sobre o corpo das mulheres não podem predominar sobre a liberdade de consciência garantida a todas as pessoas, inclusive aquelas que não professam nenhuma crença.

O Estado laico e os direitos sexuais e reprodutivos estão ligados intrinsecamente por diversas razões. A principal é a obrigação do Estado Moderno de preservar a liberdade de consciência, frente a qualquer ameaça que atente contra ela. Esta obrigação surge da convicção de que ninguém pode ser obrigado a crer, sendo então necessário respeitar as crenças de cada um. Isso resulta, dentre outras, do processo de pluralidade religiosa e da necessidade de construir um Estado que garantisse a todos os cidadãos a possibilidade de crer ou não. A consequência é que, na medida em que não se afete nem a ordem moral pública nem os direitos de terceiros, também se torna obrigação do Estado garantir o direito de todos, incluídas as minorias, de viver e de praticar atos em conformidade com sua crença (Blancart, 2008, p. 38).

Cabe ao Estado garantir a todos os seus, a liberdade de consciência e de escolha de suas vivências, sociais, sexuais, religiosas ou não. A secularização da política se qualifica pela construção de mecanismos estatais de preponderância da autoridade do Estado sobre os poderes religiosos. Uma defesa da laicidade como critério normatizador participante dos princípios democráticos é a existência da religiosidade na vida social, e é uma tentativa de combater as normas que ainda possam se apresentar sob os axiomas religiosos defendidos ou não pelo Estado, que podem causar austeridade à liberdade e as existências sexuais.

Agora, mais especificamente no paradigma aberto, a missão do Estado laico se concentra primordialmente em proteger a liberdade de consciência e assegurar a igualdade moral entre os múltiplos sistemas de valores vigentes na sociedade. Portanto, sua função consiste em favorecer o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, para que de modo soberano possam decidir seu plano de vida conforme

suas convicções, com pleno respeito ao direito dos demais em fazer o mesmo. Sendo assim, estes princípios constituem as bases para um modo de coexistência respaldado pela cooperação, reciprocidade e tolerância à diferença, cujo possível resultado é a estabilidade política em sociedades plurais e democráticas (Silva, 2019, p. 295 – 296).

Uma outra incursão de qualidade na Educação foi a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 1/2012, que definia as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos⁹ (EDH), onde todos os níveis e modalidades de ensino deveriam inserir esse componente curricular, fosse no setor público ou privado de ensino.

Com o intuito de promover uma educação para a mudança e transformação social, a própria resolução elege como princípio fundante:

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - Dignidade humana; II - Igualdade de direitos; III - Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - Laicidade do Estado; V - Democracia na educação; VI - Transversalidade, vivência e globalidade; e VII - Sustentabilidade socioambiental (CNE/CP 1/2012, p. 1 – 2).

Em um texto bastante assertivo, podemos observar que esses princípios não só se fundamentam a Educação em cercania laicas, mas, também, deixa claro que a laicidade do Estado é um desses princípios. A noção de estado de Direito, é de extrema importância para a teoria e a prática discursiva da democracia, como garantia de direitos e na vivência de uma ética plural que permita aos indivíduos a conquista da igualdade, e o respeito às diferenças fora do alcance autoritário e normatizador da religião.

Nesse contexto a EDH surge como uma “[...] forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades (CNE/CP 8/2012, p. 2)”. A dignidade humana é o centro de todo parecer, aqui entendida como conquistas históricas e socialmente construídas.

Um dos principais objetivos da defesa dos Direitos Humanos é a construção de sociedades que valorizem e desenvolvam condições para a garantia da dignidade humana. Nesse marco, o objetivo da Educação em Direitos Humanos é que a pessoa e/ou grupo social se reconheça como sujeito de direitos, assim como seja capaz de exercê-los e promovê-los ao mesmo tempo em que reconheça e respeite os direitos do outro. A EDH busca também desenvolver a sensibilidade ética nas relações interpessoais, em que cada indivíduo seja capaz de perceber o outro em sua condição humana (CNE/CP 8/2012, p. 10).

⁹ Em 1945, com a participação de 50 países, institui-se a Organização das Nações Unidas (ONU) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019). Três anos depois, na assembleia geral da ONU em Paris, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento elaborado por representantes dos países-membros da organização, contendo o que seriam direitos inalienáveis humanos (Fernandes; Gomes; Aguiar, 2021, p. 151). A Declaração Universal dos Direitos humanos, é adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, contendo 30 artigos. Somente após 64 anos é temos um primeiro parecer aqui no Brasil, que assegura as conquistas contida nas lutas pelos Direitos Humanos.

Com essa afirmação, a educação torna-se fundamental para que se compreenda e se institua como um dos grandes pilares para a mudança social, gerando e promovendo uma cultura dos Direitos Humanos. Em distintivo, esse novo componente curricular, deverá colaborar com a superação de todo tipo de segregação racial, sexual, intelectual, social, entre tantos existentes em nossa sociedade e na oposição ferrenha a todo e qualquer tipo de violência.

Como a Educação em Direitos Humanos requer a construção de concepções e práticas que compõem os Direitos Humanos e seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana, ela se destina a formar crianças, jovens e adultos para participar ativamente da vida democrática e exercitar seus direitos e responsabilidades na sociedade, também respeitando e promovendo os direitos das demais pessoas. É uma educação integral que visa o respeito mútuo, pelo outro e pelas diferentes culturas e tradições (CNE/CP 8/2012, p. 2).

Com a Declaração dos Direitos Humanos em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) os direitos humanos nos levam a refletir que se os direitos são para todos e todas, segundo a emergência de cada coletivo e considerando a especificidade de cada sujeito. Se assim compreendemos podemos então dizer que as pautas que tocam as mulheres, os negros e os homossexuais por exemplo, despontam ganhando assim forças e visibilidades. Hoje é um direito humano a livre orientação sexual, o que coopera para a asseveração de paridades políticas e garantia de novos primas para uma cidadania pautada em novas políticas públicas (Carmona; Prado, 2013).

As práticas de discriminação, exclusão e de LGBTfobia, cometidas em nossas escolas confessionais vão de encontro ao que está sendo proposto pela DDH e a EDH, esses discursos hegemônicos cis-heterossexual normativo, buscam colocar todos os indivíduos dentro de uma mesma categoria de comportamentos sexuais e de gêneros, e possuem o intuito de colocar em prática a manutenção das hierarquias morais, sociais, políticas e a conservação de uma hegemonia religiosa, onde mantida essa hierarquização dar-se-á as inferiorizações e consequentemente os preconceitos e as segregações, que vislumbramos a todo momento em nossas escolas e em diversos contextos sociais (Sepulvede; Sepulvede, 2020). Nas palavras de Junqueira (2018):

Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais. Entre os objetivos dessas ofensivas adquirem centralidade os de entravar o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos (Sheill, 2008), de obstruir a adoção da perspectiva de equidade de gênero, e de fortalecer ou relegitimar visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários (Junqueira, 2018, p. 451).

Com isso, muitos alunos e alunas gay, lésbicas, bissexuais, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais e muitas outras possibilidades de identidades de gêneros e sexualidades, seguem sofrendo no seu dia – a – dia, processos violentos de assujeitamentos em relação a outros alunos e professores. Dias (2002) ao se reportar sobre o direito a sexualidade e sobre a liberdade individual nos diz:

Ao serem visualizados os direitos de forma desdobrada em gerações, é de se reconhecer que a sexualidade é um direito do primeiro grupo, do mesmo modo que a liberdade e a igualdade, pois compreende o direito à liberdade sexual, aliado ao direito de tratamento igualitário, independente da tendência sexual. Trata-se assim de uma liberdade individual, um direito do indivíduo, sendo, como todos os direitos de primeira geração, inalienável e imprescritível. É um direito natural, que acompanha o ser humano desde o seu nascimento, pois decorre de sua própria natureza (Dias, 2002, p. 1).

Ainda hoje, o que temos é uma invisibilização do direito para pessoas que se apresentam fora dos padrões elegidos pela sociedade, visto que, o sujeito de direitos universal é branco, pois se segrega pessoas negras, é cristão, onde se demoniza outras religiões, é cis-heterossexual, pois excluem outras identidades de gêneros e sexualidades, e é proprietário, pois se marginaliza e criminaliza o pobre. Vemos sim, que há uma preocupação com a manutenção de direitos de alguns sujeitos, enquanto outros continuam em seus embates para manterem a sua dignidade e o direito à vida, em que, nesse caminho, muitos são mortos pelos variados tipos de “fobia”. “[...] os direitos humanos abrangem tão variados bens e exigem a proteção para tão variadas formas de vida humana, que é difícil traçar uma linha contínua que os ligue aos chamados direitos naturais do homem moderno (Bragato, 2014, p. 225)”.

A solidez dos discursos dos direitos humanos parece irrefutável. Porém, na atualidade diante de uma confluência perversa entre o neoliberalismo e neoconservadorismo tem aumentado as exclusões. Essa situação acontece na medida em que pensamos ou entendemos que a formatação ocidental dos direitos humanos se dá no mundo de forma igualitária, omitindo as possíveis e diferentes realidades culturais existentes. Com tal afirmação, e se pensarmos diferentes, alcançaremos um outro patamar de reformulação do sujeito dos direitos humanos que foge daquilo pensado ou criado inicialmente pelos padrões eurocêntricos.

Se tivermos a compreensão de um direito criado, não construído, poderemos melhor reatualizar e fazer consertamento da sua própria importância para a realidade latina, e, mais rigorosamente para o Brasil. Uma vez que, ao reflexionarmos sobre a nossa subalternidade e

decolonialidade¹⁰, significaria se tratar de um ato político¹¹ de crítica aos direitos humanos estabelecidos (Dussel 2005; Mignolo, 2005; Quijano, 2005).

Atentando a essas considerações do contexto acima exposto, nossa pesquisa tem o interesse em problematizar a educação católica na construção das diferenças sobre gênero e sexualidade em uma escola confessional.

Nessa perspectiva, o nosso foco será professores/as homossexuais de uma Escola Confessional Católica da cidade de Caruaru – PE, tendo o seguinte problema de pesquisa: como compreender as formações discursivas materializadas nos enunciados dos discursos sobre avanços, recuos e vivências educacionais da ECC, acerca das temáticas de Gêneros e Sexualidades na educação cristã?

A escolha pelos professores e professoras homossexuais acontece, por temos a compreensão da importância desses indivíduos na transformação social, na mudança de mentalidade e de discurso em torno das temáticas de gêneros e sexualidades na educação cristã. Os docentes lidam com os discentes quase todos os dias e são eles os grandes promotores de uma nova sociedade mais instruída e menos dogmática. Também é importante ressaltarmos, que ao escutarmos esses profissionais homossexuais, estaremos compartilhando de suas dores e das suas alegrias no exercício da docência. Escutá-los/as enriquecerá nossa pesquisa, já que buscamos compreender as formações discursivas materializadas nos enunciados dos discursos sobre avanços, recuos e vivências educacionais da ECC, acerca das temáticas de Gêneros e Sexualidades na educação cristã.

¹⁰ A utilização decolonial foi sugerida por Catherine Walsh: “Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” no es promover un anglicismo. Por el contrario, es marcar una distinción con el significado en castellano del “des” mar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento, una postura y actitud continua de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas. (Walsh, 2009, p. 14-15)”.

¹¹ Com tal afirmação nos aproximamos dos estudos "decoloniais ou descoloniais"¹¹ que acomodam a crítica ao sujeito, aos conhecimentos colonizadores e eurocêntricos, e ao fundamentalismo dos direitos humanos. Essa perspectiva propõe pensar o indivíduo, a si próprio e a construção de um direito desapegado das igualdades falsificadas pelo poder hegemônico, que forja as culturas. “A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005, p. 107).”

Diante do problema de pesquisa acima revelado, algumas pesquisadoras e alguns pesquisadores se debruçaram sobre temas preocupados principalmente com a questão da abordagem sobre gênero, sexualidade e diferença na educação básica, a fim de descobrir meios que possam garantir uma melhoria na qualidade educacional e no acolhimento entendido como ato de transgressão das diferenças. Acolher por acolher, sem fazer questionamentos, acolher para que o outro sintá-se parte integrante, é simplesmente se colocar no lugar do outro (Derrida, 2003), estabelecendo assim novos roteiros e metas para a escola.

De acordo com o tema de nossa pesquisa que se refere à “Gênero e Sexualidade em uma escola confessional: a construção das diferenças na Educação Católica”, selecionamos algumas pesquisas que mais se aproximaram da nossa temática e que serão explicitadas mais à frente.

Nesse viés, o objetivo geral do presente trabalho é: Compreender as formações discursivas¹² materializadas nos enunciados dos discursos¹³ sobre avanços, recuos e vivências educacionais da ECC, acerca das temáticas de Gênero e Sexualidade na educação cristã. Para alcançarmos ao objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar as principais formações discursivas na escola católica sobre gênero e sexualidade; b) Elencar os silêncios no cotidiano da escola católica para negligenciar e ou ocultar o gênero e a diversidade sexual em seus espaços educacionais; c) Analisar os discursos e suas formações presentes nas falas dos professores/as homossexuais e bissexual referente às questões de diversidade sexual e LGBTfobia em sua atuação profissional; d) Mapear os sentidos que estão presentes no enfrentamento à LGBTfobia com professores/as a partir da perspectiva da análise do discurso foucaultiana.

2 - O CENÁRIO DAS PESQUISAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL EM GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO CATÓLICA

Nos últimos anos, as pesquisas em educação têm dito uma efervescência em diversos temas, e entre eles a relação com gênero, sexualidade e educação, basta vermos a quantidade de pesquisas científicas que estão desenvolvidas e em desenvolvimentos nos centros

¹² Segundo Lúcia Helena (2021), “[...] com a formação discursiva, identificam-se os discursos transversos, introduzindo-se assim a noção de interdiscurso. Além disso, se reconhece a formação discursiva como o lugar da constituição do sentido, vinculando-se também à constituição do sujeito (Tavares, 2021, p. 129)”.

¹³ “[...] o discurso é uma prática [...]. Se o discurso é uma prática, política, portanto, ele é, então, a prática de um sujeito. Constitui-se desse modo, como que um paradoxo que é necessário elucidar (Vilas Boas, 2002, p. 53 – 54)”.

acadêmicos. Após os anos 1980 (Louro, 1997), do século XX, essas pesquisas têm contribuído para a desestabilização da violência de gênero e a visibilidade de sexualidades, até então ditas como sub-sexualidades. Essa relação promove e contribui para desestabilizar e ou desconstruir desigualdades, exclusões e ausência do respeito e aprendizado com a diferença tanto dentro do sistema educacional como nos processos de socialização como um todo. Assim, é reforçado a democracia e a garantia dos direitos humanos, principalmente entre corpos, gênero e sexualidades dissidentes acerca dessa área de conhecimento. Esse reforço possibilita o acesso e permanências de pessoas LGBTQIA+.

Diante desse contexto que evidencia a importância das produções científicas entre gênero, sexualidade e educação e levando em consideração o nosso estudo, realizamos um levantamento das pesquisas que focaram sobre gênero, sexualidade e educação confessional.

Nosso primeiro passo foi realizar um levantamento a partir dos descritores: gênero, sexualidade e educação confessional no Google Acadêmico. Essa ferramenta foi utilizada por facilitar a localização de trabalhos publicados em periódicos científicos e ou em anais de encontros científicos. O recorte temporal foram os anos de 2014 a 2022, uma vez que, nesse período temos uma crescente onda dos discursos neoconservadores e neoliberais (Biroli, Machado, Vaggione, 2020) no âmbito político com a equivocada discursão sobre a “ideologia de gênero” e na educação com a caça às bruxas, promovida pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP) (Mendonça, 2018; Moura, Salles, 2018; Barroso, Silva, 2020), a Instituições Escolares ou profissionais que ousassem fazer alusão a assuntos como gênero e sexualidade (Santos, et al. 2021).

Essa onda conservadora que tem tocado esses setores, tem usado de práticas discursivas dos campos religiosos de extrema direita para o campo político, a fim de justificarem na biologia (ciência) e no criacionismo (crenças) posturas cisheteronormativas. Dessa maneira, Flávia Biroli, Maria das Dores Machado e Juan Vaggione afirmam que “para o catolicismo, a sobreposição entre moral religiosa e leis seculares é um componente central de sua posição naturalista (Biroli, Machado, Vaggione, 2020, p. 30). Assim, a Igreja usa do discurso da moral sexual universal, para legitimar as suas posições em relação à família cisheterossexual e da sexualidade justificada apenas à reprodução.

Um outro recorte foi pesquisarmos nos países de língua espanhola que compõe o Sul da América, referências de pesquisas sobre os descritores de Gênero, Sexualidade e Educação Confessional Católica, a fim de termos um panorama dessas produções acadêmicas produzida

nesses países, visto que essa convergência neoconservadora e neoliberal vem acontecendo, de forma geral, na América do Sul (Biroli, Machado, Vaggione, 2020).

Ainda hoje, temos centenas de pessoas que vivem segregadas e excluídas devido a sua identidade de gênero ou a sua sexualidade, por conta desses discursos de ódio que tem se difundido na sociedade brasileira. A Escola laica ou confessional tem, ou pelo menos deveria ter, como papel social e ou religioso no caso das instituições confessionais, o compromisso com o rompimento e superação das desigualdades de gênero ou de sexo que causam segregação, discriminação, preconceito e homofobia. Com a intenção de atrair a atenção para o tema e vislumbrando o esse contexto histórico dar-se a importância desse estudo.

Assim, por meio do Google Acadêmico, encontramos nove pesquisas com relação direta com os descritores gênero, sexualidade e educação confessional: Catalina Wainerman e Natalia Chami (2014); Elenita Silva, Fátima Parreira e Christian Lissi (2016); Pablo Astudillo Lizama (2016); Raquel Wieland e Remi Klein (2016); Roney Castro (2017); Fernando Pocahy e Priscila Dornelles (2019); Fidel Ramírez e Maricel Lopes (2021); Luize Bucholz e Valéria Ferreira (2022) e Sandy Carolina e Carolina Verônica (2022). São cinco pesquisas brasileiras e quatro de países da América do Sul de língua espanhola, onde podemos vislumbrar como as reflexões nos descritores acima citados estão sendo produzidas na América do Sul. Entre as pesquisas brasileiras uma é da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, para que percebamos que mesmo de confissões religiosas diferentes, o cristianismo permeia os mesmos valores e as mesmas concepções em torno do gênero e da sexualidade nas diversas igrejas cristã.

Um artigo em especial é colombiano, primeiro para visualizarmos que também outros países da América do Sul tem se dedicado ao estudo do tema, como também por conta da proximidade com o autor Fidel Ramírez que foi meu professor na disciplina de Género, Sexualidad e Educación, no intercâmbio entre a Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste com a Universidade El Bosque da Colômbia, outrossim seria por sermos militantes católicos, partilhamos da mesma espiritualidade e pela relevância de suas reflexões no âmbito católico e educacional. Vale ressaltar que trazemos textos de outros países da América do Sul como contribuição para esse levantamento bibliográfico.

Por fim esses artigos perpassam as perspectivas pós-estruturalistas, como também alguns trazem a metodologia de análise do discurso foucaultiana.

Quadro 1– Artigos que fizeram parte da revisão de literatura.

ITEM	TÍTULO	TIPO DE PRODUÇÃO	INSTITUIÇÃO DOS PESQUISADORES / PAÍS	AUTOR	ANO
1	Sexualidad y escuela. Perspectivas programáticas posibles.	Artigo	Universidad de San Andrés – Argentina	Catalina Wainerman; Natalia Chami.	2014
2	Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade. Sexualidade e Religião – reflexões que cabem à educação escolar.	Artigo	UFRG - Brasil	Elenita Pinheiro de Queiroz Silva; Fátima Lúcia Dezope Parreira; Cristian Bianchi Lissi.	2016
3	La Inestable Aceptación de la Homossexualidad. El caso de las Escuelas Católicas de Elite em Santiago de Chile.	Artigo	Universidad Alberto Hurtado – Chile.	Pablo Astudillo Lizama	2016
4	A importância do estudo de gênero e diversidade na Educação Cristã.	Artigo	Faculdade EST – Brasil.	Raquel Wieland; Remi Klein.	2016
5	Gênero, sexualidade, religiosidade e escola: problematizando relações.	Artigo	UFJF – Brasil.	Roney Polato de Castro.	2017
6	Problematizando gênero e sexualidade em interlocução com educadoras/res de uma escola confessional – filantrópica.	Artigo	UFRB – Brasil.	Fernando Altair Pocahy; Priscila Gomes Dornelles.	2019
7	Espiritualidad y Diversidad Sexual, desafíos para una pastoral LGBTI+.	Artigo	Universidad El Bosque – Colômbia.	Fidel Mauricio Ramírez; Maricel Mena López.	2021
8	Gênero, orientação sexual e identidade religiosa no contexto escolar.	Artigo	UEM – Brasil.	Luize Gomes Bucholz; Valéria Fernanda Silveira Ferreira.	2022
	Sexualidad, cuerpo y educación. Acercamiento al				

9	currículo oculto de Educación Sexual en un Colégio Privado Religioso em la Ciudad de Quito en el período 2015 – 2016.	Artigo	Pontificia Universidad Católica del Ecuador - Equador.	Sandy Carolina Aspiazu Puebla; Carolina Verónica Páez Vacas.	2022
---	---	--------	--	--	------

Fonte: O Autor (2023).

Nesse viés, apresentaremos a seguir as pesquisas citadas no quadro acima, priorizando organizar nas seguintes categorias: temas de pesquisa; objetivos; metodologia, principais teorias e técnicas de coletas de dados; e resultados.

A primeira pesquisa tem como autoras Catalina Wainerman e Natalia Chami (2014). É um artigo da Revista *Academia* arquivos analíticos de políticas educativas, que tem como título *Sexualidad y escuela. Perspectivas programáticas posibles*. O presente estudo traz a perspectiva do paradigma pós-estruturalista e tem o objeto central conhecer as perspectivas programáticas e as estratégias pedagógicas utilizadas a partir da coleta de dados realizado nas 72 entrevistas semiestruturadas com diversos atores. A metodologia usada não foi informada.

As autoras iniciam o artigo fazendo menção a Lei Nacional Argentina nº 26.150 (2006) que estabelece a obrigação de todas as escolas de gestão do estado ou privadas a implantar o Programa Integral de Educación Sexual, desde o nível Inicial até o Superior de Formação Docente e de Educação Técnica não universitária. Essa lei surge como resposta a preocupação por questões com a saúde sexual e reprodutivas, as enfermidades resultantes do trato sexual como também a gravidez precoce.

Segundo as pesquisadoras a sociedade argentina como as demais passam por um processo de redefinição da moral sexual, da perda da hegemonia da religião, as tensões entre o Estado e as famílias nas políticas educativas e a interdependência entre o privado e o público. Essa redefinição da moral sexual se dá por conta dos diversos debates que a sociedade tem levantado acerca da sexualidade que tem cada vez mais desestabilizado a hegemonia do discurso católico e gerando um enfrentamento em quem crer numa sexualidade com fins de procriação (Religião) e quem quer refletir como fenômeno da liberdade, da felicidade e dos direitos individuais. Um outro dado levantado por elas seria a oposição histórica entre a defesa dos poderes do Estado em educar as novas gerações de cidadãos e o discurso religioso de que os pais devem decidir sobre a educação de seus filhos, a fim de salvaguardar o lugar da religião que se tem perdido com a secularização. Por fim, em relação ao público e ao privado, onde se tenham respostas que possam garantir uma educação democrática que contemple a liberdade dos indivíduos em decidir sobre sua vida sexual.

A Educação Confessional Católica, segundo as pesquisadoras, entende a sexualidade somente para fins reprodutivos, embora a ideia de uma educação sexual seja bem-vinda numa concepção que combinam com informações pseudocientífica que reforcem o ideário da moral católica. Segundo a Igreja a melhor forma de prevenir gravidez, riscos de doenças transmitidas sexualmente é a abstinência sexual. A castidade e a virtude são valores centrais defendidos pela educação católica, e que a orientação e responsabilidade deve recair sobre os pais.

As pesquisadoras concluem que na contra partida a posição oficial da Igreja sobre a Educação Católica, existem escolas que adotam uma postura mais respeitosa do direito a sexualidade e a livre eleição, em outras as posturas mais frequentes é a educação para prevenção das consequências sexuais e a educação para o exercício do direito a sexualidade.

A segunda pesquisa é de autoria de Elenita Silva, Fátima Pereira e Cristian Lissi (2016). É um artigo da revista Debates Contemporâneos sobre Educação e Sexualidade e tem como título: *Sexualidade e Religião: reflexões que cabem à educação escolar*. O artigo que traz a perspectiva do paradigma pós-estruturalista, teve o objetivo de apresentar as interfaces, a partir de alguns autores, entre sexualidade e religião. A metodologia de pesquisa não foi informada, a técnica de coleta de dados se deu através de levantamento bibliográfico.

As autoras iniciam o texto fazendo referência ao grupo de pesquisa GPECS – (Grupo de Pesquisa Corpo, Gênero, Sexualidade e Educação) e a parceria com o grupo GESE – (Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola), “Educação para sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos” como estratégias de enfrentamento, na perspectiva de pensar as sexualidades, os corpos e os gêneros como construção social, política, cultural e histórica. Elas apresentam o texto em duas partes: uma que tratara da interface sexualidade, gênero e religião, destacando a ideia de “poder pastoral” em Foucault, e na segunda parte do texto o foco recai sobre alguns tensões e desdobramentos da interface sexualidade, gênero e religião na educação escolar.

As pesquisadoras continuam o texto afirmando que a interface sexualidade, gênero e educação nos últimos tempos tem sido bastante discutido e não apresentam sinais de ponto final. Ao contrário, a cada dia o tema tem tido mais relevância, visto que as religiões cristãs tentam legitimar qual seria a verdadeira expressão de sexualidade e de gênero, e quais seriam suas práticas que não ferissem os preceitos religiosos cristãos.

As autoras denunciam que as tradições religiosas vêm definindo como e quando seus fiéis devem viver suas sexualidades, operando sobre seus corpos, gêneros e sexualidades, além instituírem que a única forma de viver a sexualidade é via a heterossexualidade compulsória.

As pesquisadoras realizam sua análise utilizando o conceito de “poder pastoral” de Foucault. Assim, o pastorado seria um “poder” que atuaria restringindo as multiplicidades dos desejos, assujeitando os sujeitos a partir de “verdades” heteronormativas e da heterossexualidade compulsória.

Nesse caminho, a figura do líder religioso se define como ação oblativa, doação, voluntarismo em favor do rebanho. É um poder individualizado, que retira da “ovelha” sua opção pela salvação, submetendo as pessoas a uma moral religiosa sexual usando de princípios como a monogamia, da sexualidade reduzida só para a reprodução, e da limitação do prazer, tratando o corpo e a sexualidade com cautela. Vale salientar que tanto para a moral religiosa como também para a sociedade ocidental, há uma desqualificação do desejo, do ato sexual como forma prazer, pois a insistência recai no sexo como reprodutivo.

As autoras ainda refletem que a escola não foi só pensada ao longo dos tempos como instituição social para atender à demanda de formação da mão-de-obra. Ela foi pensada, sobretudo como disseminação de princípios morais e normas de condutas que se alinhavam aos ideais burgueses, visto sua ligação com a religião cristã e como promotora da escolarização das massas.

Vale a pena ressaltarmos que nos dias atuais os preceitos religiosos vêm tomando forma nos discursos educacionais com os violentos ataques as temáticas de gênero e diversidade sexual. Grupos conhecidos como “Bancada da Bíblia” ou “Bancada Religiosa” no Congresso Nacional, tem feito uma ofensiva a título de Leis e Projetos que barrem os projetos considerados progressistas das questões relacionadas à sexualidade, ao corpo, ao gênero e à educação. Como também, o avassalador discurso que cria a expressão “ideologia de gênero”, por meio de grupos religiosos com personagens no legislativo federal, estadual e municipal, gerando uma onda de ataques às propostas de inclusão promovidos pelos grupos LGBT, feministas, entre outros.

A terceira pesquisa, foi escrita por Pablo Astudillo Lizama (2016), tem como tema *La Inestable Aceptación de la Homosexualidad. El Caso de las Escuelas Católicas de Elite em Santiago de Chile*. O artigo traz a perspectiva pós-estruturalista, em que busca aprofundar três questões principais: a maneira de normalizar uma identidade sexual em um espaço adverso; a forma de tratar a identidade sexual dentro do currículo de educação sexual na escola e; o modo paternalista de cuidar a “diferença” resultante. A metodologia adotada foi a Análise de Discurso, a coleta de dados se deu a partir de entrevistas semiestruturadas em colégios católicos.

Lizama inicia seu texto trazendo à tona as normas com as quais se compreende a sexualidade dos indivíduos e para isso evoca a noção de “coerência sexual”, em que as normas

que regulam a sexualidade estão cada vez mais atribuídas à responsabilidade individual que substituiu a antiga tutela da Igreja e do Estado como agentes de controle do comportamento sexual. Embora esse processo de coerência aparente ser pessoal, na prática é um resultado de um processo de socialização complexo, favorecendo a um cenário para uma nova compreensão da sexualidade separada da visão religiosa, como também propicia novas reflexões em torno do corpo.

Nas análises do autor, esse trabalho de campo expôs que quando se trata do tema homossexualidade, as escolas católicas tem uma atitude de acolhida, de compreensão, de cuidado, em contra partida ao rechaço, castigo e até correção, acontecendo assim um ajuste do projeto educativo com a realidade de mundo, principalmente na classe social a que se dedicou essa pesquisa. Nas entrevistas, pode-se perceber que a maior aceitação da homossexualidade se dá no parâmetro da “inclusão”.

A homofobia acontece de formas diferentes nesses espaços de elite a depender de como se posiciona o sujeito. Segundo as investigações nessas escolas a homofobia não se manifesta de forma clássica com uma séries de violências que comumente se manifesta nos contextos populares (físicos), mas há uma sofisticação nos argumentos para a exclusão e inferiorização dos indivíduos homossexuais.

Lizama informa que no Chile a Lei 20. 418 obriga as escolas confessionais ou laicas, públicas ou privadas a ter em seus currículos um projeto educacional com as informações sobre reprodução e prevenção de enfermidades de transmissão sexual, ficando a cargo da escola essa organização. Isso permite que a própria instituição desenvolva seu currículo em matéria de educação sexual . Nesse contexto, a escola católica define seus planos de formação e até abordam a questão homossexual, porém sem levar em consideração as complexas relações sociais e não falam exatamente sobre a individualização sexual e o próprio posicionamento das pessoas que testemunham, embora essas instituições assumam sempre uma postura “reflexiva”.

Independente do programa que tenha assumido a escola católica, esse programa termina sempre por se fixar num marco normativo para os diferentes atores da escola. A homossexualidade tende a ser apresentada como um “tema”, como uma “distinção” sobre a qual se abre um debate contrapondo informações com posicionamento moral, gerando assim um discurso ambíguo de tolerância onde se traduz que se aceita uma orientação sexual não heterossexual sempre e quando não seja evidente ou problemática. Ou seja, nessa perspectiva, a heteronormatividade é colocada como uma referencia a ser seguida.

A quarta pesquisa apresentada é de Raquel Wieland e Remi Klein (2016) e aborda a importância do estudo de gênero e diversidade na educação cristã. Este é um artigo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Essa pesquisa se focou em dois pontos: 1º) na análise de materiais didáticos usados pelas crianças e jovens em suas classes de ensino religioso – Escola Dominical e 2º) como a IECLB se posiciona em relação aos estudos de gêneros na educação cristã. O artigo busca refletir, a partir de análise de material didático usados por crianças e adolescentes, verificando se as informações estão corretas e adequadas aos estudos de gênero e sexualidade na educação cristã, visto que a educação está inserida em boa parte para a orientação da fé na comunidade escolar e em geral.

Segundo os autores, a temática sobre gênero e sexualidade são temas fundamentais para o combate à discriminação. Nesse caminho, o referido artigo tem como objetivo investigar as questões de gênero e sexualidade na educação cristã, a metodologia não foi informada e a técnica de coleta de dados se deu pela revisão bibliográfica do material didático: “Compartilhe e O amigo das crianças”. Ainda para os pesquisadores se faz importante abordar as questões relacionadas a gênero e sexualidade, na educação cristã porque hoje em dia é comum ser desqualificada qualquer visão de mundo que não esteja ancorada nos princípios cristãos. Essa desqualificação é chamada de “ideológica” pelos setores religiosos, ou em um ideário apoiado sem ancoragem da realidade.

Preocupados com a importância dos estudos de gênero e sexualidade, os autores, trazem a informação de que a Associação Brasileira de Antropologia publicou o “manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censura”. Em que a educação cristã deveria formar, pensando na dignidade, justiça, incluindo as diferenças existentes entre seus membros, pois, todos fomos criados à imagem de Deus, e não aceitar as diferenças estamos colocando a imagem de Deus em julgamento.

Se, para a confissão cristã todos somos chamados a sermos a imagem e semelhança de Deus, para os pesquisadores a educação cristã tem como objetivo não só orientar na fé, mas, orientar em princípios éticos, que envolvam o respeito mútuo, o amor ao próximo e a próxima, pensando na dignidade, já que Cristo nos dá dois mandamentos¹⁴ que envolvem justiça, respeito, amor e compreensão, mostrando o combate a todos tipos de exclusão e discriminação. Por isso, os autores afirmam que é necessário a compreensão das diferenças entre gênero e

¹⁴ Segundo a tradição cristã, esses dois mandamentos de Jesus abarcam todos os outros mandamentos. Eis o mandamento: (Mateus, 22, 37 – 39) “Disse Jesus: Amarás o Senhor teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de todo o teu espírito (Dt, 6, 5). Esse é o maior e primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás teu próximo como a ti mesmo (Lv 19, 18). Bíblia Sagrada.

sexualidade não só entre os adolescentes, mas também na infância. A educação cristã tem seu papel de formação social, visto que a ação de Cristo nas pessoas deve ser libertadora.

Os pesquisadores ao analisarem o “Compartilha” - material didático usado para confirmados¹⁵ e confirmadas, orientadores e orientadoras - percebem que aparecem as questões sobre diversidade de raça e de gênero, questões sobre o respeito e igualdade, há a inclusão da pessoa com deficiência, e há o uso de imagens inclusivas, embora os autores não deixem claro quais imagens estão sendo utilizadas. Entretanto, os pesquisadores apontam que encontraram nesse aparato didático textos bastantes complexos e difíceis de interpretar, implicando na difícil compreensão dos termos teológicos, visto que quem ministra esses encontros são pessoas leigas da comunidade. Na introdução do primeiro capítulo, a pastora Marcia Biasi, em palavras simples ressalta que a divisão de tarefas não pode ocorrer por causa do gênero, mas deve se dar pela habilidade de cada pessoa.

Dando continuidade as pesquisas, também foram analisados exemplares dos anos de 2015 e 2016 do material denominado “Amigo das Crianças”. Os exemplares avaliados abordaram, em suas capas, em figuras, nas histórias, diversidade de gênero, de cor, raça e o uso da linguagem inclusiva, além de fazer reflexões sobre a importância do trabalho de cada um, a importância de toda a criação e também a importância das mulheres no tempo de Jesus e nos nossos tempos.

Podemos também vislumbrar neste estudo vários textos bíblicos que ressaltam a importância de todas as pessoas, na perspectiva luterana. Tais são os temas: Salmo 139, 1-5; 13-14. Deus nos forma, nos cuida, cria homens e mulheres em dignidades. Marcos 12, 28-31 e João 13,34-35. A essência dos mandamentos é o amor. Gênesis 1, 26-27. Dignidade igual para homens e mulheres. Gálatas 3, 26-28. Não há diferenças entre as pessoas, Entre outros.

Por fim nas considerações finais, os autores revelam que os temas sobre gênero e sexualidade fazem questionamentos entorno do machismo, e como a desestabilidade de todo tipo de preconceito e exclusão contribui para o respeito à todas as pessoas e a toda a criação Divina, independente de quem ou como for. Somos chamados ao compromisso com a criação de Deus, uma vez que violamos ou desrespeitamos o espaço e a liberdade de alguma pessoa, estamos violando o próprio Deus que se apresenta em nós.

¹⁵ Confirmados ou confirmadas, jovens que passam um período de estudos religiosos da fé cristã. Após esse período em culto solene esse jovem faz a sua confirmação para a toda Igreja de aceitação da doutrina luterana e da fé em Cristo.

A quinta pesquisa é de Roney Castro (2017). É um artigo sob o paradigma pós-estruturalista, que se encontrava nos anais do 13º Seminário Internacional Fazendo Gênero, intitulado: *Gênero, Sexualidade, Religiosidade e Escola: problematizando relações*. Esses atravessamentos geram tensões éticas, morais e políticas ao se tratar de questões de gênero e sexualidade na escola, visto que tentam enquadrar os sujeitos em experiências homogêneas.

O autor afirma que tendo como foco a escola, se faz importante pensar as relações de poder e os processos de subjetivação na forma como professores e professoras lidam e pensam a diversidade sexual e de gênero, o discurso religioso e o fazer pedagógico, já que estamos vivenciando um movimento crescente de renovação de uma certa moral-religiosa, em resposta às transformações sociais e culturais que superam o discurso heteronormativo. Tais transformações vêm à tona numa tentativa de superação das desigualdades, no combate às violências a fim de conferir a todas as expressões de gênero e sexualidade legitimidade e dignidade.

Pode-se dizer que a cruzada religiosa católica e evangélica se dá no campo das leis e políticas públicas, onde se busca problematizar a disputa por currículos escolares e onde estaria sendo implantada uma ideologia que se opõe, supostamente, aos princípios cristãos, segundo alguns grupos conservadores que elegeram esses valores como fundantes da sociedade.

O que esses conservadores entendem como verdade “natural” e “normal” diz respeito a vida, o amor e o desejo serem vividos somente por casal heterossexual cisgênero e monogâmico com fins reprodutivos.

Nesse sentido, o termo “ideologia de gênero” emerge do âmbito católico, em meados da década de 1990 e no início dos anos 2000, no Conselho Pontifício para a Família e conferências episcopais. A “ideologia de gênero” se dá como interpretação equivocada e confusa, considerando o conceito de gênero estabelecido naturalmente e cristalizado contra os direitos reprodutivos e sexuais. Assim, o “ideologia de gênero” vem sendo usado para incendiar a mesa política em diversos países a fim de repelir os avanços conquistados pelas políticas sociais voltadas a valorização e combate às violências contra as diversidades sexuais e de gênero.

Castro, realizou a pesquisa com docentes que atuam do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, em duas escolas públicas do interior do estado de Minas Gerais. Como coleta de dados o autor utilizou de questionário com questões abertas e grupo focal com professores/as levantando informações sobre: a formação do docente e sua educação religiosa; e as temáticas de gênero, sexualidade e religião no contexto escolar.

Segundo o pesquisador, é possível notar que os valores religiosos estão na base das relações sociais e que constroem diversificados processos de formação das experiências religiosas. Em relação sobre as temáticas de gênero e sexualidade com a religião, destaca-se uma relação tensa, pois as religiões de forma geral não aceitam outras possibilidades de sexualidades que não seja a heterossexual. Nesse caminho, Castro aponta que há a produção de “verdades”, nas religiões cristãs, que se impõe de forma impositiva e doutrinário, sendo identificado uma visão fundamentalista dos códigos morais cristãos em relação ao gênero e a sexualidade.

A sexta pesquisa é de Fernando Pocahy e Priscila Dornelles (2019) intitulada: “*Problematizando gênero e sexualidade em interlocução com educadoras/res de uma escola confessional filantrópica*”. O estudo sob o paradigma pós-estruturalista, de natureza qualitativa, concentrou sua análise nos discursos que se (re)produziam nos processos educativos diante dos dispositivos da sexualidade e da normatividade que regula o gênero, com ênfase nos discursos heteronormativos no cotidiano da escola. Como metodologia foi adotada a análise do discurso foucaultiana, e a técnica de coletas de dados se deram com entrevistas semiestruturadas, e o local da pesquisa se deu numa escola confessional e filantrópica de Ensino Fundamental e Ensino Médio, localizada no estado do Ceará.

Na referida escola pesquisada as atividades religiosas fazem parte do cotidiano escolar, onde o projeto confessional é reforçado pelos padres e algumas senhoras missionárias. Estiveram envolvidos nessa pesquisa 19 docentes de um total de 40 profissionais, do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Os pesquisadores começam a sua explanação nos dizendo que a institucionalização da educação básica no Brasil se deu em desacordo com a pluralidade regional, institucional e as diversas realidades existentes entre a escola pública e a privada. A partir daí temos a (re)produção de vários discursos assumidos pela escola no que toca à raça/etnia, ao gênero e a sexualidade, gerando um conceito de humano ideal, na busca de uma hegemonia na educação.

Para Pocahy e Dornelles, essa condensação de sentido sobre um suposto ser humano ideal na instituição educacional, constitui-se como campo de (re)produção hierárquica de desigualdades, injustiças e sofrimentos aos sujeitos que vivem fora da heterossexualidade compulsória. Com isso, o Currículo e o cotidiano da escola deveriam ser entendidos como arranjos de uma sociedade para institucionalizar a própria vida em sociedade. À medida que a heteronormatividade atua, esse modo de viver vai se naturalizando. Porém, no cotidiano escolar

vão se revelando as resistências a norma, a costumes e tradições, em que se vai desnudando uma lógica estrutural do agir humano.

Quanto aos resultados da pesquisa, os autores apontaram que a escola e a pedagogia como subjetivação instaura normas, como também as possibilidades de resistências. Nesse caminho, foram percebidos rastros de discursos heteronormativos e heterossexista. Nas referidas verbalizações, aparece um discurso que sublinha a divisão de gênero no trabalho e reforça as desigualdades entre homens e mulheres. Contudo, nas entrevistas aparecem algumas vozes críticas, que visualizam os avanços feministas e a opressão masculina.

Segundo os autores, para alguns entrevistados, a escola é tida como espaço social onde se reflete a organização social estabelecida. Os entrevistados deixaram claro que tanto a escola, a religião, a política, os meios de comunicação são mantenedores das representações de gênero e sexualidades dominantes. Quanto aos discursos sobre homofobia, muitos dos professores e professoras se sentiram inseguros em conceituar o referido termo. Os docentes relataram que casos de homofobia ocorrem corriqueiramente, e que falta a todos que fazem a escola a criação de estratégias de enfrentamento.

Ainda segundo os autores, as análises mostraram que os ideais cristãos permeiam e influenciam na vida dos educadores. Levando em consideração que suas falas em muitos momentos se aproximaram dos discursos e princípios religiosos de caridade e acolhimento, porém se distanciam da aceitação de inclusão da pessoa com sexualidade dissidente da heterossexualidade.

A sétima pesquisa foi realizada por Fidel Ramírez e Maricel Lopez (2021), intitulada, na contra mão do que pensa a Igreja Católica, *Espiritualidad y diversidad sexual: desafíos para una pastoral LGBT+*, de perspectiva pós-estruturalista, já na introdução, os autores revelam que nos pontificados de João Paulo II e Bento XVI, a postura oficial da Igreja Católica Romana sobre a sexualidade esteve marcada pela busca de conter uma realidade de exclusão que a anos se faz presente nos marcos morais da Igreja, gerando uma discrepância entre o que propõe o Magistério da Igreja e como vivem muitos cristãos em questões referentes à sexualidade e ao matrimônio.

Nesse caminho, mesmo com as propostas de avanço do Concílio Vaticano II, muitas questões deixaram de ser tocadas como por exemplo o caso de uso dos anticoncepcionais, a comunhão para divorciados e a vivência da sexualidade das pessoas LGBTI¹⁶+

¹⁶ Optei por deixar a sigla LGBTI+, neste texto da revisão de literatura pois é a sigla usada pelos autores do texto.

Fidel e Maricel afirmam que com a chegada do Cardeal Argentino Bergoglio ao papado e com a sua famosa expressão “quem sou eu para julga-los”, fiéis LGBTI+ tiveram esperanças que o Pontificado de Francisco traria importantes avanços a respeito do reconhecimento e da valorização para a comunidade LGBT+. Após 7 anos de seu pontificado são mais dúvidas do que certezas, visto que compreender e realizar plenamente a vontade de Deus em suas vidas, é o objetivo geral da pastoral como também a grande resistência homofóbica entre a hierarquia da Igreja.

Segundo os autores, mesmo com o crescimento organizacional de alguns grupos e comunidades LGBTI+ na Igreja, como por exemplo a Rede Global de Católicos Arco-íris (GNRC) que agrupa mais de 90 comunidade em torno do mundo (África, América, Europa e Oceania), tais comunidade vem trabalhando em rede para avançar em uma teologia do encontro, que reconheça o ser humano como ser integral, superando a lógica dicotômica impostas por uma perspectiva maniqueísta que tanto tem marcado a leitura da sexualidade na Igreja Católica, como propõe os jesuítas James Martin e até mesmo o Papa Francisco. Porém mesmo com alguns avanços, alguns religiosos e religiosas que se dispunha a acompanhar os grupos deram um passo a traz, quando em 2015 começa a se difundir na Europa e na América a chamada “Ideologia de Gênero” que veio a mesclar Estado e Religião, sendo um grande perigo a frágil democracia Latino Americana.

Os pesquisadores buscaram oferecer elementos para uma compatibilidade de uma vivência religiosa dos valores evangélicos e a expressão de uma identidade sexual e de gênero diversa, superando a lógica da reprodução e chamando a atenção sobre a necessidade de se promover uma pastoral que de fato possa cuidar, defender e proteger pessoas LGBTI+. Três são os objetivos propostos: 1) levantar a problemática de ser uma pessoa LGBTI+ e ter uma realidade religiosa cristã; 2) Fazer um levantamento acerca da homossexualidade por intelectuais de diversas áreas dentro dos paradigmas ocidentais da ‘ciência’ em contraste com os aportes decoloniais e descolonizadores do saber hegemônico heteronormativo; 3) Abordar a pastoral desde a teologia bíblica para apontar alguns princípios éticos para uma pastoral verdadeiramente inclusiva da diversidade sexual.

Tendo em consideração que o centro da reflexão cristã não está na orientação sexual ou no gênero do fiel, mas na disponibilidade que tem o sujeito de fazer a vontade de Deus, os autores afirmam que o Papa Francisco abre algumas brechas que seus antecessores não o fizeram em torno da sexualidade e faz o convite às pessoas LGBTI+ a viverem os valores evangélicos. Descentralizando o discurso cristão da moral sexual para de fato o lugar político

onde se abrem importantes reflexões sobre os valores promovidos por Jesus nos Evangelhos, sobre as possibilidades de uma nova humanidade, encarnando assim a espiritualidade cristã na história e respondendo aos desafios do tempo presente e na superação dos fundamentalismos religiosos que promovem a injustiça social.

Os pesquisadores reflexionam que a vivência e a experiência humana nestes últimos séculos, revela-nos, uma verdadeira revolução sexual, em que o exercício da cidadania traz à tona uma reflexão que coloca no centro a discursão e o reconhecimento a respeito e valorização das orientações sexuais e identidades de gênero. Visto que no ser humano, o instinto sexual cumpre duas funções, se por um lado temos a necessidade de reprodução e manutenção da espécie; por outro, temos as formas de prazer e comunhão com os parceiros. Assim, a partir desses aspectos nos desprendemos da forma simplória de entender a sexualidade humana numa visão unilateral e passamos a compreender de forma mais completa, ao qual nos possibilita a denúncia das tecnologias e dispositivos de poder, através dos quais são controlados os corpos, dos gêneros e das sexualidades.

Numa tentativa de compreender o contexto onde estamos inseridos não só no seio da Igreja como sujeitos, mais no mundo, Ramirez e Lopez fazem um levantamento sobre o pensamento ocidental em torno do tema, que se inicia em Freud, passando por Lacan, Foucault, Sartre, Herrera, Judith Butler e Paul Preciado.

A partir desse contexto, os pesquisadores nos apresentam uma necessidade de desconstrução da categoria sexo, gênero e sexualidade, para que seja possível construir novos conceitos que não estejam associados a identidades fixas. Esses conceitos precisam ser interpretados e compreendidos a partir de suas dinâmicas, desconstruindo o modelo tradicional patriarcal-heterossexista sustentado em dicotomias e no reconhecimento do gênero como realidade performativa.

Para concluirmos, os autores afirmam que é necessário compreender que as relações estabelecidas hoje entre homens e mulheres se trata de uma relação de poder que se instaurou por conta de uma ideologia colonizadora. Os estudos de gênero abrem novos aportes que ampliam as compreensões em relação à sexualidade para expressar toda possibilidade e amplitude em que se manifesta a sexualidade humana. O termo diversidade, portanto, sexual faz referência a todas as formas de expressar e viver a sexualidade, abarcando todas as sexualidades plurais e polimorfas, não sendo em si uma categoria fechada, mas sempre correspondendo as possibilidades de abertura e inclusão de novas expressões sexuais. O corpo é o lugar teológico por excelência, visto que Cristo se revela em corpo dolorido, sendo o

resultado do amor divino que assume a nossa causa até o fim. A partir dessa leitura vemos que a categoria gênero nos revela a capacidade humana de construir identidades e incluir nessas identidades valores igualitários ou hierárquicos, de poder ou liberdade, heteronormativos ou sexualmente diversos

O oitavo artigo é de autoria de Luize Bucholz e Valéria Ferreira (2022) e se intitula *Gênero, orientação sexual e identidade religiosa no cotidiano escolar*. De paradigma pós-estruturalista, esse estudo, teve como objetivo compreender como as questões de gênero, orientação sexual e identidade religiosa interferem no cotidiano escolar frente a onda conservadora que se instaura em nossa sociedade. A metodologia não foi informada e a técnica de coleta de dados baseada em pesquisa bibliográfica.

As pesquisadoras iniciam o texto fazendo um levantamento sobre a influência da Igreja Católica na educação brasileira, desde a chegada e implantação (1549) do ensino pelos padres jesuítas no Brasil, com a intenção que se perpetuasse a religião católica e fossem preservados os valores morais cristãos até os dias atuais. Hoje a educação católica é preservada em vários estados brasileiros com a garantia da disciplina ensino religioso e em alguns casos do ensino confessional católico. Por conta da presença e influência da Igreja Católica temas como gênero e sexualidade foram praticamente excluídos do espaço escolar dando lugar a uma efervescência de controle moral e censura equivocados. Também é evidenciado que a Igreja usou da escola como espaço para a (re)produção de suas verdades, e nesse aspecto, a instituição educacional funcionou dentro de uma relação de servidão com a Igreja.

Segundo Bucholz e Ferreira, a escola é um espaço plural por excelência, porém com fortes influências externas, como o da religião. Por isso o dado biológico está atrelado à sexualidade gerando vínculos com as relações dogmáticas e religiosas, onde um senso comum traz uma série de tabu, repressão e crença, dando espaço para o conservadorismo que dificulta o debate sobre a diversidade dos corpos, dos gêneros e das sexualidades. Porém, a escola não pode eximir de seu papel formador científico, inclusive esclarecendo e desmitificando questões de gênero e educação sexual. Visto que é na escola, com informações livres de preconceitos, que crianças e jovens se sentem confortáveis para relatar situações de abuso sexuais.

Como conclusão, as autoras apresentaram a existência da interferência religiosas na escola, desde informações erradas como o termo “ideologia de gênero”, que fez com que muitas pessoas acreditassem em tal conceito. Outro ponto destacado no referido estudo foi que a Igreja sempre esteve atrelada ao ensino no Brasil impedindo que temáticas sobre gênero e sexualidade fossem de fato abordadas no campo escolar em uma perspectiva plural e democrática.

A última e nona pesquisa é de autoria de Sandy Carolina Aspiazu Puebla e Carolina Verónica Páez Vacas e se intitula *Sexualidad, Cuerpo y Educación. Acercamientos al currículo oculto de educación sexual en un Colegio Privado Religioso en la Ciudad de Quito en el período 2015 – 2016*. Essa pesquisa foi realizada no Equador, onde segundo as autoras se observou que nesse país no ano de 2015 acontecia uma substituição da Estratégia Intersectorial de Planejamento Familiar pelo Plano de Fortalecimento da Família. Nesse Plano, foi levantada a abstinência, a família, a afetividade, o projeto de vida e os valores humanos como estratégias para neutralizar os comportamentos de risco associados à sexualidade. Provavelmente dentre esses riscos estariam as sexualidades dissidentes (homossexualidade, bissexualidade, travestilidade etc.)

A metodologia adotada foi a qualitativa com base em um trabalho de campo etnográfico em um colégio privado religioso na Cidade de Quito, Capital do Equador, onde se trabalhou com uma classe de 45 adolescentes de ambos os sexos, entre 16 e 17 anos . Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a sujeitos chaves, em que se evidenciaram os discursos sobre a sexualidade. Aplicaram a técnica de observação sem participação, a fim de conhecer melhor o ambiente estudantil e promover diálogos e discursões entre os discentes. O desenho metodológico das oficinas foi voltado para as informações que circulavam oficiosamente no espaço educacional e buscou coletar informações sobre o que disseram, pensaram e comentaram os adolescentes sobre essas informações que circulavam.

O referido estudo teve por objetivo compreender as formas de como se educa para a sexualidade em um colégio privado religioso. Para tanto, foi analisado a educação em sexualidade desde o currículo oculto, tentando compreender as intenções por trás da formulação de discursos em torno do risco. A linguagem de zombaria e a brincadeira foram o que permitiu, aos alunos e às alunas, de alguma forma pronunciar suas crenças ou concepções sobre sexualidade, critérios, valores, dúvidas e necessidades que talvez não pudessem ser manifesto em outros espaços.

As autoras afirmam que na América Latina e no Caribe têm acontecido reformas que buscam incorporar a educação da sexualidade no currículo e nos sistemas educativos formais. Visto que as pesquisas realizadas em diferentes países da região indicam que as instituições educativas são espaços que forjam transformar e construir gênero entre adolescentes a partir de um sistema de violência, imagens, práticas, linguagens, signos e crenças produzidas pelo atores educacionais.

A partir de uma perspectiva construtivista, as autoras defendem que na escola em qual o trabalho de campo foi realizado, existe um currículo oculto, através do qual transmite educação sexual implícita. Na medida em que existe uma ausência de conteúdo explícito sobre educação sexual, foram dados depoimentos sobre as informações que os alunos receberam nos anos anteriores à mudança de Políticas públicas. Neste cenário, identificamos que a instituição tenha criado uma estratégia para educar sobre a sexualidade no espaço de transição política entre ENIPLA e o Plano familiar.

Os discursos que giram em torno da sexualidade configuram as subjetividades dos aprendizes. A sexualidade é compreendida a partir da ideia de risco, uma vez que o ensino tem como foco a transmissão de conteúdos sobre gravidez na adolescência, DSTs e HIV/SIDA, mas, sobretudo, porque se tentou cobrir estes problemas com o discurso de profissionalização e produtividade. Assim, para que durante a adolescência esses cenários de risco sejam evitados, têm se insistido na importância de suas carreiras profissionais para que tenham um futuro social e economicamente estável. Retóricas do saber, do medo e da profissão são criadas para que o adolescente se distancie, rejeite e até adie a sexualidade.

Ao finalizar as apresentações sobre as nove pesquisas indicadas acima, foi possível realizar algumas categorizações no que diz respeito: a) ao tema; b) aos objetivos; c) às metodologias; e d) aos resultados.

Ao analisar as produções selecionadas, podemos perceber que as pesquisas abordaram temas que contribuíram para o campo teórico-metodológico que se relacionam às questões de gênero e sexualidade na educação cristã, contribuindo para novas compreensões pedagógicas sobre essas categorias e suas funcionalidades, tendo em vista o combate a LGBTfobia e a implementação de políticas públicas e educacionais; na criação de projetos que primeiramente promova e assegure a vida e a existência de todos os seres humanos; e as formações continuadas para todos que fazem a escola.

Nas pesquisas citadas anteriormente, é perceptível que os objetivos em comum estão relacionados com gênero e sexualidade na educação e as implicações de eficiência e eficácia no processo de uma educação confessional mais inclusiva, acolhedora que respeita as diferenças humanas na sua integralidade e produzindo efeitos sociais no combate a todo tipo de discriminação e exclusão.

Entre os objetivos se destacam: a) Levantamento das principais questões decorrente do trato na escola católica sobre gênero e sexualidade, sintetizando os argumentos usados pela Igreja para negligenciar e ocultar a presença de gênero e da diversidade sexual em seus espaços

educacionais; b) Analise das aproximações e distanciamentos das narrativas dos professores/as homossexuais referentes as questões de diversidade sexual e LGBTfobia no ensino confessional; c) avaliar o impacto de ferramentas que mapeiam os resultados educacionais como forma de auxiliar a eficácia do enfrentamento à LGBTfobia a partir de análises das falas dos professores/as.

A abordagem teórica que as pesquisas apresentaram estão vinculadas ao paradigma pós-estruturalista, corrente de investigação filosófica, que ao nosso entendimento é uma perspectiva muito importante em nosso estudo, pois além de rejeitar a concepção essencialista do sujeito, nos possibilita desconstruir determinadas relações estruturais baseada na percepção do sujeito centrado e biológico. Também encontramos a possibilidade de conhecer e ampliar nossa visão de mundo acerca da diversidade apresentada pelas teorias que se encontram vinculadas à essa perspectiva, tais como: teoria do discurso, estudos culturais e teoria queer (Louro, 1997).

Em termos metodológicos foram utilizados a análise de discurso foucaultiana, quanto aos métodos usados nas pesquisas, foram aplicadas para coleta de dados os aspectos qualitativos. As entrevistas semiestruturadas, como técnica qualitativa, foram utilizadas com profissionais da área educacional, além das revisões bibliográficas.

No que diz respeito aos resultados das pesquisas citadas acima destacam-se: como se tem regredido as agendas de políticas públicas que garantam os direitos das pessoas LGBTQIA+; como a escola tem um papel principal no combate a todos tipo de exclusão; é na escola, quando esse espaço é de fato democrático, que alunos e alunas sentem-se confortáveis para declararem sua condição sexual; é de responsabilidade das instituições educacionais gerar novas ideias e conscientização de que as possibilidades humanas são diversas e devem ser respeitadas na sua integralidade; a descentralização da educação hetero compulsória leva-nos a uma nova forma mais sensível, humana e incluyente nos processos de aceitação dos sujeitos e sujeitas; a formação de todos e todas que fazem a escola é de fundamental importância para a manutenção das responsabilidades e execução de política educacional que afastam da essência da tarefa educativa toda e qualquer LGBTfobia ou discursos sexistas, evitando assim a omissão da sua natureza social e política.

A partir desses resultados, percebemos que existem trabalhos acerca das discursivas sobre gênero e sexualidade no ensino confessional; identificamos por partes de uns poucos profissionais o interesse pelo tema de gênero e sexualidade porém sem o respaldo e amparo da própria Instituição Escola; pouco investimento por parte das Escolas Confessionais na formação

de seus profissionais entorno da temática; pouca ou quase nenhuma possibilidade de visibilidade por parte das escolas com seus docentes ou discentes que apresentam uma sexualidade fora da heteronormatividade no cotidiano escolar; poucos projetos pedagógicos de inclusão e aceitação acerca do gênero e sexualidade; pouco empenho por parte das escolas confessionais na superação da LGBTfobia; e falta de compromisso social, científico e religioso das Instituições confessionais no trato das discursões sobre gênero e sexualidade em seus ambientes.

Também percebemos que houve alguns limites na produção dessas pesquisas: a) na abordagem do tema sobre violência sofrida por pessoas LGBTQIA+ no contexto educativo; b) perfis socioeconômicos e culturais dos docentes e discentes que sofrem LGBTfobia; c) evasão escolar por partes de pessoas LGBTQIA+; d) as possibilidades de construção de uma outra masculinidade que não a heterossexual.

3 – CONCEITUANDO GÊNERO, SEXUALIDADE E ESCOLA CONFSSIONAL CATÓLICA.

Os estudos sobre as temáticas de gênero, sexualidade e escola confessional católica refletem acerca das questões ligadas, diretamente à diversidade dos gêneros, aos preconceitos a elas relacionadas e como a escola católica tem se posicionado frente a estas discursões. Para seguirmos em nossa pesquisa, faz-se necessário apresentarmos os conceitos que serão usados em nosso estudo como referencial teórico. Por isso, organizamos essa seção a fim de discutirmos sobre gênero, sexualidade e educação confessional católica que permearão nossa produção de conhecimento.

Primeiramente, trazemos uma conceituação sobre gênero com a proposta de localizar quais caminhos o referido termo vem assumindo. Iniciaremos por meio de uma reflexão histórica do movimento feminista e a busca por acesso a direitos sociais para todas pessoas. Na segunda sessão, refletiremos sobre a sexualidade, problematizando este conceito e ao mesmo tempo denunciando como este dispositivo controla os corpos das pessoas no dia a dia.

Na sessão seguinte, pensaremos sobre a escola confessional católica compreendendo seu conceito, sua identidade e suas novas perspectivas em busca do rompimento com as perspectivas dicotômicas homem/mulher, heterossexualidade/homossexualidade. E por seguinte, realizamos uma reflexão sobre educação, gênero e sexualidade, promovendo discussões nesta sessão de como a presença do gênero na educação é visualizada pela perspectiva dicotômica.

3.1 – GÊNERO

Com o protagonismo dos Movimentos Sociais Feministas e após a segunda guerra mundial, surge o termo gênero como categoria analítica e política (Scott, 1995). Com o surgimento desse conceito, esses movimentos questionavam as desigualdades sociais entre as pessoas relacionadas aos seus corpos por apresentarem o sexo como um campo biológico vindo no nascimento e institucionalizado para a vida. Essa crítica centrava-se no patriarcado, que garantia superioridade ao nomeado masculino em relação ao feminino, que se categorizava para a sociedade como frágil, submisso e do lar.

Um dos marcos dessas reflexões foi a publicação de Simone de Beauvoir em 1949, do livro intitulado *O segundo sexo*, que trazia em uma de suas páginas a célebre frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Foi algo tão provocativo e inovador que a obra entrou para o Índice dos Livros Proibidos pela Igreja Católica em 1956. Para a autora, o ser mulher não pode ser explicitado simplesmente pelo dado biológico, mas se trata de um acontecimento cultural que se dá como resultado dos processos históricos de construção simbólica desde a origem da humanidade sobre o ser mulher. Em outras palavras, essa construção se dá pelo viés dos entendimentos e interpretações masculinas, causando assim uma verdadeira estranheza ao gênero feminino.

A identidade da mulher não se dá por ela mesma, é sempre subordinada em relação ao outro masculino, tornando-se assim objeto. Para Beauvoir (1949¹⁷), a intenção é descobrir onde a sujeição universal torna-se possível e onde se daria a hierarquização entre os sexos, sujeitando o gênero feminino a uma relação de inferioridade na sociedade. Ao questionar o dispositivo hierárquico, a autora coloca em xeque a questão da liberdade feminina. Dessa maneira, o gênero masculino não a percebe como o seu suposto outro complementar, mas objetificando-a, mantendo assim uma visão entranhada na biologia, e na visão essencialista das construções sociais para o feminino.

Nesse sentido, o sexo/corpo seria equivocadamente categorizado como biológico¹⁸, ou seja, ligado à constituição físico-química do corpo humano, não tendo nada a ver com o gênero.

¹⁷ Em 1949, Simone de Beauvoir lança o seu escrito intitulado “Le deuxième Sexe” traduzido aqui no Brasil como “O Segundo Sexo”. Na época, o lançamento foi um divisor de águas no pensamento feminista, quando o conservadorismo patriarcal impunha diversas proibições à vida das mulheres. Usaremos nessa pesquisa uma versão da 2ª edição traduzida aqui no Brasil do ano de 1967.

¹⁸ Vale ressaltar que a teoria da performatividade de gênero (Butler, 2003; 2022) vinculada à perspectiva Pós-estruturalista desconstruiu o sexo como biológico e natural, pois os sentidos sobre os corpos/sexos são engendrados em contextos históricos e socioculturais.

Ao falarmos em “gênero feminino”, nos referimos a todas as características que a sociedade associa ao “ser mulher”; quando se fala em “gênero masculino”, logo associamos as características que a sociedade determina ao “ser homem”. Contudo, podemos perceber que o gênero não é biológico-natural, mas uma construção social. Ou seja, “ser homem” ou “ser mulher” não é um dado natural, mas algo interpelado, performatizado e social, de maneira que, ao longo da história, cada sociedade criou os padrões de ação e comportamento de determinado gênero (Butler, 2003, 2022; Miranda 2011, 2016, 2021). Nesse caminho, Butler afirma que:

A conclusão aqui não é que não seja possível fazer afirmações válidas e demonstráveis sobre a determinação sexual, mas, em vez disso, que as pressuposições culturais sobre o *status* relativo de homens e de mulheres e sobre a relação binária do gênero estruturam e orientam as pesquisas sobre a determinação sexual. A tarefa de distinguir sexo de gênero torna-se difícil uma vez que compreendamos que os significados com marca de gênero estruturam a hipótese e o raciocínio das pesquisas biomédicas que buscam estabelecer o “sexo” para nós como se fosse anterior aos significados culturais que adquire. A tarefa torna-se certamente ainda mais complicada quando entendemos que a linguagem da biologia participa de outras linguagens, reproduzindo essa sedimentação cultural nos objetos que se propõe a descobrir e descrever de maneira neutra (Butler, 2003, p. 160).

Dessa maneira, as relações de poder interceptam os gêneros, onde nesses atravessamentos ocorrem as permissões ou as repressões, desses indivíduos, tendo como norma os padrões sociais vigentes. Embora, fosse possível pensar o sexo/corpo ligado só aos marcadores supostamente biológicos, a inteligibilidade social compreende o gênero como um suplemento do sexo/corpo (Butler, 2003).

Entretanto, os aspectos culturais determinam as características corporais/sexuais ao mesmo tempo em que essa construção discursiva ganha *status* de biológica (Oliveira; Miranda; Silva, 2018).

Assim, Miranda (2011, p. 39) afirma que “os pós-estruturalistas enfatizam a linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero, considerando que a identidade de gênero é construída por intermédio da linguagem que veiculam e engendram categorias de inteligibilidade social (Miranda, 2011, p. 39).

Sob esse caminho da perspectiva pós-estruturalista em relação à categoria gênero, existe o texto já clássico de Joan Scott (1995) intitulado *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*¹⁹. No referido texto, há diversos aspectos que interligam o gênero com a relações de poder: conceitos normativos por meio de doutrinas religiosas, políticas e jurídicas; o sentido

¹⁹ Título original: Gender: a useful category of historical analyses. Joan Scott (1989) é uma importante teórica sobre o uso da categoria gênero em história.

em ser masculino e feminino por meios de representações de genitais; as representações de controle e domínio entre as classes e acesso aos direitos fundamentais.

Para a autora, “[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseada nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder [...]” (Scott, 1995, p. 86). Com essa formulação, Scott propõe o seu próprio conceito de gênero, pautadas em duas proposições: a primeira nas diferenças percebidas entre os sexos e uma segunda onde o gênero significa primeiramente relações de poder e que sofrem variações segundo essas mesmas mudanças. Ao refletir sobre esse conceito Miranda (2011) nos apresenta que:

Temos então, a definição de gênero proposta por Scott como elemento que é engendrado em um viés relacional. Essa relação inclui questões de poder, pois, baseada em Foucault, a autora considera que toda relação é uma relação de poder. E afirma ainda, que o gênero é normativo fixando sentido em relação à pluralidade de sentidos que existe no social. E que essa fixação de sentidos o reduz a uma oposição binária excludente de masculino e feminino e de homem e mulher (Miranda, 2011 p. 40).

Nessa mesma perspectiva de desconstrução uma outra teórica que problematiza a categoria gênero é Judith Butler (2003). Em sua obra: “*Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*”. Essa pesquisadora queer²⁰ articula diversidade sexual e de gênero com feminismo. Buscando desconstruir a inteligibilidade dicotômica do corpo, do gênero e da sexualidade. Butler afirma, por meio de sua teoria da performatividade de gênero, que tanto o sexo/corpo como o gênero são ficcionalmente categorizados como dicotômicos. Além da denúncia da ficcionalidade dicotômica, a autora problematiza a suposta lógica linear sexo-gênero-sexualidade. Ou seja, um corpo de “macho” necessariamente não tem de ser um gênero masculino e vice-versa. Ela desconstrói o caráter ontológico/essencialista do ser (corpo e gênero). Butler, na sua concepção sobre corpo, gênero e a sexualidade, afirma que essas categorias são construções discursivas que ganham *status* biológicos, na medida em que o discursivo é esquecido e a essência, o fundamento é assumido como supostamente natural. Com o intuito de contribuir com essa reflexão Lima (2021) nos afirma que:

²⁰ *Queer*: é um termo guarda-chuva da língua inglesa para minorias sexuais e de gênero, ou seja, que não são heterossexuais ou não são cisgênero. Originalmente significando "estranho" ou "peculiar", *queer* era usado pejorativamente contra aqueles com desejos ou relações homossexuais no final do século XIX. A partir do final dos anos 80, ativistas *queer*, tais como os membros da *Queer Nation*, começaram a reconquistar a palavra como uma alternativa deliberadamente provocadora e politicamente radical aos ramos mais assimiladores da comunidade LGBT. No século XXI, *queer* tornou-se cada vez mais utilizado para descrever um amplo espectro de identidades sexuais e políticas não normativas e de gênero, como observa Joshua Gamson: (...) a teoria *queer* e os estudos *queer* propõe um enfoque não tanto sobre populações específicas, mas sobre os processos de categorização sexual e sua desconstrução (Gamson, 2006, p. 347).

Para Butler, não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero. Esta identidade é performativamente construída através das expressões tidas com seus resultados. Um enunciado é performativo quando realiza um ato ao ser pronunciado, como o “sim” dos nubentes na hora do casamento ou “declaro aberta a sessão”, de modo que palavra e ato coincidem. A identidade de gênero se dá apenas na sua expressão (Lima, 2021, p. 87).

Dessa maneira, Lima (2021) explicita que Butler expõe que as identidades se tornam produtos institucionalizados por meio de regras dicotômicas e passíveis de controles pela cis-normatividade²¹. Nesse caminho, as pessoas divergentes – não normativas, ou que não aceitam a norma de corpo, gênero e sexualidade - mesmo mantendo a resistência a essas categorizações binárias sofrem sanções em serem reconhecidas socialmente.

Assim nos escreve Butler (2003):

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo (Butler, 2003, p. 24).

Para a pesquisadora, gênero é uma construção social que não se limita a um sexo/biológico/natural dado a um corpo pela inscrição jurídica pautada em genitais, mas um meio pré-discursivo produzido pela identificação na cultura. O sexo está relacionado à identificação em uma categoria dicotômica que materializa o reconhecimento do indivíduo em pessoa e não na possibilidade de reprodução humana, como gosta de afirmar a sociedade e a religião ancoradas no patriarcalismo. Para tanto, podemos reconhecer que a necessidade de nomear uma criança no ato do seu nascimento, em menino ou menina envolve em direcionar a esse mesmo indivíduo a um sistema de reconhecimento que determinará e lhe imporá quais comportamentos devem ser ensinados, reforçados e permitidos como controle de seu corpo, gênero e, possivelmente, de sua sexualidade. É por meio dessa performatividade de gênero que a cis-normatividade controla a inteligibilidade sobre os corpos, gêneros e sexualidades.

Estas características que diferenciam os corpos de maneira dicotômica não representam apenas uma nomeação em ser masculino ou feminino, mas são impostas para categorizar e remeter que existe um gênero que foi construído como dominante - o homem e outro como passível de dominação – a mulher.

Nesse sentido, o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero.

²¹ Cisnormatividade trata-se da ideia de que uma pessoa que nasce com pênis tornar-se-á homem e terá seu desejo sexual voltado a mulheres, e vice-versa. Assim, a pessoa assume a identidade que lhe foi atribuída ao nascimento.

Consequentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância²² – isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra (Butler, 2003 p. 48).

Sublinhamos que Butler (2003) nomeará de performances subversivas as identidades que rompem com o que foi determinado para o seu gênero seja por seguir uma orientação fundamentada como “natural” ou por conta de domínio simbólico por meio linguístico.

Podemos então exemplificar essas diferenciações a partir de diversos aspectos e seguimentos, tais como: o socioeconômico, quando há desproporção de salários onde homens e mulheres ocupam os mesmos cargos, ou em relação às atribuições de atividades domésticas destinadas somente para as mulheres. Vale ressaltar que essas desigualdades entre gêneros ganham proporções maiores quando há interseccionalidade entre o gênero e a raça, como no caso de pessoas negras que são desvalorizadas, discriminadas e sofrem preconceitos cotidianamente. Como materialização dessas situações, existem desigualdades em nossa sociedade em níveis educacionais, em relação aos postos de trabalhos e aos salários recebidos, em relação a vidas que importam e as vidas que não merecem viver, são assassinadas etc. como no caso da maioria da população ser negra no sistema prisional, na faixa da pobreza ser de cor negra, na mulher negra como empregada doméstica etc. (Gonzalez; Hasenbalg, 2022).

Essas questões expressam como os corpos são destinados a terem comportamentos advindos da binariedade, por apresentarem características advindas de um corpo humano – macho ou fêmea - composto de órgãos e de diferenças anatômicas, que são utilizadas para categorizar e diferenciar, com a intencionalidade de pertencerem a um grupo específico e serem passíveis de seguir regras. Assim declara a autora:

Declarar que o gênero é construído não é afirmar sua ilusão ou artificialidade, em que se compreende que esses termos residam no interior de um binário que contrapõe como opostos o “real” e o “autêntico”. Como genealogia da ontologia do gênero, a presente investigação busca compreender a produção discursiva da plausibilidade dessa relação binária, e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do “real” e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida (Butler, 2003, p. 584).

Podemos afirmar então, que o gênero é imposto coercitivamente de forma diária para ser reconhecido como um fato natural e linguístico que renuncia o campo cultural do corporal para que os indivíduos não apresentem performances subversivas e divergentes. Como

²²Sara Salih (2012) define esse conceito da seguinte maneira: “metafísica da substância” refere-se à crença difundida de que o sexo e corpo são entidades materiais, ‘naturais, autoevidentes, ao passo que, para Butler, [...] sexo e gênero são construções culturais ‘fantasmáticas’ que demarcam e definem o corpo” (Salih, 2015, p. 72)

dispositivo de coerção, a sociedade via uma inteligibilidade cisheteronormativa, cria e mantém um sistema opressor tido como supostamente natural para punir a todos e todas que decidem não se subjugarem à cisheterossexualidade compulsória.

Esse mesmo sistema opressor que opera sobre o gênero também se dá em relação à sexualidade e o seu controle sobre os corpos, tema que aprofundaremos na seção seguinte.

3.2 - SEXUALIDADE

A busca pelo prazer e pela satisfação é algo inerente ao ser humano, seja por experiências sexuais, profissionais, pessoais etc. As sexualidades vão se estruturando como modo de obtenção do prazer. O termo “sexualidade” surge no início do século XIX. Segundo Bourdieu (2012): “a sexualidade, tal como a entendemos, é efetivamente uma invenção histórica, mas que se efetivou progressivamente à medida que se realizava o processo de diferenciação dos diferentes campos e de suas lógicas específicas (Bourdieu, 2012, p. 123). Segundo o referido autor, os discursos decorrentes das sexualidades, surgem como uma tentativa normatizadora de controle das práticas sexuais pelos poderes sociais, políticos e religiosos sobre os corpos em determinados contextos e situações históricas.

Igualmente como acontece em relação aos gêneros, as sexualidades encontram-se envolvidas em um jogo social de poder com regras bem definidas, englobando desde os mecanismos biológicos, como também, as variantes dos comportamentos individuais ou sociais, que vão afirmando qual a sexualidade “correta” a ser vivida pelos indivíduos na forma do desejo e quais as formas que se desviam, de práticas e significações que são atribuídas ao sexo.

Michel Foucault (1999), nos afirma que:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas a grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (Foucault, 1999, p. 100).

Foucault (1999) faz sua reflexão sobre o dispositivo da sexualidade levando em consideração o poder repressivo, numa tentativa de compreender os discursos produzidos sobre as “verdades” e na análise de como o poder produzia esses discursos na psiquiatria e na sexologia. Assim, a categoria “sexo” é um efeito do “dispositivo da sexualidade”, como construção teórica, em que o discurso assume uma prática produtora de ações, técnicas e

instituições, que se localiza em um determinado tempo histórico. Numa tentativa de romper com o pensamento da invariabilidade da sexualidade nos diz o filósofo:

Falar dessa forma da sexualidade implicava libertar-se de um esquema de pensamento que era, então, bastante corrente: fazer a sexualidade uma invariante, e supor que, se ela assume, em suas manifestações, formas historicamente singulares, é por efeito de diversos mecanismos de repressão aos quais ela se encontra exposta em qualquer sociedade; o que equivale a colocar fora do campo histórico o desejo e o sujeito do desejo, e a exigir que a forma geral da proibição dê conta do que pode haver de histórico na sexualidade. [...] Falar da sexualidade como uma experiência historicamente singular também supunha que se pudesse dispor de instrumentos capazes de analisar, em sua característica própria e em suas correlações os três eixos que a constituem; a formação dos saberes que se referem a ela, os sistemas de poder que regulam a sua prática e as formas nas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade (Foucault, 2004, p. 193).

O que Foucault (2004) está propondo é uma análise mais realista de como os discursos historicamente, em torno do dispositivo da sexualidade, foram se compondo. Em outras palavras, o que ele deseja revelar é onde, como e quando cada indivíduo foi se sujeitando e também sendo assujeitado a aceitar uma sexualidade como única, verdadeira e normativa. A sexualidade como resposta a um jogo de verdades na constituição de si próprio como sujeito, que serve como fundamento para diversas instituições, tais como as religiosas, pedagógicas, judiciárias e médicas, entre tantas outras.

Nessa mesma perspectiva, David Córdoba García (2007), em seu texto denominado “Teoría queer: reflexiones sobre sexo, sexualidad e identidad: hacia una politización de la sexualidad” corrobora nos chamando atenção para os processos discursivos e das identidades em torno da sexualidade:

La sexualidad ha sido ubicada desde los discursos modernos dentro del ámbito de la naturaleza. Más aún, la sexualidad se ha visto generalmente como el último reducto de la naturaleza en el ser humano, como lo más indiscutiblemente presocial que hay en él. Concebido como energía, impulso, verdad íntima, sentimiento, etc., lo sexual es a la vez límite o frontera y substrato o fundamento último de la identidad social de los seres humanos. Este emplazamiento ha articulado todos los discursos sobre la sexualidad sobre el espacio discursivo más amplio de la dicotomía sociedad-naturaleza, y en tanto que posicionada en el segundo de sus términos, adoptará de él toda la ambigüedad con el que éste opera dentro de la articulación de tal dicotomía (Córdoba, 2007, p. 24).

Podemos perceber que para os autores citados, o dispositivo sexualidade é peça fundante no controle das ações sexuais dos indivíduos e na manutenção do poder social. Visto como as formas e os mecanismos de controle produzem a partir de uma formação discursiva os sujeitos sexuais, delimitando sua vivência da sexualidade, em que, torna como natural os efeitos produzidos desse dispositivo.

É nesse sentido que Guacira Louro (1997), ao se referir sobre as construções dos papéis sociais sobre o masculino ou o feminino, afirma-nos que as identidades devem ser entendidas

como múltiplas, ou seja, identidades não fixas que estão em transformação, que podem até ser ao mesmo tempo contraditórias, constituindo o sujeito na sua pluralidade.

Suas identidades sexuais se constituíram, pois, através de formas como vivem a sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos se identificam, social e historicamente, como masculinos e femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.) (Louro, 1997, p. 26 - 27).

O que a autora quer nos chama a atenção é que tanto no gênero, quanto na sexualidade, esses dispositivos estão sempre em transformação, gerando identidades que não são dadas por si próprias, ou acabadas, mas que essas identidades são sempre construídas em um contexto, em um determinado tempo histórico, não sendo possível fixar o momento onde a identidade sexual é fixada ou aprazada.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de forma mais explícita que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. Na verdade, desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações. Novas identidades sociais tornam-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como “política de identidades” (LOURO, 2000, p. 7).

Louro (2000), ao se referir sobre as muitas possibilidades de sexualidades, nos faz refletir que os movimentos sociais de transformações são os grandes causadores dessa reviravolta no pensar sobre as sexualidades, como também fortalecendo as mudanças das formas discursivas em torno desse dispositivo, até então nunca pensado e passando a intervir por instituições que considera ou consideravam o biológico como único dado verdadeiro e imutável. Essas transformações apresentam muitos ganhos para toda a sociedade, sejam nas formas de como construímos as identidades de gênero ou como cada indivíduo concebe viver a sua sexualidade. Com isso, vamos gestando novas possibilidades dessas vivências, como também, vamos, cada vez mais, tomando consciência “[...] de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. [...] a sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos (Louro, 2000, p. 8)”.

Butler (2000) corrobora com o que nos apresenta Guacira Louro afirmando que a sexualidade é um dispositivo regulador e impositivo de uma materialização que se dá a partir de práticas normativas e reguladoras cotidianamente praticadas.

Tanto para Foucault (1999) como para Butler (2000), a “sexualidade” é uma construção discursiva que ao longo do tempo vai se materializando. Porém, essa materialização nunca se dá de forma completa ou definitiva, necessitando assim de uma reiteração forçada para que sua manutenção vá se consolidando. Assim, para Foucault:

Não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dotado da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias (Foucault, 1999, p. 98).

Nesse caminho, Butler reitera que:

A sexualidade é uma organização historicamente específica do poder, do discurso, dos corpos e da afetividade. Como tal, Foucault compreende que a sexualidade produz o “sexo” como conceito artificial que efetivamente amplia e mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese (Butler, 2003, p. 137-138).

Aí está uma profícua análise, pois o efeito produtivo do poder que se dá na materialização de uma sexualidade cis-heteronormativas reguladora. Os sujeitos que escapam dessa normatização são tidos, ou adjetivados²³ como anormais, amorais.

O que está em jogo aqui é a noção de performatividade, entendida “como prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Butler, 2000, p. 152) em relação a materialização. Ou seja, na teoria da performatividade, Butler (2000) afirma que a sexualidade no corpo é materializada através das normas performativas reguladoras cis-heterossexual, a fim de, na materialidade da diferença sexual (dicotomia) se solidifique cada vez mais a cis-heterossexualidade.

Há uma necessidade de superação da dicotomia contida na matriz cis-heterossexual sobre o masculino e o feminino, visto que se trata de uma prática discursiva que gera uma inteligibilidade cultural que corresponderia as sexualidades. Nas palavras de Butler (2003):

²³ “Os discursos que se pautam na categoria do sexo, geralmente binários, procuram estabelecer uma relação entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, cuja baliza é a matriz heterossexual que defende a união afetiva e sexual apenas entre duas pessoas de sexos diferentes, além de haver uma relação entre sexualidade, corpo e reprodução da espécie humana. Aqueles que não se enquadram nestes padrões são por ela excluídos e, por vezes, até mesmo demonizados, como é o caso dos homossexuais e das mulheres, filhas de Eva, tentadoras do homem, carne do diabo (Camargo; Araújo, 2018, p. 133-134).

[...] a sexualidade situa-se sempre no interior das matrizes de poder, sempre produzida ou constituída no bojo de práticas históricas específicas, tanto discursivas como institucionais, e que o recurso a uma sexualidade antes da lei é ilusório e cúmplice das políticas sexuais emancipatórias (Butler, 2003, p. 144).

A partir do que nos orienta Butler podemos tomar como verdade que, o que acontece, é que nem sempre existe uma relação de conformidade das sexualidades com o sexo/corpo, nem tão pouco os gêneros, ou os desejos, corroborando para que práticas sexuais não sejam obrigadas a se moldarem aos padrões cis-heterossexuais da inteligibilidade cultural. Podemos então afirmar que os propósitos dos binarismos hierárquicos são fixar as identidades sexuais e de gênero e normatizá-las. Porém, mesmo com essa tentativa de fixar e normatizar as sexualidades a partir de uma matriz cis-heterossexual, essa dicotomia esconde uma pluralidade de muitas outras possibilidades de se viver as práticas sexuais (Louro, 1997; Miranda; Carvalho; Silva Filho, 2016).

Há uma multiplicidade e diversidade de verdades sobre as sexualidades, ou como nos afirma Louro (2008), “no terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual) (Louro, 2008, p. 21). O que está sendo proposto é uma problematização, desestabilização e desconstrução de categorias dicotômicas, excludentes e hierarquizadas, em que um primeiro termo do par está hierarquicamente superior em relação ao segundo termo.

O foco recai na desestabilização da estrutura de inteligibilidade dicotômica e antagônica que concebe o primeiro termo desse par como hierarquicamente superior em relação ao segundo. Tal abordagem desestabiliza as referidas categorias – dadas como naturais pelos atores sociais – além de descartar a ideia de um fundamento a-histórico, questão central da crítica ao paradigma Estruturalista (Miranda; Carvalho; Silva Filho, 2016, p. 368).

Assim, levando em consideração a desestabilização dos pares dicotômicos e o contato com o outro e como esse se percebe, reduziríamos as desigualdades e fortaleceríamos as relações de gêneros e sexualidades. Hoje, precisamos evitar, romper e superar a visão e simplista do “natural” como algo já pré-estabelecido por uma religião/dogma, isto é, desconstruir e desestabilizar o argumento essencialista que a inteligibilidade cultural da cis-heteronormativa (re)produz na sociedade.

A Escola Confessional Católica sempre contribuiu nas reproduções das desigualdades de gêneros e sexualidades em seus processos pedagógicos, visto que, esses mesmos, foram sendo usados para reafirmar condutas morais heteronormativas, onde se expulsa todas as questões referentes aos gêneros e as sexualidades, como veremos a seguir.

3.3 - ESCOLA CONFSSIONAL CATÓLICA (ECC)

A Escola Confessional se caracteriza por seguir uma “confissão” religiosa, seja ela de uma ordem ou congregação. Nessa perspectiva, a Escola Confessional Católica, ao longo dos tempos, foi se constituindo como uma das instituições pertencentes à Igreja Católica, mais consolidada em nossa sociedade, visto que esteve presente em grande parte da história, participando ativamente e vivenciando os diversos processos de transformações sociais, desde o feudalismo até os dias atuais, servindo de alicerce para o sistema capitalista.

Segundo a Congregação para Educação Católica (CEC), na instrução “A identidade da Escola Católica para uma Cultura do diálogo” de 25 de janeiro de 2022, no artigo 13, afirma que a Igreja tem o dever de educar não só para ser reconhecida na sociedade como instituição educadora, mas sobretudo por conta da missão de anunciar a todos e todas o caminho da salvação, comunicando aos fiéis a vida de Cristo em busca de uma vivência plena dos valores cristãos. Reafirmando assim, o seu princípio evangelizador, que extrapola a educação aos filhos e que corrobora para a promoção integral do ser humano transpassado pela tarefa de educar.

A escola confessional pode se diferenciar, mesmo dentro da Igreja Católica, segundo a doutrina teológica que a inspira. Nesse caso, muitos fundadores de ordens religiosas trazem para a vivência da fé cristã o seu modo de ver e encarar o mundo, como também, as suas concepções de educação. Temos aqui a Escola Franciscana que segue os princípios doutrinários de São Francisco de Assis (1181 – 1226), ou a Escola Jesuíta, fundamentada na perspectiva teológica de Santo Inácio de Loyola (1491 – 1556) e ainda, a Escola Salesiana, que segue os princípios educativos de Dom Bosco (1815 – 1888), esses são apenas alguns exemplos dentre muitos outros que compõem a Educação Confessional Católica. Não podemos deixar de registrar que embora nosso foco esteja situado na ECC, que há muitas outras escolas e experiências confessionais que seguem esses padrões e se pautam na teologia e doutrina protestante e que desempenham um papel importante em nossa sociedade.

Como podemos perceber, a ECC tem como prática pedagógica princípios educacionais filosófico-teológicos centrados nas tradições e inspirações religiosas que consequentemente estão vinculadas a uma conduta moral, ética e espiritual.

Se observarmos a história da educação no Brasil (Gambi, 1999), temos no ano de 1549, com a chegada dos padres da Companhia de Jesus, conhecidos como Jesuítas, o marco da implantação de uma educação confessional, inicialmente para a conversão e o letramento dos

povos originários. O compêndio intitulado “Ratio Studiorum²⁴” em português traduzido como “Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus”, marca a presença e a influência da Igreja Católica em todos os setores da sociedade, principalmente no setor educacional.

Nesse caminho, Sangenis (2004) nos afirma que na educação escolar os jesuítas souberam construir uma hegemonia:

Não apenas organizaram uma ampla rede de escolas elementares e colégios, como fizeram de modo muito organizado, contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o Ratio Studiorum a sua expressão máxima. Os autores que tematizaram a História da Educação Brasileira, ao considerarem tão expressiva a ação educativa dos jesuítas, entre 1549 e 1759, caracterizaram esse lapso de mais de dois séculos pelo resumível exclusivismo jesuítico, apesar do protagonismo em geral ignorado ou silenciado de franciscanos, de beneditinos, de carmelitas, de mercedários, de oratorianos e de outros religiosos na cena educacional brasileira (Sangenis, 2004, p. 25).

Segundo o autor, muitas ordens religiosas também pioneiras, no período do Brasil colônia, foram silenciadas e ignoradas com a execução do plano educacional jesuíta com a intuição da ação missionária. Um exemplo desse silenciamento é a Escola Confessional Católica fundada pelos franciscanos em território brasileiro no ano de 1539, onze anos antes da chegada dos jesuítas.

Podemos perceber que a Escola Confessional Católica, em nossas terras, desde o início teve a função primordial de ensinar condutas e normas sociais reforçando o papel de cada cidadão, e também de corroborar com a doutrinação de categorizações e diferenciações pelo qual os sujeitos viriam a ler e interpretar a realidade e o mundo que os rodeava. Em outras palavras, a Igreja através da educação e em seus sermões foi disseminando sua concepção de cosmovisão, muitas vezes, patriarcal, inclusive sobre a valorização e diferenciação dos sexos segundo uma perspectiva androcêntrica. Conforme Bourdieu (2012), a perspectiva androcêntrica se impõe por si mesma como uma estrutura social:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (Bourdieu, 2012, p. 18).

²⁴ É uma espécie de coletânea, fundamentada em experiências vivenciadas no Colégio Romano, a que foram adicionadas observações pedagógicas de diversos outros colégios, cujo objetivo era instruir rapidamente todo o jesuíta docente sobre a natureza, a extensão e as obrigações do seu cargo. O *Ratio* surgiu com a necessidade de unificar o procedimento pedagógico dos jesuítas diante da explosão do número de colégios confiados à Companhia de Jesus como base de uma expansão em sua totalidade missionária.

Nesse sentido, a Igreja Católica encontra na educação uma seara propícia para os ensinamentos dos seus valores hegemônicos que alcancem seus fiéis em seus cotidianos sem levar em consideração a sociedade plural e diversa que a cerca. Desta forma, a educação católica serve como lentes pelas quais os seus fiéis devem ler o mundo que os rodeia, usando das estruturas cognitivas pelas quais serão analisadas, categorizadas e interpretadas as diversas realidades que se possam apresentar a cada indivíduo, reforçando o pensamento conservador e patriarcal da Igreja. Aos 05 de maio de 2009, o Cardeal Zenon, envia a todos os padres, freiras, gestores, coordenadores e comunidade escolar da Igreja uma carta circular em que caracterizava qual deve ser a posição e postura das Escolas Católica em relação à Igreja:

Uma escola católica caracteriza-se pelo vínculo institucional que mantém com a hierarquia da Igreja, a qual garante que o ensino e a educação sejam fundados sobre princípios da fé católica e ensinados por professores que se distinguem pela recta doutrina e pela probidade de vida (cf. c. 803 CIC; cc. 632 e 639 CCEO). Nestes centros educativos, abertos a todos aqueles que partilhem e respeitem o projecto educativo, deve-se viver um ambiente escolar imbuído do espírito evangélico de liberdade e caridade, que favoreça um desenvolvimento harmónico da personalidade de cada um. Neste ambiente é ordenada toda cultura humana à mensagem da salvação, de modo que o conhecimento do mundo, da vida e do homem, que os alunos gradualmente adquirem, seja iluminado pelo Evangelho (cf. GE 8; c. 634 §1 CCEO) (Vaticano, Roma, 2009).

Numa tentativa de rompimento com essa educação estruturada na hegemonia que impedem a todos e todas de serem visto em sua singularidade e humanidade e na contramão hierárquica da Igreja, o Papa Francisco propõem e convida a todos e todas a assumirem um Pacto Educativo Global (PEG). Esse pacto trata de um convite ao diálogo sobre a forma de como a educação através da humanidade está construindo o futuro do planeta e sobre a necessidade de investir nos talentos de todos e todas. Nas palavras do Papa Francisco em sua mensagem de lançamento do Pacto Educativo Global aos 12 de setembro de 2019, lemos:

[...] Reavivar o compromisso em prol e com as gerações jovens, renovando a paixão por uma educação mais aberta e inclusiva, capaz de escuta paciente, diálogo construtivo e mútua compreensão. Nunca, como agora, houve necessidade de unir esforços numa ampla aliança educativa para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna (Vaticano: Roma, 2019, p. 1).

Logo, na citação acima, percebemos a intenção do Papa Francisco em conclamar a todos e todas a adesão ao Pacto Educativo Global. Nesse caminho, o sumo pontífice busca conduzir a educação católica ao reconhecimento da dignidade humana e sua valoração, nas suas diversas possibilidades de manifestação, assumindo o processo humano como um todo e não como algo fracionado. O Papa continua sua mensagem elencando que para a conquista dos objetivos do PEG, se faz necessário alguns passos da ECC em direção a mudanças de fato essenciais para uma guinada na ECC:

Primeiro, ter a coragem de colocar no centro a pessoa. Por isso, é preciso assinar um pacto para dar uma alma aos processos educativos formais e informais, que não podem ignorar o facto de que tudo, no mundo, está intimamente conexo e é necessário encontrar – segundo uma sã antropologia – outros modos de compreender a economia, a política, o crescimento e o progresso. Num percurso de ecologia integral, coloca-se no centro o valor próprio de cada criatura, em relação com as pessoas e com a realidade que a rodeia, e propõe-se um estilo de vida que rejeite a cultura do descarte. Outro passo é a coragem de investir as melhores energias com criatividade e responsabilidade. A ação propositiva e confiante abre a educação para uma projeção a longo prazo, que não encaixe na tendência estática das condições. Assim, teremos pessoas abertas, responsáveis, disponíveis a encontrar o tempo para a escuta, o diálogo e a reflexão, e capazes de construir um tecido de relações com as famílias, entre as gerações e com as várias expressões da sociedade civil de modo a constituir um novo humanismo. Um novo passo é a coragem de formar pessoas disponíveis para se colocarem ao serviço da comunidade. O serviço é um pilar da cultura do encontro: «significa inclinar-se sobre quem é necessitado e estender-lhe a mão, sem cálculos nem receio, com ternura e compreensão, como Jesus se inclinou para lavar os pés dos Apóstolos. Servir significa trabalhar ao lado dos mais necessitados, estabelecer com eles, antes de tudo, relações humanas, de proximidade, vínculos de solidariedade (Vaticano: Roma, 2019, p. 1).

O pacto educativo, abre as portas da Igreja para a superação do desafio de não só ensinar a liberdade, mas buscar uma coerência de vida, que conduza a tolerância, o respeito e a ajuda mútua, aprofundando-se a compreensão de que ninguém possui a verdade, mas todos e todas são coparticipantes e corresponsáveis como verdadeiros protagonistas e sujeitos ativos do processo educativo, eis o verdadeiro papel social e eclesial da ECC a ser vivenciado em suas escolas.

A escola católica e toda a comunidade educativa são chamadas pelo pontífice a desenvolver atividades que colaborem na formação do respeito e dignidade de cada pessoa e pela sua unicidade, visando e cuidando do equilíbrio nos aspectos intelectuais, psíquicos, emocionais e espirituais. Incentivando cada discente, bem como toda comunidade escolar a desenvolver os próprios talentos e reconhecer os talentos que aflorem nos outros, num clima de cooperação e de solidariedade, numa abertura ao confronto e na capacidade de colaborar com o crescimento de todos e todas com espírito de liberdade.

A educação confessional, ao tratar de temas como Gêneros e Sexualidades em seus espaços escolares, abre portas para a formação de pessoas humanas mais esclarecidas e menos LGBTfóbicas, como veremos no próximo tópico.

3.4 – EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE

Os estudos de gênero e sexualidade, na educação confessional ou laica, apresentam duas tendências no campo educacional: a) uma conservadora, religiosa, pautada por ideologias da

meritocracia, da Escola Sem Partido, do suposto dispositivo “ideologia de gênero” e do essencialismo que materializam uma lógica biológica cisheteronormativa compulsória; e b) a outra democrática e plural, inclusiva, que combate a reprodução das desigualdades e reforça o aprendizado e o respeito com a diferença e os direitos humanos. Esta segunda tendência é fundamentada por pesquisas científicas e defendida por pesquisadores na área educacional, como Guacira Louro (1997), Marcelo Miranda (2003), Rogério Junqueira (2009) e Fidel Ramiréz e Patricia Pérez (2014), entre tantos outros e outras, que em suas pesquisas apresentam a importância dos estudos de corpo, gênero e sexualidade no campo da educação.

As pesquisas sobre educação, corpo, gênero e sexualidade ainda enfrentam desafios por encontrar resistências de setores (neo)conservadores e neoliberais em acolher as diversidades e diferenças. Um dos principais argumentos (neo)conservadores é acusar que tais pesquisas sobre a diversidade de gênero e de sexualidade destruiriam as “famílias”. Esse argumento termina naturalizando um modelo de família cisheterossexual e silenciando e excluindo outras constituições de famílias que excedem a normatização compulsória (Butler 2003).

A “normalidade sexual”, embora afirmada pela sociedade e pela escola em seus discursos e práticas, encontra em seu território variadas sexualidades que não se encaixam ou se alinhadas com a cis-heterossexualidade. Esses sujeitos/as (alunos/as, professores/as, funcionários/as) passam desde cedo a experimentar manifestações LGBTfóbicas, sejam em suas casas, no convívio social ou no espaço escolar por conta de uma educação predominantemente machista e apoiada em valores religiosos com discurso biológico - natural sobre o ser homem/mulher. Desse modo é indispensável reconhecer (Louro, 1997) que a escola não só reproduz ou reflete as concepções de corpos, gêneros e sexualidade, mas que ela mesma também as (re)produz, a esse processo Louro vai definir como “fabricação do sujeito”:

O processo de “fabricação” dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolve todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural” (Louro, 1997, p. 63).

Assim, a inteligibilidade sobre os corpos, gênero e sexualidades cis-heteronormativas aparentam que é tudo natural à medida de como vão sendo construídos tanto na sociedade como nos espaços escolares sob um argumento essencialista e ontológico. Mas, é puramente intencional, arbitrário! Esses discursos trazem um sentido que materializam uma realidade “revelando”, por meio da interpelação, a cada sujeito o seu “devido lugar” na sociedade.

Nesse sentido, as reflexões de Fidel Ramirez e Patrícia Perez (2014), corroboram na denúncia da fabricação dos sujeitos categorizados como "normais" e como "anormais":

En tal sentido la escuela es un espacio privilegiado para la socialización y la reproducción de dichas representaciones sociales, en donde los niños y las niñas aprenden los comportamientos sociales y actúan de acuerdo con un sistema social ya establecido por su comunidad, sistema que tradicionalmente ha sido excluyente y asimétrico, en cuanto se basa en el establecimiento de opuestos que marginan a un grupo social considerado inferior o débil, uno de esos criterios para marginar es el género y la orientación sexual (Ramírez Aristizábal; Perez, 2014, p. 110).

A escola ao mesmo tempo em que ensina, enfaixa e molda, corroborando com a (re)produção do contexto histórico social por ela defendido por meio da escolarização. Essa escolarização de corpos e mentes acontece na prática de mecanismos predefinidos na sociedade como aceitáveis e moralmente corretos. Não tratar ou ocultar temas como a diversidade de corpos, gêneros e sexualidades são um dos maiores enganos nos processos educacionais, pois as referidas diversidades são inerentes aos seres humanos, não há como existir uma interpelação social cis-heteronormativa em sua totalidade.

Se a escola “fabrica sujeito”, a Escola Católica procura no seu fazer pedagógico com a criação de tantos espaços religiosos (dioceses e congregações) assumir o fazer educação em seus institutos e casas, numa tentativa de salvaguardar os princípios e a moral católica, e com o intuito de controlar os corpos. A Congregação para a Educação Católica²⁵ em seu documento sobre “A Identidade da Escola Católica para uma cultura do diálogo”, de 2022, afirma qual é a missão de seus seminários, institutos e escolas e sua contribuição no mundo:

A escola católica é um sujeito eclesial. Como tal, ela “partilha a missão evangelizadora da Igreja e é o lugar privilegiado no qual se realiza a educação cristã”. Além disso, a Igreja tem o diálogo como dimensão constitutiva, pois ela encontra seu desenvolvimento precisamente na dinâmica dialógica trinitária, entre Deus e o homem e entre os homens. Por sua natureza eclesial, a escola católica compartilha este elemento como constitutivo de sua identidade. Portanto, deve “praticar a ‘gramática do diálogo’, não como mero expediente tecnicista, mas como uma forma profunda de relação”. O diálogo combina a atenção para a própria identidade com a compreensão dos outros e o respeito à diversidade. Assim, a escola católica torna-se “uma comunidade educativa na qual a pessoa exprime-se a si mesma e cresce humanamente num processo de relação dialógica, interagindo de modo construtivo, exercitando a tolerância, compreendendo os diversos pontos de vista, criando confiança num ambiente de autêntica concórdia. Instaura-se, assim, a verdadeira ‘comunidade educativa’, espaço de convivência das diferenças”. O Papa Francisco entregou três orientações fundamentais para ajudar o diálogo: “*o dever da identidade, a coragem da alteridade e a sinceridade das intenções. O dever da identidade*, porque não se pode construir um verdadeiro diálogo sobre a ambiguidade nem sobre o sacrifício do bem para agradar ao outro; *a coragem da alteridade*, porque quem é cultural ou religiosamente diferente de mim, não deve ser visto e tratado como um inimigo, mas recebido como um companheiro de viagem, na genuína convicção de que o bem de cada um reside no bem de todos; *a sinceridade das intenções*, porque o diálogo, enquanto expressão autêntica do humano, não é uma estratégia para se conseguir segundos fins, mas um caminho de verdade, que merece ser pacientemente empreendido para transformar a competição em colaboração” (Vaticano 2002, n.º. 30).

²⁵ Setor da Igreja Católica regido pelo Vaticano para cuidar de tudo que se refere a educação católica para os seminários e os institutos de estudos (escolas) espalhados no mundo.

Mesmo com essa nova perspectiva de ser Escola Católica, a Igreja não conseguiu avançar nessas questões. A influência católica na educação brasileira foi gigantesca desde a imposição da fé cristã, pelos Jesuítas, até a manutenção da fé, da ética, da moral, além de explicitar quais seriam os padrões de uma sexualidade normativa e aceitável para se viver em sociedade. Expurgando assim toda e qualquer forma de liberdade, espontaneidade e até de diversidade que os povos originários do Brasil detinham. A história da educação no Brasil sempre foi pautada por reproduções e imposições de modelos culturais e morais importados configurando em uma minimização de suas funções, impossibilitando a criação e a inovação e obstruindo o seu papel social e transformador de diversas realidades.

As instituições escolares de confissão católica ainda insistem ou pelo menos algumas delas em tratar os temas de diversidade de corpos, de gêneros e de sexualidades como ideologia. Infelizmente, ainda se vive nestes espaços escolares uma educação dicotômica. A escola sempre foi mestra em separar, excluir, escolher, segregar, como afirma Louro (1997) em sua análise sobre a construção escolar das diferenças:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá já estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou a separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou meninos das meninas (Louro, 1997, p. 57).

Com isso, escola sempre seguiu padrões uniformes a fim de escolarizar corpos e mentes segundo seus costumes e crenças numa verdade absoluta. Desde cedo delimitou espaços, formulou ações para o agir humano e no caso da escola católica usou e usa de simbologias e padrões ideais de perfeição inatingível como exemplos a serem seguindo na busca de uma vida ética e santa, negando assim toda possibilidade de respeitar a diversidade de gênero e de sexualidade de seus alunos. O processo pedagógico foi sendo usado para reafirmar condutas morais cis-heteronormativas, em que se expulsa todas as questões referentes às aquelas temáticas.

Não se pode afirmar que haja uma sexualidade única ou ainda que se faça alguma escolha mais natural ou normal do que outra, pior, melhor, superior ou inferior, dada a multiplicidade e variação da sexualidade (Sousa Filho, 2003).

A ideia de orientação sexual²⁶ como essência biológica ou psicológica termina barrando a afirmação das diversas possibilidades do sexual (incluindo a heterossexualidade) como expressão da pluralidade das práticas do desejo, do erotismo, do prazer, ao mesmo título iguais entre si, nenhuma delas sendo natural, inata, biologicamente configurada (Sousa Filho, 2009, p. 68).

Partimos do pressuposto de que a diversidade sexual se constitui por todas as formas de expressões afetivas da sexualidade que resultam da combinação de processos biológicos, sociais e culturais e, por essa razão, ensejam distintas possibilidades de manifestações sexuais. Conforme Junqueira (2009):

As relações de gênero, como amplo processo de socialização, conformam identidades de gênero e sexuais. Assim, a noção de diversidade sexual é aqui empregada em referência a um conjunto dinâmico, plural e múltiplo de práticas, formas de experiências multifariamente relacionadas a vivências, prazeres e desejos sexuais, vinculados a processos de (re) configurações, representações, manifestações e assunções identitárias, geralmente objetivadas em termos de identidades, preferências, orientações e expressões sexuais e de gênero (Junqueira, 2009, p. 369).

Neste sentido, dar-se o fenômeno que identificamos como LGBTfobia, que a escola reitera em seu fazer pedagógico supervalorizando a cis-heterossexualidade com seu discurso normalizador e que toma corpo em seus corredores. A LGBTfobia tem em suas características um conjunto de atitudes negativas em relação às pessoas LGBTQIA+, que romperam com os papéis tradicionais de corpo e gênero para viverem sua sexualidade além da norma cis-heterossexual.

Nesse contexto, Daniel Borrillo, define a homofobia como: “[...] hostilidade geral, psicológica e social àqueles ou àquelas que supostamente sentem desejo ou têm relações sexuais com indivíduos de seu próprio sexo” (Borrillo, 2009, p. 28).

Uma possível desconstrução de concepções de mundo, muitas vezes (re)produzidas pela escola católica e pelo seu papel desempenhando na sociedade nessas últimas décadas, exige novas concepções pedagógicas que de fato estejam comprometidas com a promoção humana integral e o respeito a diversidade de corpo, de gênero e de sexualidade. Levando em consideração o projeto de promoção integral do ser humano dentro do projeto educativo para a escola católica, pode-se dizer, que também se trata de reconhecer as diversas possibilidades do ser humano em sua sexualidade, ou seja, ver o sujeito como um todo e não particularizado ou dividido.

²⁶ O conceito de orientação sexual defendido por Sousa Filho é o conceito do antropólogo Peter Fry: “a orientação sexual simplesmente descreve o que uma pessoa acabou gostando em matéria de parceiros sexuais. Uns acabam gostando de pessoas do mesmo sexo, outros de pessoas do sexo oposto, outros de ambos, e, quem sabe, outros de ninguém, ou de outras coisas (Fry apud Sousa Filho, 2009, p. 69)”.

A atuação da escola católica hoje deve estar imbuída da perspectiva de acolhimento, no combate ao preconceito, ancorada nos Direitos Humanos e na formação de novos cidadãos/cidadãs consciente de si e que possam superar a visão sobre o outro como “incomum”, “aberração” e até mesmo como “ameaça”, ampliando seus horizontes e valores sobre a diversidade de corpo, gênero e, conseqüentemente, de sexualidade.

A educação, seja ela confessional ou laica, não pode se eximir do seu papel e da sua responsabilidade social na formação dos seus educandos, no respeito à democracia e a pluralidade. Embora confesse uma fé, a educação confessional não pode estar desassociada do contexto histórico social que está inserida. Cabendo a ela a educação, a formação e a transformação do cotidiano, espera-se que além do dado religioso/moral também oriente os que lhes foram confiados em princípios éticos em que todos e todas se sintam incluídos, respeitados e dignamente ouvidos/as.

4 – CAMINHOS METODOLÓGICOS

Elaborar um projeto de pesquisa é sempre desafiador, até por que esse mesmo trabalho ao longo de sua execução vai tomando novos formatos e novas configurações. O que pesquisar? Como? Quais caminhos trilhar?

Algumas pensadoras e pensadores podem nos ajudar a compreender melhor o que é pesquisar, e mais ainda, o que é a pesquisa em Educação é ou para que serve.

Segundo Antônio Carlos Gil (2002), pesquisa pode ser definida como ato de pensar e resolver problemas, quando não se encontra informações suficientes para a resolução de um problema. Podemos entender então que para Gil, a pesquisa é uma produção científica que se destina a responder perguntas.

Nesse caminho, Maria Cecília de Souza Minayo (2002), entende que a pesquisa é a atividade básica da ciência, na construção de perguntas e respostas, que nutre a prática do ensinar e a torna atual frente a realidade de mundo.

Com base nesses dois pensadores podemos refletir que pesquisa é toda ação que busque solucionar problemas, que tenha como base procedimentos racionais e sistemáticos para uma transformação e intervenção social.

Toda pesquisa deve ter uma ação social de intervenção, além de ser uma prática política e deve levar a questionamentos sérios todos e todas que fazem parte da sua concretude. É impossível hoje pensar em uma pesquisa que não esteja inserida em um contexto social,

político, de formação, de transformação e inclusão. A pesquisa tem o dever de melhorar a vida, a visão e a existência das pessoas, e o pesquisador ou pesquisadora deve ter o compromisso ético com a veracidade do trabalho e sua intervenção nas vidas dos sujeitos.

Se a pesquisa tem um papel social na melhoria da vida das pessoas, nesse sentido, Maria Malta Campos (2009), em seu artigo “*Para que serve a pesquisa em Educação*”, relata algumas críticas na formação de professores e suas produções acadêmicas no que se diz respeito ao distanciamento com o contexto pedagógico vivido pela escola e sua falta de compromisso histórico-social com a melhoria do ensino.

Dessa maneira, questionar verdades naturalizadas, faz parte do comportamento dos pesquisadores, por ser a ciência um trabalho que não é neutro e compreende que o conhecimento nunca é absoluto e sempre estar em construção. Para que possamos superar essas críticas levantadas por Campos, nossas pesquisas deverão estar bem contextualizadas historicamente, com um chão de pesquisa bem delimitado e com uma boa metodologia que favoreça o avanço e análises das reflexões no campo educacional, principalmente no que se refere a gênero, sexualidade e escola confessional católica.

Desse modo, recorrer a importância da metodologia da pesquisa é identificar o desdobramento do planejado. Sua prática exerce a utilização de métodos, técnicas e um pesquisador com sensibilidade. Ela justifica a utilização da teoria e prática como caminhos inseparáveis. De acordo com Minayo (2002), a metodologia necessita de instrumentos claros, coerentes. Diante dessas considerações, apresentamos os passos do nosso caminho metodológico.

Nossa pesquisa se dará pela abordagem qualitativa (André, 1995; Bauer e Gaskell, 2002; Minayo, 2002) por focar nas práticas discursivas e não discursivas de professores/as, por contribuir com os objetivos deste estudo que se centra na Escola Confessional Católica e por sua afinidade com as pesquisas do campo das ciências humanas, por meio de uma análise do discurso foucaultiana. Segundo Eva Maria Lakatos (2009, p. 269): “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.”.

Compreender os valores, os jogos sociais, as atitudes, os confrontos e as representações fazem da abordagem qualitativa um campo de experimentações reais, traçando novas (re)elaborações de conhecimentos.

Minayo (2002) discursa sobre a pesquisa (coleta de dados), a análise e a interpretação como um conjunto de procedimentos que fazem parte do trabalho científico ao se utilizar da abordagem qualitativa de pesquisa para procurar desvendar os significados dos mesmos e mais uma vez justificando nossa escolha por essa abordagem:

A pesquisa qualitativa “responde questões particulares”. Em Ciências Sociais, preocupa-se com “um nível de realidade que não pode ser quantificado”, ou seja, “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, pp. 21- 22).

Visto que o nosso campo de pesquisa será uma Escola Confessional Católica e os sujeitos envolvidos serão professores homossexuais, Minayo (2002) corrobora orientando-nos que, a abordagem qualitativa prevê uma investigação científica pautada nas significações e subjetividades dos sujeitos e sua realidade social, com métodos e técnicas variadas.

Procurando melhor contribuir com a abordagem qualitativa adotada e nas possíveis respostas aos objetivos elencados, esta pesquisa será Exploratória e Explicativa. Exploratória, pois terá a finalidade de explorar as principais aproximações e distanciamentos dos discursos dos profissionais da escola católicas no tratamento e menções ao gênero e sexualidade. Antônio Carlos Gil (2002) nos lembra que a pesquisa exploratória tem como o objetivo o aprimoramento das ideias e as descobertas de instituições:

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descobertas de instituições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (Gil, 2002, p. 41).

Será também de caráter Explicativa, pois pretende ao final oferecer uma explicação sobre as construções ideológicas que estão presentes para o enfrentamento a LGBTfobia a partir de análise dos discursos e dos interdiscursos existentes nas falas dos professores/as e, como a Escola Confessional Católica lida como os temas ligados a gênero e sexualidade. Segundo as contribuições de Gil (2002, p. 42): “Tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, por que explica a razão, o porquê das coisas “.

A etapa que corresponde a análise de dados representa uma etapa importante por envolver a compreensão dos dados coletados. Contudo, a análise dos dados deve seguir as etapas relacionando a teoria e a metodologia por meio do manejo com o material coletado.

A Análise do Discurso Foucaultiana (Foucault, 1996; 2008; Fisher, 2001; Brandão, 2004; VeigaNeto, 2007) foi a opção metodológica escolhida para o tratamento dos dados

coletados por melhor se articular com os nossos objetivos específicos no tocante ao levantamento das principais questões decorrente das formações discursivas da escola católica sobre gênero e sexualidade, elencar os silêncios no cotidiano da escola católica para negligenciar e ou ocultar o gênero e a diversidade sexual em seus espaços educacionais; analisar os interdiscursos presente na fala dos professores/as homossexuais referente às questões de diversidade sexual e LGBTfobia em sua atuação profissional e no suporte no mapeamento de sentidos que estão presentes no enfrentamento à LGBTfobia com professores/as. Até, porque se consideramos a Igreja e as Instituições Educacionais que a ela pertencem como doutrinárias, que pautam a sua visão cosmológica e sua relação de poder-saber na existência de uma força suprema, divina ou na própria crença que justifique através de seus discursos e enunciados a normatização de uma única sexualidade cis-heterossexual hegemônica.

A escolha pela Análise do Discurso foucaultiana é justificada porque:

Foucault nos possibilita instrumentos analíticos importantes para a investigação no campo da Educação, seja em relação aos discursos pedagógicos, a governabilidade, punição, disciplina, saberes e práticas, dentre outros temas. Enfim, a fecundidade de suas obras, multifacetárias e complexas, trazem implicações e desafios importantes na apropriação de conceitos, entendidos aqui como feixes de ferramentas teóricas, capazes de orientar práticas investigativas (Sobral, 2013, p. 176).

Assim, ao utilizarmos a Análise do Discurso foucaultiana ocorrerá uma investigação dos fenômenos educacionais no ambiente da pesquisa, ou seja, com os profissionais da Escola Confessional Católica, além de possibilitar a descrição dos comportamentos e significados em relação a como a escola lida com pessoas de gêneros e sexualidades que diferem da cis-heterossexualidade compulsória e da cis-heteronormatividade. Pode-se parecer inofensivo, e sem implicações, mas é a linguagem e o uso de suas práticas discursivas que exclui, mesmo que aparentemente inconsciente. Nesse caminho:

A AD baseada no pensamento de Foucault se mostra um modo de fazer a pesquisa sobremaneira interessante, quando o problema é investigar como determinadas subjetividades são forjadas pelos discursos presentes em uma instituição como a escola (Alves; Pizzi, 2014, p. 92).

Segundo Michel Foucault (1996), a Análise do Discurso nos revela que é na prática social que se dá a conceituação do sujeito e de seus discursos, como também, se revela a sua manutenção ao mesmo tempo, sendo produzido em razão das relações de poder. Nesse caminho, a Análise do Discurso, facilita a compreensão das diversas vozes existentes num discurso. Ou seja, todo e qualquer elemento que fará parte do sentido e significados do discurso relaciona-se à sociedade em que ele foi produzido. É por isso que se diz que o contexto social e histórico é a estrutura textual do contexto. Segundo Veiga-Neto:

Isso equivale a dizer que as práticas discursivas moldam nossa maneira de construir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele. E, ainda que uma prática discursiva depende da nossa vontade, essa não é suficiente para gerá-la e fazê-la funcionar (Veiga-Neto, 2007, p. 93).

Um ponto importante, entretanto, é que Foucault deixou evidente que a Análise do Discurso não serve para interpretar o que está visível (na superfície do discurso), mas o que está oculto, dentro da fala e do contexto (Fisher, 2001), onde acontece a formação discursiva.

Ao utilizarmos a Análise do Discurso e suas formações discursivas, em nosso campo pedagógico, a Escola, esse método nos proporcionará, segundo Foucault, em relação aos nossos sujeitos de pesquisa, professores/as homossexuais, uma variedade de artefatos embutidos em suas falas e permeadas de historicidades em que o sujeito é multiplicado ou descentralizado (Fisher, 2001), ou conforme Sobral:

Quando tratamos de discurso no campo pedagógico, estamos nos referindo ao conjunto de enunciados que emergiram, em determinadas épocas e locais, sobre a problemática da Educação, em particular, escolar, que podem ser vinculados a outras áreas de saber; constituem aquilo que Foucault chama de sistema de formação discursiva. O discurso pedagógico do final do século XIX, por exemplo, era marcadamente higienista. Para entender os enunciados destes discursos temos que nos aventurar na cata de documentos em diferentes áreas de saber, da engenharia e todo o processo de renovação das cidades, da arquitetura, da medicina, etc., para dar *corpus* ao que Foucault intitulou inicialmente de *épistémè*, substituindo-o, posteriormente, por dispositivo, na medida em que o primeiro termo limitava-se a um dispositivo linguístico e o segundo às estratégias, às técnicas e às formas de assujeitamento dos indivíduos ao poder (Sobral, 2013, p. 178).

Nesse processo das (re)produções e (re)significações dos discursos existentes nas falas dos professores/as, é necessário problematizar os lugares dos referidos sujeitos, suas condições de produções e que formações discursivas estarão presentes nas entrevistas. Já que conforme Azevedo (2013), “o discurso é uma rede de enunciados ou de relações que tornam possível haver significantes. A palavra discurso tem em si a ideia de percurso de movimento, objeto da análise do discurso é estudar a língua em função de sentido” (Azevedo, 2013, p. 155). Assim, os indivíduos são interpelados pela estrutura de inteligibilidade cis-heteronormativa e no jogo de saber-poder entre os pares dicotômicos: normalidade-anormalidade, cis-generidade-transgeneridade, macho-fêmea, homem-mulher que são denunciados e desestabilizados pela teoria da performatividade de gênero (Butler, 2017; Miranda, 2020).

Fisher ao se referir sobre o lugar e subjetividade do sujeito na formação discursiva nos diz:

A pergunta “quem fala?” desdobra-se em muitas outras: qual o *status* do enunciador? Qual a sua competência? Em que campo de saber se insere? Qual seu lugar institucional? (...) Como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu? Como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele? Também cabe indagar sobre o “lugar de onde fala”, o lugar específico no interior de

uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva “posição de sujeito” (...) (Fisher, 2001, p. 208).

Para Foucault (1996), a subjetividade do sujeito é construída no e pelo discurso, portanto não apresentando uma essência fixa, onde a linguagem e o discurso tornam-se lugares de lutas permanentes (Azevedo, 2013). A subjetividade deve aqui ser entendida como: “[...] a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdades, no qual ele se relaciona consigo mesmo [...]” (Foucault, 2004, p. 236).

Para o filósofo, a subjetividade está intimamente ligada às relações de poder. Poder esse que não só atua oprimindo ou dominando as próprias subjetividades, mas corroborando no seu processo de construção.

A história da subjetividade havia sido empreendida ao se estudar as separações operadas na sociedade em nome da loucura, da doença, da delinquência e seus efeitos sobre a constituição de um sujeito racional e normal; havia sido empreendida, também, ao se tentar determinar os modos de objetivação do sujeito sem saberes, como os que dizem respeito à linguagem, ao trabalho e à vida (Foucault, 1997, p. 110).

A partir desse contexto, podemos refletir a subjetivação dentro da própria formação discursiva e seus jogos que estão relacionados ao poder, e podermos pesquisá-la sem estarmos ancorados numa pseudo interioridade do sujeito. Compreendendo esse processo, através do discurso e de sua exterioridade, numa necessária convergência entre a corporatura da metodologia e da teoria. Para que observando as práticas discursivas e não discursivas possamos assegurar uma postura interrogativa diante dos fatos ou aspectos que fazem parte da investigação.

Fisher (2003), ao se reportar sobre as práticas discursivas e não discursivas, afirma que:

Embora a relação entre práticas discursivas e não discursivas não tenham sido plenamente esclarecida por Foucault, como nos escrevem seus comentadores Dreyfus e Rabinow (1995), optamos por utilizá-las aqui para referir o propriamente discursivo (linguagem, discurso, enunciado) e o que diz respeito às práticas institucionais (exercícios, rituais, definição de lugares e posições, distribuição espacial dos sujeitos, etc.) – práticas que jamais “vivem” isoladamente (Fisher, 2003, p. 387).

As práticas discursivas e não discursivas para a Análise do Discurso se caracterizam como uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto, para examinar o conteúdo, organização e função do discurso. Conforme Foucault:

As práticas discursivas não são puras e simplesmente modos de fabricação de discurso. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm (Foucault, 1997, p. 12).

Os analistas do discurso tendem a ser pessoas que não usufruem de afirmações bombásticas, e nunca irão argumentar que sua maneira é a única maneira de ler um texto. Em uma análise final, a Análise do Discurso é uma interpretação, fundamentada em uma argumentação detalhada e uma atenção cuidadosa ao material que está sendo estudado (Gill, 2002, p. 266).

Tomando as palavras de Veiga-Neto, “[...] o analista não deve se ocupar com algum suposto significado profundo dos discursos sob análise” (Veiga-Neto, 2007, p. 97).

Com isso, o que pretendemos é que a nossa pesquisa seja guiada pelo fértil caminho da dúvida, ou melhor dito, dos sentidos produzidos contingenciais, como primeira inferência metodológica, que aprofunda as diversas possibilidades de interpretações, retirando-se por completo do terreno infértil das certezas absolutas. Para Fischer (2003), executar uma pesquisa sob a perspectiva foucaultiana do discurso é:

Fugir das explicações de ordem ideológica das teorias conspiratórias da história, de explicações mecanicistas de todo tipo: é dar conta de como nos tornamos sujeitos de certos discursos, de como certas verdades se tornam naturais, hegemônicas, especialmente de como certas verdades se transformam em verdades paracada sujeito, a partir de práticas mínimas, de ínfimos enunciados, de cotidianas e institucionalizadas regras, normas e exercícios. Pesquisar a partir desses pressupostos históricos e filosóficos significa também, e finalmente, dar conta de possíveis linhas de fuga, daquilo que escapa aos saberes e aos poderes, por mais bem montados e estruturados que eles se façam aos indivíduos e aos grupos sociais (Fisher, 2003 p. 385 – 386).

Assim, ao assumirmos tal perspectiva, contribuirá a responder ao nosso problema de pesquisa visto que nosso objetivo se dá nos processos de subjetivação na Escola Confessional Católica, através dos enunciados e da formação discursiva que conduzem e constroem as representações, significados e invisibilizações que permeiam o espaço escolar, visto que, “a escola é um lugar de produção em massa de determinadas subjetividades” (Alves; Pizzi, 2014, p. 92).

4.1 Técnicas de Coletas de Dados

Para a coleta de dados será utilizada a entrevista semiestruturada, a partir da construção de um roteiro de entrevista (Minayo, 2002; Lakatos, 2009), por melhor perfazer ao nosso objeto de pesquisa que se dará em uma Escola Confessional Católica. Conforme George Gaskell (2002), o uso da entrevista em uma pesquisa qualitativa nos concede:

A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa. Tal compreensão poderá contribuir para um número de diferentes empenhos na pesquisa. Poderá ser um

fim em si mesmo o fortalecimento de uma “descrição detalhada” de um meio social específico; poderá também ser empregada como uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica (Gaskell, 2022, p. 65).

Para todo pesquisador ou pesquisadora conhecer a realidade de como cada entrevistado ou entrevistada compreende o mundo que o cerca e como esses mesmos sujeitos se enxergam em cada contexto, é essencial e traz profundidade a pesquisa. Além do mais a entrevista semiestruturada, mesmo com um roteiro prévio, nos abre espaço para que outras perguntas que não tenham sido planejadas aconteçam, tornando o diálogo dinâmico e natural com os candidatos e candidatas a pesquisa, ao nos possibilitar essa abertura podemos afirmar que “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (Gaskell, 2002, p. 68).

Com a intenção de sermos os mais fiéis possíveis, como também da importância da representação e posição social da fala de cada investigado, essa pesquisa pretende dialogar com alguns profissionais da área educacional confessional católica que se autodeclaram ou se veem como LGBTQIA+. Também por questões e cuidados éticos, recolheremos de cada participante da entrevista o termo de consentimento livre e esclarecido.

A aplicação da entrevista com esses profissionais tem o objetivo de conhecer se os discursos e argumentos religiosos cristãos aproximam ou afastam do enfrentamento da homofobia, do acolhimento, e da aceitação de sujeitos que tem uma orientação sexual que se difere da cis-heteronormatividade, e dos assujeitamentos dos sujeitos que esses discursos causam em relação ao gênero e a sexualidade, pois sabemos o quanto os valores e visões de mundo interferem na prática docente e social. Assim, a nossa análise partirá dos referidos discursos por meio da análise discursiva foucaultiana.

Quanto a representatividade que poderemos ter através dessas interações com os entrevistados, Martin Bauer e Boas Aarts (2002), nos afirmam que a entrevista nos fornecerá uma amostragem com grande eficiência que nos servirá como base para o nosso estudo:

A amostragem garante eficiência na pesquisa ao fornecer uma base lógica para o estudo de apenas partes de uma população sem que se percam as informações – seja esta população uma população de objetos, animais, seres humanos, acontecimentos, ações, situações, grupos ou organizações. Como pode o estudo de uma parte fornecer um referencial seguro do todo? A chave para decifrar este enigma é a *representatividade*. A amostra representa a população se a distribuição de algum critério é idêntica tanto na população como na amostra (Bauer; Aarts, 2002, p. 40-41).

Com a compreensão da força dessa representatividade do dado real que a técnica de coletas, a entrevista, nos proporciona e levando em consideração o nosso objeto de pesquisa

que trata de compreender as principais iniciativas (avanços e recuos educacionais) e vivências da ECC ao tratar sobre gênero e sexualidade na educação cristã, queremos contribuir para o campo científico no desenvolvimento de reflexões acerca das diversas compreensões e fazeres pedagógico do ensino confessional, como também, apresentar as aproximações e tensões existentes entre a escola católica e os sujeitos que apresentam gênero e sexualidades que diferem da heterossexualidade.

Para contribuir ainda mais com os resultados de nossa pesquisa realizaremos a Técnica de Observação Participante, como estratégia de compreensão da realidade como conceitua Lakatos (2009) “a observação participante é uma tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de modo a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles” (Lakatos, 2009, p. 277), ou ainda, para sanarmos possíveis lacunas ou limitações que possam haver nas entrevistas, que induza o pesquisador a uma interpretação errônea da realidade ou de possíveis omissões de fatos dos discurso dos sujeitos, que sejam conscientes ou por simples aceitação do discurso imposto como algo dado naturalmente.

Em outras palavras, “na observação participante, o pesquisador está aberto a uma maior amplitude e profundidade de informação, é capaz de triangular diferentes impressões e observações, e consegue conferir discrepâncias emergentes no decorrer do trabalho de campo” (Gaskell, 2002, p. 72).

4.2 Delimitação e Local de pesquisa

O campo de investigação de nossa pesquisa desenvolve uma relação científica de produção de conhecimento entre o pesquisador e os profissionais da educação, de uma escola confessional católica da Educação Básica, localizada na cidade de Caruaru, no Agreste do estado de Pernambuco. A seleção das pessoas desta pesquisa se dará de forma voluntária e de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado (a). Assim, o campo de pesquisa é constituído por profissionais da educação que apresentam uma história e por meio das categorias analíticas, no nosso caso a análise de discurso foucaultiana, possibilitar que novos conhecimentos sejam produzidos (Minayo, 2002).

5. DANDO VIDA E AMPLIFICANDO AS VOZES DA PESQUISA POR MEIO DA ANÁLISE DO DISCURSO FOUCAULTIANA.

Ter contato com o campo e as pessoas sujeitos desse campo de estudo relacionado com as temáticas de educação, gêneros, sexualidade e escolas confessionais é de extrema relevância na construção desse campo de saber. Nesse caminho, esse momento é uma das partes mais ricas e quem sabe poética dessa pesquisa, visto que, aqui estão envolvidas as vidas e as vozes de atores educacionais que vivenciam em suas vidas e experiências, o que é ser professor em uma Escola Confessional Católica e como lhes é cobrado certas posturas normatizadoras cis-heterossexual. Segundo Miranda: “[...] esse mundo se torna coerente na medida em que a vida cotidiana se torna uma realidade por meio de uma conduta subjetivamente dotada de sentido originada no pensamento e ação dos indivíduos comuns, sendo admitido como real por eles” (Miranda, 2011, p. 49).

Em outras palavras e numa perspectiva foucaultiana, é o “discurso” que estabelece a prática, constituído nos sistemas de relações que o estruturam.

[...] pela palavra *prática* [Foucault] não pretende significar a atividade de um sujeito, [mas] designar a existência objetiva e material de certas regras a que o sujeito está submetido desde o momento em que pratica o “discurso”. Os efeitos dessa submissão do sujeito são analisados sob o título: “posições do sujeito” (LECOURT apud Veiga-Neto, 2007, p. 45).

Para Foucault (1996), tanto o discurso, como o ser humano, não pode serem vistos como algo fixo, estático, pronto e acabado. Nem tão pouco como possuente de uma essência única, imutável, mas sim de uma construção discursiva a partir das práticas sociais que o envolvem e que ele mesmo (re)produz. Para o filósofo, o que de fato interessa em uma análise do discurso é “saber quais as condições impostas a um sujeito qualquer para que ele possa se introduzir, funcionar, servir de nó na rede sistemática do que nos rodeia” (Foucault, 1996, p. 29-30).

Para entendermos melhor como esse contexto se configura na vida desses docentes, sujeitos da pesquisa, informamos que na coleta de dados, foram entrevistados quatro docentes, sendo dois do gênero masculino, embora um deles tenha preferido ser chamado com nome no gênero feminino, e duas do gênero feminino, entre elas uma que tem se descoberto como bissexual, e por conta de sua fala importante para esse trabalho a consideramos como uma das entrevistadas. Vale ressaltar que inicialmente seria apenas sujeitos homossexuais como critério de seleção dos nossos colaboradores diante das temáticas de educação, gêneros, sexualidades e escolas confessionais.

Destacamos ainda que um quinto docente do gênero masculino, desistiu de participar das entrevistas, por medo de possíveis perseguições e punições que poderia sofrer, por parte da escola confessional. Entendemos bem como se configura essa situação, embora acreditamos que não podemos nos silenciar diante de tal coerção ou postura da Instituição. Afinal, como nos coloca Foucault (2007), em toda relação de poder, há possibilidade de resistências a essa relação.

Quadro 2– Sujeitos que participaram das entrevistas dessa pesquisa.

NOME FICTÍCIO	IDADE	RELIGIÃO	GÊNERO	SEXUALIDADE	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO
FLOR VERMELHA	33 ANOS	ATEIA	FEMININO	BISSEXUAL	6 ANOS
CABELO DE FOGO	36 ANOS	CATÓLICA	FEMININO	HOMOSSEXUAL	8 ANOS
THIFANNY	36 ANOS	CATÓLICO	MASCULINO	HOMOSSEXUAL	5 ANOS
ARTHUR	27 ANOS	AGNÓSTICO	MASCULINO	HOMOSSEXUAL	2 ANOS

Fonte: O Autor (2023)

Descrevendo um pouco mais sobre as nossas e os nossos entrevistados, temos:

Flor Vermelha, 33 anos, de cor branca, ateia, do gênero feminino, bissexual, graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA) no ano de 2013. Em 2017, cursou Especialização em Gestão e Coordenação Pedagógica pela FAFICA; e em 2020, pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) uma outra Especialização em Educação Inclusiva. Nível de instrução materna com curso superior e por parte paterna cursado até a 3º ano (antiga 4ª série) do Ensino Fundamental. Tem três irmãs, sendo duas com curso superior e uma só com o Ensino Médio.

Cabelo de Fogo, 36 anos, de cor negra, afirmou que era católica praticante, do gênero feminino, lésbica, graduada em Ciências Sociais pela FAFICA no ano de 2014. Tem Especialização em Ensino de História no ano de 2016, também pela FAFICA. Pais com curso superior e um irmão com curso superior em engenharia.

Thifanny, 36 anos, de cor parda, católico, porém admira muito a doutrina espírita, do gênero masculino, homossexual, graduado em Letras pela FAFICA em 2009, e pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci, (UNIASSELVI), no ano de 2022, concluiu Pedagogia. Pais com Ensino Médio, um irmão com curso superior na área de gestão financeira.

Arthur, 27 anos, de cor parda, agnóstico, do gênero masculino, homossexual, graduado em Letras com habilitação em Língua Inglesa no ano de 2016 pela FAFICA. Possui outros cursos de aprimoração do ensino da língua Inglesa. Pais com Ensino Médio completo, possui uma irmã adolescente cursando o Ensino Médio.

5.1 Identificando as principais formações discursivas na escola católica sobre gênero e sexualidade.

Ambos os e as entrevistadas afirmaram que reconheciam sua sexualidade homossexual, e no caso de Flor Vermelha a bissexualidade, desde muito cedo, por não se encaixar nem se sentirem incluídos na visão normatizadora da cis-heterossexualidade ou na heterossexualidade compulsória. Segundo Cabelo de fogo:

Imagina só que loucura... você é educada a ser mulher, dona de casa, mãe. A não poder sentir prazer, ou melhor, o seu prazer deve está condicionado aquilo a que você é “adestrada”, aos seus afazeres domésticos. Fui criada em uma família católica, onde os princípios religiosos vinham primeiro, fui estudar em um Colégio Confessional muito tradicional aqui em Caruaru, que sempre me limitou e que tentou me dizer como eu deveria ser ou agir. Desde muito cedo fui me descobrindo como uma criança diferente e que não se identificava com as outras meninas da minha família, nem tão pouco com as amiguinhas da escola. Enquanto elas gostavam de brincar de mini donas de casa, eu gostava e as chamava para brincar de “bola”, de “bicho de se esconder”, de “pega – pega”, ou seja, de atividades que nos tirasse da inércia e nos colocasse em movimento. Era horrível na hora do recreio, quase ninguém ou mesmo ninguém... queria brincar comigo. Eu me sentia um nada, uma invisível aos olhos de todos (professores, funcionários), algumas vezes os disciplinadores e até mesmo a professora, ouvia os meninos e as meninas me xingando e só riam, porque também eles acreditavam nos insultos. Sempre ouvi dentro de casa dos meus pais como também no colégio, que essas brincadeiras eram de meninos e que eu tinha tantas bonecas, casinhas e coisinhas bonitas, que eu deveria era brincar com eles. Sempre fui muito feminina, gostava de me arrumar, mais algo me faltava, não me sentia incluída, nem em casa, nem no colégio, nem na Igreja, mesmo frequentando o catecismo. Foi algo muito difícil pra mim, ter que durante muito tempo de minha vida, viver nessa ambivalência, confesso que uma vez aos 15 anos, pensei em tirar a minha própria vida, porém o que sempre escutei em casa e na Igreja sobre o inferno me impediram de fazer (Cabelo de Fogo, 36 anos, católica, homossexual).

Eu me reconheci como um homem gay, desde muito cedo. Desde criança eu tenho lembrança de ter interesses por outros garotos. Achar outros garotos mais bonitos, mais interessantes. É... de quando ir comprar uma peça de roupa sempre olhar diferente pra embalagem da cueca que tinha lá o rapaz estampado, então desde muito cedo eu me identifico como um homem gay. Sou de família religiosa, meus pais são evangélicos, meu pai é pastor. Então, eu fui criado em uma doutrina para ir de encontro com o que eu acreditava, ou queria vivenciar. Mas, tentei ter relações com

mulheres, tive! Mas mesmo assim, sempre me entendi como homem gay desde muito cedo e tenho essa lembrança muito presente em minha memória (Arthur, 27 anos, agnóstico, homossexual).

Nessas falas, percebemos que nos discursos proferidos acima “desde muito cedo” caracteriza um processo de assujeitamento do indivíduo em que as categorias de heterossexualidade e homossexualidade materializam estruturas a “normalidade e a “anormalidade”. Dessa maneira, “desde muito cedo”, crianças que não se reconhecem nos padrões sexuais vigentes sofrem e seguem sofrendo por não conseguirem se introduzir no meio heterossexual, por causa da forte formação discursiva religiosa contida nos enunciados do “certo” e do “errado”, do “religioso” e do “profano”, dos códigos morais e até mesmo de uma produção normativa cis-heterossexual de poder. Segundo Louro (2000):

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos “naturalmente”. Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivem nossos corpos, universalmente, da mesma forma (Louro, 2000, p. 8).

A Escola Católica, nos seus discursos e na materialização dos seus enunciados acredita que os gêneros e as sexualidades são imutáveis, dados ou configurados logo no nascimento do indivíduo. Desta forma, podemos reconhecer como os enunciados contidos nos discursos religiosos normatizadores produzem verdades que correspondem a uma manutenção de poderes de como os gêneros e as sexualidades devem se posicionarem diante de uma sociedade cis-heterossexual ou cis-heteronormativa, segundo Veiga-Neto (2007, p. 117), “[...] os saberes engendram e se organizam para “atender” a uma vontade de poder”.

Nessa perspectiva, Foucault (1998) corrobora ao afirmar que a subjetividade, suas formações e manutenções estão rigorosamente ligadas as lutas de poder. Ou seja, a subjetividade não se opõe às relações de poder, bem ao contrário, ela mesma sucumbe as formas e normatizações dessas relações. Podemos então perceber que a subjetividade não existe sem um discurso que a produza e que lhe confira significado, sucedendo assim uma participação entre os processos de subjetivação e os discursos que se constituem no “desde muito cedo” nossos entrevistados já se reconheciam como homossexuais. Vale destacar que a heterossexualidade necessita da alteridade (homossexualidade) para ser considerada como “normal”, “sadia” e “não pecaminosa”.

Com isso, podemos observar que nossos entrevistados, como também todos os indivíduos heterodissidentes são interpelados pela ideologia e conseqüentemente pelo

simbólico que ela representa, materializado na forma histórica do sujeito (Foucault, 1999; Butler, 2003; Orlandi, 2009).

Desde muito precocemente, segundo nossos entrevistados, pessoas heterodissidentes vão sentindo na pele esse controle do que pode e o que não podem fazer com os seus corpos, os seus gêneros e os seus desejos. Isto é, esse processo de assujeitamento e de produção de identidades e diferença vão engendrando posições e lugares de sujeitos (Fisher, 2001; Butler, 2003). Esse controle vai acontecendo de forma muito comum, “natural” e cotidianamente na família, na sociedade e na Igreja e que vai sendo reforçado pela escola e sua escolarização cis-heterossexual ou cis-heteronormativa. Ambos os professores entrevistados reconhecem esses lugares de sujeitos heterodissidentes que lhe foram imposto e, de certa forma, assumidos por eles que tem seus sentidos (re)produzidos fortemente na Escola Confessional.

Vale ressaltar que os enunciados dos discursos que produzem sentidos sobre a heterossexualidade como “natural”, “não pecaminosa” e “sadia” completam esses sentidos hegemônicos por meio da homossexualidade e ou bissexualidade como “anormal”, “pecaminosa” e não “natural”, como foram anteriormente explicitados. Assim, nessa produção de verdade, mesmo havendo uma exclusão, um não reconhecimento e uma invisibilidade das pessoas heterodissidentes, há uma interdependência entre dito e não dito na produção de sentido que regulamenta os gêneros e as sexualidades (Butler, 2003; 2014).

Um outro dado, é que dos entrevistados só os que se consideram do sexo masculino foram os que tornaram pública a sua homossexualidade, mesmo sabendo que poderiam receber qualquer rechaço.

5.2 Elencando os silêncios no cotidiano da escola católica para negligenciar e ou ocultar o gênero e a diversidade sexual em seus espaços educacionais.

Foucault sempre denunciou que a lógica do poder sobre o sexo centrado e apresentado nos dispositivos discursivos sexuais hegemônicos, continham uma falsa hegemonia. Segundo o autor, “a lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não-manifestação, e de mutismo” (Foucault, 1999, p. 82). Partindo dessa afirmação de Foucault, elencamos os silêncios no cotidiano da escola confessional católica para negligenciar ou ocultar o gênero e a diversidade sexual em seus espaços educacionais, contidos nos discursos das nossas entrevistadas:

A escola é feita de pessoas. As pessoas dificilmente são laicas. Eu enquanto atea e bissexual me escondo, por que as pessoas me olham de maneira troncha. Não

entendem o ateísmo, acham que eu sou satanista. Mas, eu acredito que as escolas públicas e as escolas particulares que não são confessionais elas têm uma abertura maior, porém ainda existe muito preconceito e muitas resistências pelas crenças individuais. Ninguém aqui na escola sabe que eu sou bissexual. Inclusive, colegas de trabalho quando se comenta eu não conto, por que eu já vi piadinhas assim... “eita, vai chupar charque²⁷”. Sabe, e isso me incomoda. Então, eu prefiro deixar minha sexualidade restrita ao meu âmbito pessoal e falar com as pessoas que estou familiarizada e que me acolhem, do que pessoas dizem acolher mais que fazem piadinhas. Isso me deixa desconfortável (Flor Vermelha, 33 anos, ateia, bissexual).

Isso me doe muito... não poder ser quem sou em todos os ambientes que frequento, principalmente aqui na Escola. Tento deixar o mais invisível possível a minha sexualidade, embora, pouquíssimas pessoas saibam aqui no colégio. Creio também pelas piadinhas que escuto de colegas e até mesmo da equipe gestora que alguns desconfiam, mas não tem a certeza. Creio que seria bem pior a minha estadia aqui, se soubessem de fato. Hoje, vivemos em um ambiente muito hostil, desde que as irmãs voltaram a dirigir a escola. Não temos mais a certeza e a tranquilidade de estamos em um local sadio e seguro. Se a irmã gestora chega a insinuar coisas sobre a sexualidade da madre superiora (risadas) com uma outra irmã, imagina de mim, pobre mortal (Cabelo de Fogo, 36 anos, católica, homossexual).

Nos enunciados revelados nas entrevistas acima, temos um pequeno reflexo de como os silêncios são impostos e as invisibilizações são produzidas e quais os impactos na vida de uma pessoa LGBTQIA+, impondo-lhes posições e lugares subalternizados que produzem sentidos de anormalidade, pecados, doenças. Assim, na busca para a manutenção dos seus empregos, como também como forma de proteção, conservando, na medida do possível, suas integridades físicas, psíquicas e emocionais.

Assim, segundo as entrevistadas, os silêncios e as invisibilizações das sexualidades, imposta pela materialização de uma estrutura de inteligibilidade cis-heterossexual compulsória e ou cis-heteronormativa no cotidiano da Escola Confessional Católica são questões importantes que não só afetam a seus professores ou funcionários, mas que também refletem em seu alunado e na comunidade escolar como um todo.

Como podemos verificar nas falas, muitos profissionais condicionados pela própria escola, optam por não “se revelarem”, numa tentativa de evitar conflitos com os ensinamentos religiosos dos estabelecimentos onde ensinam. Esse silêncio e invisibilização pode levar ao isolamento e estigmatização²⁸ desses profissionais que enfrentam dificuldades para se expressar e serem de fato acolhidos (Junqueira, 2009).

²⁷ Chupa-charque é um termo lesbofóbico para se referir as lésbicas, e faz referência ao sexo oral praticado pelas mesmas.

²⁸ O termo estigma “(...) ocultam uma dupla perspectiva: assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do desacreditado, no segundo com a do desacreditável. Esta é uma diferença importante, mesmo que um indivíduo estigmatizado em particular tenha, provavelmente, experimentado ambas as situações. Começarei com a situação do desacreditado e passarei, em seguida, a do desacreditável, mas nem sempre separarei as duas. Podem-se mencionar três tipos de

Nesse caminho, Foucault (1999) afirma que essa regulação dos discursos em torno das sexualidades é nefasta, no sentido que anula do outro o seu direito a existir:

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras (Foucault, 1999, p. 10).

Para o referido autor, a sociedade, a igreja e a escola se apresentam com essa função reguladora das pessoas, de seus corpos, dos seus gêneros e dos seus desejos. Percebemos que o profissional LGBTQIA+ ao exercer a docência em uma Escola Confessional Católica é assujeitado a certos lugares e posições de sujeitos que são sentidos veiculados pelos discursos do magistério da Igreja.

Nos diálogos proferidos pelos/as docentes, verificamos, a existência de um discurso do silêncio que invisibiliza a possibilidade de existência de outros gêneros ou sexualidades, ao mesmo tempo que é imposta pela Escola Confessional Católica para o exercício da docência ou de qualquer outra função dentro da escola um lugar e posição de sujeito vinculados a cis-heterossexualidade.

Sem dúvidas, a base da educação católica, repousa na discursividade e nos enunciados dos valores que a Igreja instituiu como fundamentais e morais, para a regulação dos desejos e prazeres sexuais ditos e exercidos para um suposto “bem das almas”, como costumam falar, ou na realização de uma pastoral que possa ir cada vez mais alargando suas fronteiras e conferindo mais poder e autoridade ao discurso religioso. Dessa maneira, a pastoral cristã:

Procurava produzir efeitos específicos sobre o desejo, pelo simples fato de colocá-lo integral e aplicadamente em discurso: efeitos de domínio e de desinteresse, sem dúvida, mas também efeito de reconversão espiritual, de retorno a Deus, efeito físico de dores bem-aventuradas por sentir no seu corpo as ferroadas da tentação e o amor que lhe resiste (Foucault, 1999, p. 26).

A Escola Confessional Católica segue desempenhando o papel que a ela foi destinada, na difusão dos princípios religiosos em suas pastorais, no controle dos corpos e da manutenção da cis-heterossexualidade com fundamentos ontológicos. Não só em seus discursos, mas

estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto” (Goffman, 1990, p. 7-8).

também impondo às outras sexualidades não normativas uma vivência segundo os ensinamentos cristãos. Louro (1997) nos confere um exemplo dessa função destinada a Escola Confessional Católica: “através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, apontam aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir” (Louro, 1997, p. 58).

Se a Escola Confessional Católica em seus discursos de “santidade” nos apresenta que em seus “santos e santas”, os indivíduos podem encontrar uma forma exemplar de se viver segundo os seus ensinamentos, rebelar-se a fim de ter visibilidade e ser de fato respeitado como pessoa LGBTQIA+ nesses espaços, torna-se um ato político, onde a estigmatização poderá ser um alto valor a ser pago.

Não podemos esquecer e algumas vezes já mencionados aqui “que lá onde há poder há resistência” (Foucault, 1999, p. 91), e que em meio a esses discursos conservadores ao tocante às categorias de gêneros e sexualidades, alguns educadores e líderes católicos estão buscando maneiras de equilibrar a doutrina com a abordagem acolhedora às identidades de gêneros e sexualidades, reconhecendo a importância de cada indivíduo.

Um passo importante pelo menos do ponto de práticas discursivas em relação a sentindo de abertura da Igreja à comunidade LGBTQIA+, trata-se que no dia 18 de dezembro de 2023, o Vaticano lançou um documento intitulado “Fiducia supplicans”, onde autoriza padres da Igreja Católica a darem uma bênção em casais homoafetivos. Esse documento não altera os sentidos dos discursos da doutrina da Igreja sobre o matrimônio, que continua a ser considerada só entre um homem cisgênero e uma mulher cisgênero.

O documento esclarece que a bênção nunca deverá ser concedida em simultâneo com as cerimônias de uma união civil, e nem mesmo em conexão com elas. Nem pode ser realizado com roupas, gestos ou palavras próprias de um casamento. Pode até parecer algo sem muita importância, mas essa abertura reconhece pelo menos a existência de casais homoafetivos que frequentam e tentam viver segundo a doutrina católica. Isso também revela que existem personagens da Igreja a exemplo do Papa Francisco que pensa em uma maior abertura para com as pessoas LGBTQIA+ e que buscam verdades, ou seja, saber-poder de outros lugares e posições de sujeitos LGBTQIA+. Essa disputa de sentidos no campo discursivo da Igreja que apela a uma maior abertura, tem custado caro ao Papa Francisco. A ala (neo)conservadora tem de fato rechaçado o governo do pontífice, inclusive com boicotes ao seu zelo pastoral²⁹, aos

²⁹ Zelo pastoral é uma expressão que se refere ao cuidado e à dedicação de líderes religiosos em relação ao seu rebanho (povo, fiéis). É uma prática comum em diversas tradições religiosas, incluindo o cristianismo, o judaísmo

menos favorecidos e excluídos. No último dia 04 de janeiro de 2024, após algumas reações contrárias a benção pastoral, o Vaticano voltou a afirmar que a benção é um direito de quem a busca e que não pode ser negada por ninguém da parte da Igreja.

5.3 Analisando os discursos e suas formações discursivas referente às questões de diversidade sexual e LGBTfobia em sua atuação profissional.

Sobre o exercer da docência em uma Escola Confessional, os entrevistados afirmaram que gostavam e se sentiam realizados enquanto profissionais, embora tenham que vencer alguns empecilhos e dificuldades em relação a sua sexualidade dissidente da heterossexualidade. Os quatros entrevistados afirmaram não terem muito confiança em se declararem pertencentes a uma outra sexualidade que não seja a normativa, embora também não a escondam, ou seja, é o não dito que funciona produzindo sentidos de normalidade sobre a cis-heterossexualidade como supostamente compulsória e ou normativa que tem o seu sentido complementado pela homossexualidade ou a bissexualidade categorizadas equivocadamente como “doente” e “pecaminosa” (Foucault, 1999; Butler, 2003; Junqueira, 2015; Miranda, 2021).

Porém, o medo de serem rechaçados de alguma forma existe, desde as piadas das e dos colegas heterossexuais, como também algumas observações por parte da equipe gestora, que no mês de abril de 2023 foi mudada e que, no momento da realização das entrevistas, já era exercida por uma religiosa³⁰. Essa nova gestora assume uma postura educacional mais conservadora e tradicionalista, moldadas nos padrões cis-heterossexuais defendidos como uma estrutura de inteligibilidade de produção de sentidos e verdades quase sempre essencialistas e ontológicas em relação à cis - heterossexualidade (Butler, 2003; Junqueira, 2015).

Segundo as entrevistadas abaixo indicadas, a equipe da escola anteriormente era dirigida por um leigo³¹, que tinha mais abertura e comprometimento com uma educação mais progressista, democrática e plural em relação aos gêneros e às sexualidades.

A experiência de ministrar aulas é muito satisfatória, eu gosto muito de ter contato com os alunos em sala de aula, por que todos dia é algo novo. Apesar de nós termos um cronograma a ser trabalhado de conteúdos, todos os dias são situações novas, emocionais, psicológicas de aprendizagem no contexto geral. Embora a obrigatoriedade de tantos conteúdos limite a minha ação docente, principalmente no que diz a respeito de “dar conta” do material didático. Isso nos limita enquanto atuação

e o islamismo. O zelo pastoral envolve a preocupação com o bem-estar espiritual, emocional e físico dos fiéis, bem como o ensino e a orientação para uma vida de acordo com os princípios e valores da fé.

³⁰ O termo religiosa também é usado para substituir o termo freira ou madre.

³¹ Leigo: pessoa que embora possa declarar uma confissão religiosa, não faz parte do clero ou de alguma congregação religiosa (convento).

mesmo... de ser humano... de trazer contextos diferentes para a sala de aula. Dentro desses contextos diferentes estão a abordagem das categorias de gênero e sexualidade. Eu me sinto limitada... tem tanta coisa, tanta coisa imposta a ser trabalhada em sala de aula, que a gente não consegue trazer o que está fora dos muros da escola, mesmo que seja de uma maneira "superficial", vou usar esse termo entre aspas, mas para já começar de pequeno abordar esses conteúdos [gêneros e sexualidades] com as crianças. Mas, como não tem em nosso material didático a gente dificilmente tem brechas para trazer esses assuntos (Flor Vermelha, 33 anos, atea, bissexual).

A experiência de ministrar aulas tem sido gratificante, é algo que eu gosto de fazer, me identifico com o que faço, e isso é muito importante pra você se entender como professor na sala de aula. Então... a experiência tem sido muito positiva. Ministrar aula numa instituição católica traz algumas diferenças principalmente no primeiro momento que a gente tem quando chega na escola, que é o momento da oração. Os alunos fazem as orações mediante o que a escola confessa. É... mais as aulas em si, elas não são tão afetadas. Ao tocante a gênero e sexualidade, as últimas orientações [por parte da nova gestão] é de não tocar nesses assuntos, pois os mesmos não seriam coerentes com os ensinamentos da religião (Cabelo de Fogo, 36 anos, católica, homossexual).

Ao analisarmos os discursos das entrevistadas, facilmente notamos como as lutas por poder nos discursos religiosos cis-heterossexuais vão se materializando nas vidas das pessoas instituindo “verdades” que silenciam e ou ocultam o caráter plural e democrático da escola (Marafon; Souza, 2018), mesmo que isso sobressaia ao cuidado com a pessoa humana e as suas possibilidades.

Para as entrevistadas, ao mesmo tempo em que há uma satisfação em exercer a docência, também há riscos e medos. Como há uma estrutura de inteligibilidade cis-heteronormativa, isto é, uma produção de verdade discursiva em que uma suposta normalidade constitui a cis-heterossexualidade, não há espaços para que outros enunciados e discursos sejam produzidos sobre a pluralidade e a possibilidade de aprendizado e respeito das diferenças de corpos, gêneros e sexualidades. Assim, essas verdades vão sendo impostas aos/às professores/as e aos/às alunos/as por meio de um discurso que materializa práticas discursivas e não discursivas que regulamentam e normatizam o silenciamento e a invisibilidade em um processo de assujeitamento dos sujeitos a partir da (re)produção de matriz heterossexual (Louro, 1997; Fischer, 2003).

É pela incorporação, naturalização e fundamentos ontológicos de uma negada performatividade de gênero e de sexualidade que modelos educacionais somente dão ênfase e visibilidade a normatização cis-heterossexuais. Essas verdades são produzidas discursivamente, e assumem um estatuto ontológico que engendram violências sobre as pessoas heterodissidentes (Miranda; Carvalho; Silva Filho, 2016; Miskolci; Campana, 2017).

Nesse caminho, Butler (2003) nos alerta sobre o processo de um modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero e conseqüentemente de sexualidade vinculado a uma matriz

heterossexual, em que para que os corpos tenham coerência e que sua existência tenha sentido, deve existir um sexo estável que teria sua expressão em um gênero também estável e consequentemente uma heterossexualidade.

O que podemos evidenciar é que as produções de verdades dos discursos religiosos terminam (re)produzindo sentidos na manutenção do processo de normalização e controle dos corpos, das sexualidades e dos gêneros tendo como base o discurso e os enunciados de matriz heterossexual reprodutiva e biológica. Reduzindo a prática do sexo a uma função unicamente reprodutora, onde o casal heterossexual torna-se o modelo e exemplo para a sociedade (Foucault, 1999; Butler, 2003; Miranda, 2021).

Dessa maneira, as disputas de poder é onde se propicia a proliferação dos discursos normatizadores das sexualidades e dos gêneros por parte da Igreja, da escola, da família, entre muitos outros. Esses discursos atualizam os sentidos nas práticas discursivas que não só visam a proibição ou a redução das práticas sociais apenas para a heterossexualidade; como também, via assujeitamento, têm a intenção de controle dos indivíduos e da sociedade. Segundo Junqueira (2015), a escola brasileira foi estruturada historicamente sobre os pressupostos:

[...] tributários de um conjunto de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou contagioso) quem não se sintoniza com os arsenais cujas referências eram (e são) centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal” (Junqueira, 2015, p. 103).

A partir das considerações de Junqueira (2015), compreendemos como ao longo dos tempos, essas verdades via práticas discursivas e não discursivas materializam relações de saber-poder no cotidiano escola confessional em torno dos gêneros e das sexualidades.

Vale ressaltar que essas verdades foram sendo (re)produzidas e estruturadas, tomando forma e força também nas escolas laicas, estabelecendo, vias discursos, posições e lugares de sujeitos na vivência das sexualidades e dos gêneros (Louro, 1997; Foucault, 2008).

Desse modo, podemos concluir que a escola, seja religiosa ou não, é uma instituição em que existe a (re)produções de verdades e subjetividades sancionadas por uma estrutura de inteligibilidade da cis-heterossexualidade como compulsória ou cis-normativa. Assim, para a sociedade, desde que, esteja alinhada com as verdades essencializadas sobre os corpos, gêneros e sexualidades e que contribuam para a (re)produção de discursos, e consequentemente, de sentidos ontológicos sobre as identidades há a manutenção das relações de poder definindo regras muito sutis para a existência dos enunciados (Foucault, 1996; 2008).

5.4 Mapeando os sentidos que estão presentes no enfrentamento à LGBTfobia.

Para a sociedade, como também para muitas escolas confessionais, o desafio de enfrentar a LGBTfobia é evidente, pois questões de gêneros e sexualidades muitas vezes entram em conflito com os chamados “valores religiosos”, que estão inseridos nos enunciados dos discursos religiosos como um dispositivo da heterossexualidade como inquestionável, natural e essencialista. Segundo Louro (2000), “ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de forma sutis ou violentas, também distingue e discrimina” (Louro, 2000, p. 12).

No entanto, o que observamos é que essa construção das identidades e das diferenças, instaurada pelos discursos religiosos, cada vez mais tem violentado, excluído e até perseguido pessoas heterodissidentes. Infelizmente, essas exclusões limitam a produção de verdades que materializem práticas discursivas e não discursivas mais inclusivas, plurais e democráticas nas instituições educacionais (Marafon; Souza, 2018).

Vejamos como os discursos abaixo veiculam os sentidos sobre identidade (cis-heterossexualidade) e diferença (homossexualidade):

Aqui no colégio eu deixo bem claro, sempre que estamos em conversa onde é falado em relacionamento ou sobre cônjuge, se eu vou falar da minha vida ou da minha vivência eu vou falar como te fato ela é... que é com outros homens por que é de fato o que eu vivencio. Então, geralmente, isso é sempre colocado e é muito claro, acredito que todo mundo tenha ciência, ou pelo menos as pessoas que são mais próximas que convivem comigo, que conversam, na hora do intervalo sempre vai ter uma conversa ou outra, então sabem e é muito claro. Em relação aos alunos não! Por que de fato é algo muito pessoal e pra sala de aula nunca levo essas questões (Arthur, 27 anos, agnóstico, homossexual).

Ser homossexual em escolas religiosas é você se impor! Não de forma agressiva e sim conquistar o respeito do seu aluno e do ambiente escolar. Não só na sala de aula, mas por exemplo de certas piadinhas na sala dos professores, é você se impor e não dá seu lugar a ninguém. Até por que ninguém conhece a sua história. Hoje nem tanto eu preciso me impor, creio que as coisas estão mais claras, mais ainda percebo que sempre nós somos aquela piadinha no cantinho da boca. Mas, a questão é abstrair e seguir a vida (Thifanny, 36 anos, católico, homossexual).

Ao mapearmos os discursos contidos nos enunciados acima, observamos que, mesmo impondo ou revelando sua sexualidade, todos os dias profissionais da educação que vivenciam uma sexualidade não cis-heterossexual, assumem um lugar (da diferença) de ter de provar para todos (da cis-heterossexualidade compulsória ou normativa), a sua existência e competência como forma de se estabelecer respeito, reconhecimento e inclusão. Ressaltamos, entretanto, que essas práticas discursivas e não discursivas da violência e exclusão não produzem sentidos para

as pessoas (outros/as professores/as, alunos/as e equipe gestora) que lugares e posições de sujeitos cis-hetero-orientados (Junqueira, 2015; Paiva, 2022).

O ato de declarar-se homossexual em uma instituição religiosa onde se prioriza a cis-heterossexualidade como única possibilidade de aceitação sexual é de fato um “impor-se”, como declarou um dos entrevistados. “Impor-se”, isto é resistência, é um termo muito usado no meio dos heterodissidentes, seja em âmbito pessoal, profissional e ou social, pois essa materialidade encontra-se no enunciado que se dá nos conflitos e vivências cotidianas em busca de um lugar que garanta as suas existências. Ressaltamos como anteriormente mencionado que toda relação de poder, ou melhor dito de saber-poder também traz a possibilidade de resistências a essa produção de verdade (Foucault, 2007).

A Igreja, como algumas tantas outras instituições, tais como a família, a sociedade e a escola, sabem muito bem que a produção de pessoas cis-heterossexuais, é importantíssimo para a manutenção de uma ordem de poder hierárquico que estabelecem dominantes e dominados. Essa produção de pessoas cis-heterossexuais se dá via discursos. Infelizmente, essas produções de “verdades” (neoconservadoras) acontecem mais ainda nos discursos e enunciados da escola confessional. Esses discursos produzem sentidos normatizadores, essencialistas e ontológicos que incidem na formação dessas identidades como norma predominante que moldam as expectativas em torno da cis-generidade e da cis-heterossexualidade, como podemos verificar nas narrativas e experiências pessoais dos entrevistados.

Ao examinarmos como esses discursos vão se materializando e tornando-se hegemônicos (saber-poder), apreendemos que eles, por várias vezes também, são (re)produzidos por indivíduos LGBTQIA+, visto que todos somos assujeitados a esse dispositivo da sexualidade (Foucault, 1996; 1999; Butler, 2003; Jesus, 2012; Nascimento, 2021).

Porém, segundo Butler (2003), nem todos sucumbem a essa ordem estabelecida de poder. Alguns escapam e lutam contra aquilo que a sociedade e suas instituições querem impor-lhes como formas de viverem a sua sexualidade. Nesse aspecto, Louro (1997) expõe que para Deborah Britzman:

Nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida, *nenhuma*, identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada (Britzman, *apud* Louro, 1997, p. 27).

Dessa maneira, algo sempre escapa a processo total de assujeitamento. Essa resistência a ser assujeitado também acontece dentro das escolas confessionais, pois profissionais heterodissidentes exercem resistências, no dia a dia da escola, nos corredores, no dito e não dito, na sala de aula e também diante das alas mais conservadoras da Igreja Católica.

É importante ressaltar que a posição do pensamento católico em relação à homossexualidade tem se transformado ao longo do tempo, mas, em termos gerais, a doutrina oficial ainda considera a pessoa LGBTQIA+ como contrária ao plano divino. Entretanto, existem pessoas heterodissidentes que circulam, trazendo um certo incômodo, em seus corredores e ministrarem aulas em seus estabelecimentos de ensino (Oliveira; Miranda; Silva, 2018; Aristizábal; López, 2021; Aristizábal, 2023).

Mesmo com a presença de pessoas LGBTQIA+ nas instituições de ensino religiosas, não podemos deixar de elencar três ensinamentos veiculados em seu discursos que ainda perpassam o fazer da educação em uma Escola Confessional e que continuam a ferir pessoas em seus direitos, e produzem o lugar da diferença e da exclusão segundo o Código de Direito Canônico da Igreja Católica: 1) A orientação homossexual é “intrinsecamente desordenada” pois não estaria de acordo com a ordem “natural” estabelecida por Deus. 2) A Igreja ensina que a única forma apropriada de expressão sexual é dentro do matrimônio entre um homem e uma mulher, com a finalidade de procriação. 3) O chamado a castidade. Pessoas com atração pelo mesmo sexo devem viver uma vida de castidade. Isso significa que a abstinência de relações sexuais é vista como a única opção moralmente aceitável para indivíduos LGBTQIA+ (Código de Direito Canônico, 1987).

Com essa pseudo aceitação de existência de pessoas LGBTQIA+ nos corredores e nas salas de aula das escolas confessionais, inferimos que a todo momento esses indivíduos tem que estar performatizando sentidos, enunciados e discursos que corroboram com o que orienta a visão cis-heteronormativa que a Igreja anuncia e crer ser uma verdade axiomática que dá sentido à produção de seus discursos, como também é suporte e alavanca na manutenção do poder exercido sobre os seus fiéis na (re)produção de sujeitos hegemônicos e sujeitos subalternizados. Nesse sentido, abaixo temos os discursos de dois dos nossos entrevistados:

Eu também acho, que por eu performar minha sexualidade próxima ao estereótipo masculino, contribua para as pessoas não terem tanto preconceito. Até por que a gente sabe quando um homem gay ele é mais afeminado, ele vai sofrer mais preconceito. O homem performando a feminilidade causa maior estranheza nas pessoas. Principalmente se são outros homens por que tem todo um complexo do machismo estrutural e mesmo que não seja estrutural muitos irão recriminar mesmo por ser um homem mais afeminado. No caso, eu acho, eu sou privilegiado, até certo ponto, por que eu e me valho de uma performance de uma masculinidade mais próxima do padrão. Então, eu acredito que isso vai ser levado muito em consideração como a

pessoa está performando sua sexualidade. Se uma mulher lésbica performa sua sexualidade de uma forma mais masculina, ela será mais recriminada (Arthur, 27 anos, agnóstico, homossexual).

A todo momento, eu me vigio para ser a mais feminina possível. Pois, isso é cobrado aqui na escola. Algumas irmãs e também pais de alunos já questionaram a minha performace [performatividade], com o tipo de comentário: “Que jeito pesadão!”; “Você precisa ser mais feminina!”; “Minha filha, não fale nem ande assim... é feio!” (Cabelo de Fogo, 36 anos, católica, homossexual).

Ao analisarmos os enunciados acima, pessoas LGBTQIA+ podem até se fazer presente nas Escolas Confessionais, desde que performatizem a sua sexualidade e o seu gênero com referência ao seu gênero, supostamente biológico, que foi sancionado pela sociedade. Mesmo vivendo em um ambiente que muitas vezes se diz acolhedor, não vemos pessoas trans ou até mesmo que performatizem uma sexualidade que difere do seu gênero nas Escolas.

Quando pensam o meu gênero ou a minha sexualidade dentro dos padrões binários... eu me sinto mal! Quero ser reconhecido como eu sou. Sempre tem aquela questão de você está falando, e isso foi coisa que já ouvi aqui mesmo dentro dessa instituição, de você está falando de suas vivências e alguém dizer: ah... você nem parece gay! Se eu te visse eu acharia que você não era gay”. Aí eu falo: por que eu não pareço gay? Por que você está me xingando... eu não quero parecer hétero. Que quero parecer gay, por que sou gay! Me sinto muito feliz e confortável em ser um homem gay. Então, eu não me sinto bem, eu quero que as pessoas me reconheçam como sou. Gay, orgulhoso de assim ser! (Arthur, 27 anos, agnóstico, homossexual).

Ainda é muito cobrado o dispositivo da “coerência biológica” dos gêneros e das sexualidades. O que verificamos, nas falas dos entrevistados é que uma pessoa que performatizam fora do que foi (re)produzindo como “natural”, como “biológico” como “ontológico”, isto é, “coerência biológica” ficcional de corpo, gênero e sexualidade (Butler, 2003), teria pouca ou quase nenhuma chance de ser contratada por uma Escola Confessional, mesmo que apresentassem no processo seletivo formação profissional e experiência no exercício da docência mais elevada que os outros concorrentes.

Esse discurso contido no dispositivo da sexualidade via “coerência biológica” que perfazem os enunciados da ação pedagógica da Escola Confessional, reforçam a todo momento o que a sociedade está dizendo, reafirmando, impondo e gerando repressões do que é ser homem ou mulher, materializando uma estrutura de inteligibilidade essencialista. Com isso temos o velho discurso por muitas vezes denunciado por vários pensadores e pensadoras, da inteligibilidade dos gêneros: um indivíduo que nasce com pênis, será reconhecido e lhe conferido a condição de homem, conseqüentemente masculino e por fim heterossexual, o mesmo acontece em relação a indivíduos que nascem com vagina, gerando uma problemática discursiva em torno dos gêneros e sua suposta estrutura hegemônica (Butler, 2003; Bento, 2017).

Também é evidente, que a presença de indivíduos heterodissidentes tem gerado muitas tensões e conflitos nas relações de poder contidos nos discursos religiosos hegemônicos em torno das categorias de gêneros e sexualidades na Igreja e de suas Escolas. Existem vozes de confissão católicas que buscam e tentam promover uma abordagem mais aberta e compreensiva para lidar com as questões da sexualidade. Cada vez mais, para essas pessoas têm ficado explícitos, que indivíduos LGBTQIA+ (eles têm ocupado outros lugares e outras posições de sujeito) têm o direito à dignidade e ao respeito, independentemente de sua orientação sexual, opondo-se à discriminação e à violência vem sofrem. Assim, o campo da educação se constitui em uma arena de disputas entre projetos (neo)conservadores e projetos democráticos e plurais (Miranda; Carvalho, Silva Filho, 2016; Biroli; Vagionne; Machado, 2020; Aristizábal; López, 2021)

5.4.1 A LGBTfobia³² naturalizada na Escola Confessional.

Muitas vezes, a Escola Confessional Católica é conhecida pelo seu compromisso com a fé e os valores cristãos. No entanto, um desafio que essas instituições enfrentam é a questão da LGBTfobia naturalizada em seus ambientes educacionais. “Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição ao ridículo” (Louro, 2000, p. 20). Podemos ver nos enunciados abaixo as dores causadas por essa prática discursiva e não discursiva que produz violência:

Na Escola Católica, eu não sou quem sou de verdade, eu tenho que vigiar sempre para atender às normas e orientações para estar aqui. É uma tristeza grande... sabe? Você ser profissionalmente aceita, mas que para que o seu profissional seja reconhecido, depender de algo pessoal que julgam que deve ser de uma forma. Que deve seguir aquele padrão e deve estar encaixotado ali, então, eu me sinto, frustrava, eu me sinto insatisfeita, as vezes dar raiva de determinados comentários e determinadas situações. Eu preciso ficar camuflada, eu não posso ser quem eu sou, por que eu me sinto vigiada

³² Etimologicamente, na expressão LGBTfobia, identificamos o acoplamento do termo grego phóbus, que faz menção à aversão, ojeriza, pavor e medo direcionados às ações e posicionamentos em relação às pessoas alocadas na sigla LGBT (lésbicas, gays, homossexuais, transexuais, transgêneros e travestis) que, historicamente, foram situadas dentro das relações sociais como humanamente inferiores. Posteriormente, a sigla foi ampliada para LGBTQIAPN+, porém, o termo LGBTfobia, surgido antes dessa ampliação, ainda pode ser utilizado. É importante enfatizar que na atualidade esse grupo ainda experimenta assujeitamentos, constrangimentos e violências variadas, causadas pela opressão e intimidação. Sendo assim, adiantamos que a “LGBTfobia é um dispositivo intencional e historicamente gestado no cerne das sociedades, com propósitos bem definidos; sendo assim, uma ideologia, pois em nossa sociedade há a recusa e uma indução proposital a não exercitar uma busca atenta na história que seja capaz de revogar e deslegitimar esse sistema opressor e perverso, sendo a LGBTfobia um termo amplo que abarca, na mesma expressão, um conjunto de ações ou mecanismos produzidos socialmente para oprimir, violentar ou discriminar pessoas que estão fora dos contornos legitimados de orientação sexual e gênero, ou seja, da cis-heteronormatividade (...)” (Coelho; Desidério; Rocha, 2023, p. 2).

dentro do ambiente de trabalho, isso me deixa acuada. Todo dia doe... A violência simbólica, discursiva ela é real e presente (For Vermelha, 33 anos, atea, bissexual).

A escola ainda hoje faz LGBTfobia, não só em relação aos seus funcionários, mas também com os seus alunos. O funcionário que não se impõe ele é motivo de piadinhas. “Olha que bicha boa! Você não vai olhar não? Você é viado?” Não existe dentro da escola, nenhum espaço de reconhecimento de pessoas LGBTQIA+ (Thifanny, 36 anos, católico, homossexual).

LGBTfobia?? (risadas irônicas). Aqui é o espaço das LGBTfobias! Todos os dias... todos os dias, sofremos algum tipo de ataque, seja da gestão da escola, dos colegas, dos alunos, dos pais. Eu digo que a todos os dias quando eu saio de casa, tenho que vencer um leão. O leão da intolerância, da LGBTfobia, do racismo, por ser uma mulher negra. Como eu já havia dito, vivo uma vigilância para me enquadrar cada vez mais no que foi categorizado como “feminino”. É muito difícil você não ser quem você é! Infelizmente nesta escola, depois desta última gestão assumir as violências se instalaram aqui. A gestão anterior a essa, era mais humana, mais cristã! A Instituição se preocupava em debater, orientar e punir casos de LGBTfobia. Agora não! Infelizmente! (Cabelo de Fogo, 36 anos, católica, homossexual).

Ao analisarmos os discursos nas falas proferidas pelos docentes, podemos perceber que de forma direta ou indireta a LGBTfobia é algo muito presente na prática discursiva e não discursiva da escola pesquisada.

No relato de Flor Vermelha, podemos perceber uma pseudo “aceitação”, desde que o profissional performatize seu gênero e sexualidade o mais próximo do binarismo normatizador cis-heterossexual, supostamente ontológico. No âmbito dos enunciados dispostos, observamos a concepção liberal (Louro, 2000), onde a sexualidade é amplamente vista como uma questão absolutamente privada. Isso significa que os indivíduos têm o direito à autonomia e à liberdade em relação a sua sexualidade, identidade de gênero e práticas sexuais, porém não é assim que acontece no cotidiano da Escola Confessional. O que há de fato é um silenciamento, um rechaço em relação a pessoas heterodissidentes, ou seja, essas pessoas são categorizadas em posições e lugares de sujeitos anormais, subalternizados, pecaminosos, doentes.

Entretanto, no caso da Escola Confessional observando os discursos proferidos algo que incomoda é a publicidade e manifestação públicas dessas sexualidades e identidades de gênero dos indivíduos não-heterossexuais. Porém, essa visão liberal tem sido bastante combatida pela Igreja e conseqüentemente pelas instituições escolares ligadas a ela, caracterizando o dia a dia como uma arena de disputas de sentidos/saber-poder entre a (re)produções da homossexualidade como anormal e a sua inclusão e reconhecimento como merecedora de direitos.

Nessa arena de disputas, essas diferenças (homossexualidade) podem até serem suportadas nesses espaços escolares, desde que não chamem muita atenção, nem tão pouco saiam da sua invisibilidade e silenciamento (cis-heteronormatividade). Ou, conforme as

reflexões de Butler (2003), temos “paradoxalmente, a homossexualidade é quase sempre concebida, nos termos da economia significativa homofóbica, tanto como incivilizada quanto como antinatural (BUTLER, 2003, p. 190)”. Vejamos o discurso de Flor Vermelha:

Está trabalhando em instituição religiosa é um empecilho para tratarmos desses assuntos. Eu acredito que desde o início desse ano muitas mudanças vêm acontecendo na instituição e uma delas é meio que invisibilizar a existência das pessoas gays, lésbicas e trans. Temos recebido orientações muito tradicionais, de cunho muito tradicionalista de educação. Me pesa muito a situação de estar submissa a olhares e me sinto vigiada (Flor Vermelha, 33 anos, ateia, bissexual).

Como percebemos, a maioria das Escolas Confessionais mantém práticas discursivas e não discursivas tradicionais, (neo)conservadoras que consideram o sujeito LGBTQIA+ pecaminoso e a identidade de gênero baseada na biologia, ontologicamente determinada como saber-poder. Isso cria um contexto em que, segundo os discursos dos entrevistados/as, a LGBTfobia se manifesta nas escolas, em alguns e algumas educadores/as e administradores/as como um dispositivo reacionário e violento, às vezes, de forma inflexível e que nega-lhes direitos, reconhecimentos e inclusões (Junqueira, 2009). Vale ressaltar que essa violência é amplificada quando se debruça sobre pessoas transexuais e travestis.

É justamente no campo das lutas e dos discursos de poder que as políticas de identidades se fazem necessárias a esses espaços (escola), muitas vezes sacralizados, não reconhecendo a diversidade de gêneros e sexualidades e as múltiplas performatividades possíveis. Assim, os sentidos são fixados em uma suposta e ficcional padronização e essencialização sobre as performatividades de gênero. Sublinhamos que a escola deve ser um espaço via práticas discursivas e não discursivas em que a diversidade seja um sentido fortalecendo aspectos plurais e democráticos.

O grande desafio para as Escolas Confessionais reside na conciliação entre suas crenças religiosas e o imperativo secular da inclusão. Estudiosos/as, já explicitados aqui, apontam sentidos, discursos e enunciados de que a doutrina católica deve privilegiar uma compreensão mais ampla das sexualidades e das identidades de gênero. Apontam também que a questão da LGBTfobia na Escola Confessional é uma discussão complexa e sensível. A busca pela harmonia entre doutrina religiosa e a promoção da inclusão e do reconhecimento é um desafio contínuo e essencial. A conscientização, o diálogo respeitoso e a compreensão mútua desempenham práticas discursivas e não discursivas cruciais na criação de ambientes educacionais onde todos e todas se sintam valorizados e seguros, independentemente de seu gênero ou da sua sexualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Essa pesquisa buscou as diversas possibilidades de formulação de entendimento e vivências das temáticas de gêneros e sexualidades, como também a materialidade discursiva expressa nas identidades dos sujeitos, nos silenciamentos e invisibilizações de certos grupos sociais causados pelos discursos religiosos dentro da Educação Católica, tendo como entendimento que o sistema educacional é um modo de fazer política, onde se pode manter ou modificar as apropriações discursivas com seus saberes e poderes.

As possíveis compreensões aqui expostas, só foram possíveis por conta da fundamentação teórica e consequentemente a análise dos discursos dos/as docentes envolvidos nessa pesquisa, uma vez que esses discursos nos possibilitaram uma visão aproximada da realidade vivida por pessoas LGBTQIA+ nas instituições de ensino católica.

Para a produção desse estudo, relembro que foram elencados quatro objetivos específicos que nos ajudaram a trilhar com mais fidelidade esse traçado: a) Identificar as principais formações discursivas na escola confessional católica sobre gênero e sexualidade; b) Elencar os silêncios no cotidiano da escola confessional católica para negligenciar e ou ocultar o gênero e a diversidade sexual em seus espaços educacionais; c) Analisar os discursos e suas formações presentes nas falas dos professores/as homossexuais e bissexual referente às questões de diversidade sexual e LGBTfobia em sua atuação profissional; d) Mapear os sentidos que estão presentes no enfrentamento à LGBTfobia com professores/as a partir da perspectiva da análise do discurso foucaultiana.

As experiências narradas por Flor Vermelha, Cabelo de Fogo, Thifanny e Arthur demonstram haver encontrado nos seus ambientes de trabalho, uma certa resistência em torno da manifestação das suas sexualidades e na performatividade de seus gêneros. Segundo nossos entrevistados a Escola Confessional Católica (re)afirma uma determinada identidade de gênero e da vivência da sexualidade em detrimento a outras, que reitera em sua construção preconceitos e violências a pessoas LGBTQIA+ por meio de seus discursos, enunciados, praticas discursivas e não discursivas.

Quanto ao objetivo 1: podemos observar que pouca ou quase nenhuma mudança se deram em relação aos discursos manifestos em torno das categorias de gêneros e sexualidade. A visão da Escola Confessional Católica permanece atrelada a uma visão criacionista (religiosa) e biológica (ciência) do ser humano. Algo muito presente na Escola Confessional Católica é a construção e manutenção dos binarismos normatizadores, pois a normatização dos gêneros ou

das sexualidades ainda é uma maneira de verdade produzida nos discursos sobre uma estrutura de inteligibilidade do binarismo e da cis-heterossexualidade como anormal, pecaminosa, doente ao mesmo tempo em que reforça saberes-poderes de normalidade, naturalidade, saúde e não pecaminosa como uma suposta heterossexualidade ontológica. Pensar essas desconstruções dos padrões e modelos binários é algo necessário para questionarmos o modelo hegemônico da cis-generidade que assujeita os indivíduos a terem condicionados as suas vivências de gêneros e sexualidades a uma matriz de base cis-heteronormativa.

Acerca do objetivo 2: Os silenciamentos e as invisibilizações, destinados aos indivíduos LGBTQIA+, como também, a resistência da Escola Confessional Católica em trabalhar com as temáticas de gêneros e sexualidades em suas unidades de ensino, corroborando com essas violências, nos ajudam a compreender como os discursos vão se materializando nas identidades dos sujeitos. Embora consigamos perceber que os/as entrevistados/as tentem de forma individualizada trazer à tona algumas perspectivas em seu fazer docente ao tocante as categorias de gêneros e sexualidade. Porém é algo feito na surdina, sem nenhuma orientação ou comprometimento da instituição de ensino.

No que concerne ao objetivo 3: o exercício da docência enquanto sujeito LGBTQIA+, é sempre um desafio a mais na Escola Confessional Católica, pois o ambiente não é um dos mais favoráveis para a plena vivência plural e democrática tanto pessoal e como profissional.

Podemos observar que esses profissionais passam por diversas discriminações, exclusões e não reconhecimentos. Desde a discriminação direta se dá quando por parte da gestão, professores recebem orientação explícitas para não abordarem os temas sobre gêneros e sexualidades em suas aulas ou em qualquer projeto pedagógico que seja proposto a ser experienciado no colégio, causando assim, invisibilizações e silenciamento de pessoas que não categorizadas como cis-heterossexual. Quanto à discriminação indireta vai se dando no cotidiano dos dias, com falas e palavras pejorativas em torno dos gêneros e das sexualidades, ou seja, em práticas discursivas e não discursivas; insultos relacionados a uma suposta feminilidade ou masculinidade dos indivíduos; obstáculos na contratação de pessoas que apresentem um gênero ou uma sexualidade não normativa, no caso do sexo masculino, homens mais afeminados ou no caso de mulheres mais masculinizadas, conforme foi sendo categorizado pelo modelo patriarcal, gerando até uma possível dificuldade de uma possível ascensão na carreira, como por exemplo, uma promoção.

A respeito do objetivo 4: Embora tenhamos dentro da Escola Confessional Católica, aparentemente, um discurso de abertura e acolhimento às pessoas heterodissidentes, a realidade

é totalmente outra. A todo instante, pessoas LGBTQIA+ são assujeitadas a posições e lugares de sujeitos subalternizados e às mais diversas violências, desde a piadinha que as ridiculariza, exclui e não reconhece até uma invisibilidade e silenciamento tentando se protegerem de possíveis violências (LGBTfobia). Entretanto, a educação sendo uma arena de disputas entre projetos (neo)conservadores, por um lado; e projeto plurais e democráticos, por outro, a existência de indivíduos heterodissidentes, nessa instituição, possibilitam resistências às relações de poder e aos discursos, enunciados e saberes-poderem que categorizam essas pessoas como pecaminosas e doentes. Assim, esses corpos como corpos políticos, desestabilizam a hegemonia cis-heteronormativa. Essa desestabilização, possibilita para que outros sentidos, outras verdades possam sejam produzidas e outras posições e lugares de sujeitos possam existir.

Nossa finalidade foi compreender as formações discursivas materializadas nos enunciados dos discursos sobre avanços, recuos e vivências educacionais da ECC, acerca das temáticas de Gêneros e Sexualidades na educação cristã. Com isso chegamos à compreensão que as práticas discursivas organizam a realidade escolar, tornando verdadeiro ou falso aquilo que está sendo dito e ratificado pelas relações de poder hierárquicas que se estabelece nas distinções.

O discurso organiza e estabelece as vivências e relações dos indivíduos com as instituições sociais, validando ou não a sua existência na sociedade por meio das produções de verdades e dos saberes-poderes.

Nas falas dos/as entrevistados/as ficaram evidentes como os enunciados se materializam nas vidas das pessoas que fazem a Escola Confessional Católica, e como essa escola, enquanto formação discursiva religiosa controla e regulamenta a produção dos discursos dentro e fora da Instituição.

Assim, seguindo a lógica foucaultiana e de muitos outros pensadores, a escola ainda hoje se mantém como uma instituição reguladora dos discursos, para a manutenção da ordem cis-heterossexual estabelecida. Na Escola Confessional Católica, esse discurso assume dimensões maiores de verdade, visto que os discursos proferidos hegemonicamente nessa instituição estão vinculados a uma formação discursiva religiosa que produz enunciados que, por sua vez, materializam uma inteligibilidade estrutural, entre ditos e não ditos, de uma cis-heterossexualidade ontológica

É fundamental reconhecer o desafio que a Escola Confessional Católica enfrenta ao abordar questões de gêneros e sexualidades em um mundo em constante transformação. Apesar de uma tensão na formação discursiva religiosa que produz sentidos fundamentalista,

biológicos e essencialista, por um lado; e a existência outros discursos em há lugares e posições de sujeitos que resistem aos discursos (neo)conservadores produzem outros sentidos como de inclusão das diversas identidades de gêneros e sexualidades são evidentes na arena de disputas de sentidos no campo da educação e da sociedade. No entanto, a produção de discursos emancipatórios, não essencialistas, que priorizem a pluralidade e o respeito e aprendizado com a diferença é de importância primordial. Se faz necessário descentralizar e desestabilizar as verdades do discurso cristão em relação à sua moral sexual cis-heterossexual, a fim de termos importantes considerações reflexivas sobre os valores promovidos por Jesus em sua pregação, na instauração de uma nova humanidade, onde o próprio discurso religioso se encarna na história, correspondendo as novas perspectivas e desafios na produção de outros saberes-poderes de uma pastoral LGBTQIA+.

A Escola Confessional Católica tem a oportunidade de desempenhar um papel significativo ao adotar abordagens inclusivas que respeitem os direitos humanos e as identidades individuais em relação ao respeito à pluralidade e mais democrática. Assim, outros valores da fé católica devem ser priorizados em que outros sentidos mais inclusivos produzidos como outras verdades discursivas.

A pesquisa, o diálogo e a formação continuada emergem como caminhos para alcançar esse objetivo, possibilitando a criação de um ambiente educacional que seja verdadeiramente acolhedor para todas as pessoas, independentemente de seus gêneros ou sexualidades.

Em última análise, a Escola Confessional Católica pode produzir e defender enunciados em que os princípios de amor, compaixão e inclusão sejam fundamentais para a mensagem de Cristo, fortalecendo assim seu compromisso com uma sociedade mais justa e equânime sobre os corpos, gêneros e sexualidades, dentro outros marcadores sociais de subalternidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J. M. D.; PIZZI, L. C. V. **Análise do Discurso em Foucault e o Papel dos Enunciados: Pesquisar Subjetividades nas Escolas.** Revista Temas em Educação, v.23, n. 1, p. 81 – 94, 2014.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar.** Campinas, SP: Papirus, 1995.
- ARISTIZÁBAL, Fidel Mauricio R.. El fantasma de la <ideología de género> Una estrategia política en contra de los derechos civiles em Colombia. In. QUERO, Hugo Córdoba; WEISHEIN, Jorge; MOR, Cristian. (Org). **Educación Sexual Integral en Argentina – Miradas interreligiosas.** Institute Sophia Press, Saint Louis, Missouri, USA, 2023.
- ARISTIZÁBAL, Fidel Mauricio R.; LÓPEZ, Maricel Mena. *Espiritualidad y diversidad sexual, desafíos para una pastoral LGBTI+.* In: **Experiências de diversidade afetivo-sexual e de gênero: perspectivas de diálogo.** Metanoia Editora, Brasil, 2021.
- ARISTIZÁBAL, Fidel Mauricio R.; LÓPEZ, Maricel Mena. **Las falacias discursivas en torno a la ideología de género.** Bogotá: ex aequo, n° 37, DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.02>.
- AZEVEDO, Sara Dionízia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. In. **Revistas Eletrônicas Filogenese.** Vol. 6, n. 2, 2013. P. 148 – 162.
- BARROSO, Ramon Roberto de Jesus; SILVA, Lana Claudia Macedo da. **Gênero e Sexualidade na Educação Brasileira em tempos de Movimento Escola Sem Partido.** Revista Diversidade e Educação, v. 8, n. 1, 2020.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos.** In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) Pesquisa Qualitativa com textos, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 39 - 63.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo – A experiência vivida.** Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, 2ª edição.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos.** Salvador: EDUFBA, 2017.
- BIROLI, Flávia; VAGIONNE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos;. **Gênero, neoconservadorismo e democracia.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- BLANCARTE, Roberto. **“El porqué de un Estado laico”.** In: Los retos de la laicidad y la secularización en el mundo contemporáneo. Cidade do México: El Colegio de México, 2008.

BORRILLO, Daniel. **A homofobia**. In. Lionço, Tatiana Lionço, Débora Diniz (Org). Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editorada UNICAMP, 2004.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. **Para além do discurso eurocêntrico de direitos humanos: contribuições da descolonialidade**. Revista novos estudos jurídicos, vol. 19, n. 1, jan-abr 2014.

BUCHOLZ, Luíze Gomes; FERREIRA, Valéria Fernanda Silveira. **Gênero, orientação sexual e identidade religiosa no cotidiano escolar**. In. MAIO, Eliane Rose; ROSSI, Jean Pablo Guimarães; LEITE, Lucimar da Luz (Orgs). Gênero, sexualidade e religião: diálogos em espaços plurais. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In. Louro, Guacira. O corpo educado – Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 42, págs. 249 – 274, jan / jun. 2014. Tradução de Cecília Holtemann.

BUTLER, Judith.. *Is Judaism Zionism?* In: VANANTWERPEN, J. (Ed.) *The power of religion in the public sphere*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

BUTLER, Judith. **Desfazendo Gênero**. São Paulo: Unesp, 2022.

CASTRO, Roney Polato de. **Gênero, Sexualidade, Religiosidade e Escola: problematizando relações**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

CAMARGO, Flávio Pereira; ARAÚJO, Rubenilson Pereira. Sexualidade: sua dimensão conceitual e diversa no cotidiano escolar. In. IRINEU, Bruna Andrade; MAIA, Marcos Felipe Gonçalves (Org.). **Gênero e diversidade na escola: cenas, contexto e indicadores educacionais da região do Tocantins**. Palmas: Eduft, 2018.

CARMONA, Andréa Moreira; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **O universal e o particular na política LGBT: tensões e diálogos na esfera pública**. 2013. <https://www.researchgate.net/publication/228479429>

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAMPOS, Maria Malta. **Para que serve a pesquisa em Educação**. Caderno de Pesquisa, v. 39, n.136, p. 269 – 283. Jan / abr. 2009.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1987.

COELHO, G. G., DESIDÉRIO, P. M. M., & ROCHA, L. P. **Afinal, o que é a LGBTFOBIA?**. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 34, 1115, 2023. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v34.1115>

COSTA, Jurandi Freire. **Inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COHEN, Jaffe; McWILLIAMS, Danny; SMITH, BOB. **Piccoli gay crescono. Per una beata educazione all'omosessualità felice**. Traduzione dall'inglese de Mario Cervio Gualersi. Prima edizione nell' Universale Economica, 1996.

DERISSO, José Luis; SILVA, Luiza Batista de Oliveira; DUARTE, Newton. Laicidade e Educação. **Revista Educere Et Educare**, Vol. 14, N. 31, jan./abr. 2019.

DERRIDA, Jacques. **Anne Duformantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

DIAS, Maria Berenice. Liberdade sexual e direitos humanos. In: **Anais do II Congresso de Direito de Família. A família na travessia do milênio**. Belo Horizonte: IBDFAM. 2002.

DOCUMENTO DE APARECIDA. **Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (CELAM)**. São Paulo: Paulus, 2007.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro 2005. p. 24-32).

FERNANDES, Eliane Pinheiro; GOMES, Fábio Alves; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Direitos Humanos, Laicidade e Educação Escolar. **Revista Teias** v. 22 • n. especial • out./dez, 2021.

FISCHER, Maria Rosa Bueno. Foucault e a análise do discurso em Educação. **Caderno de Pesquisa**, nº 114, 2001.

FISCHER, Maria Rosa Bueno . Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**, 2003, p. 371 – 389.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel . Entrevista com Michel Foucault, por Sergio P. Rouanet e J. G. Merquior. In: **FOUCAULT, M. et al. O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1996.

FOUCAULT, Michel . Subjetividade e verdade. In. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel . **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. In. MOTTA, M. B. (Org). **Ditos & escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel . **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel . **A arqueologia do saber**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GARCÍA, David Córdoba. *Teoria queer: reflexiones sobre sexo, sexualidad y identidad. Hacia una polarización de la sexualidad*. In: CÓRDOBA, DAVID SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco (org.) **Teoria queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas**. 2ªed, Espana: Egales editorial, 2007.

GAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagem**, DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.) 345-62. 2. ed. Porto Alegre: Artemed. 2006.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa Qualitativa com textos, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64 - 89.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Coletivo Sabotagem, 1990.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com textos, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 244 - 270.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2022. Brasília: MEC, 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: Rogério Dinis Junqueira (Org.) **Diversidade sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In RODRIGUES, Alessandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sergio Rodrigo da S. (Org) **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: emergência de um cenário político – discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**. vol. 18. nº 43, set. – dez, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, Luís Correia. **Teologia e os LGBTQ+**: perspectiva histórica e desafios contemporâneos. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

LIZAMA, Pablo Astudillo. *La Inestable Aceptación de la Homosexualidad. El Caso de las Escuelas de Elite em Santiago de Chile*. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, v.10, n.2, p. 21 – 37, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2018.

MARAFON, Giovana; SOUZA, Marina Castro. Como o discurso da “ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola? In PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (Ed.). **Educação democrática: antidoto ao Escola Sem Partido**. Rio de Janeiro, LPP/UERJ, 2018.

MENDONÇA, Amanda André. Projetos para a Educação Brasileira: Da Retórica Conservadora ao Pânico Moral. **Revista Communitas**, V2, Edição especial: conservadorismo: políticas e educação, 2018.

MINAYO, Cecília de Souza (organizadora), DESLANDES, Suely Ferreira, CRUZ NETO, Otávio, GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte

conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro 2005. p. 33-49).

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. **Magistério masculino (re)despertar tardio da docência**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. Do essencialismo ao desconstrutivismo: um breve balanço das pesquisas brasileiras sobre homossexualidade e suas interseções com as categorias de corpo e gênero. **Estudos de Sociologia**, Recife, 2016, Vol. 1, n. 22.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. A produção social da sexualidade – Desconstrução do fundamento existencialista. In. BARROS, Ana Maria de, DUARTE, Ana Maria Tavares, SILVA, Risonete Rodrigues da, BAZANTE, Tânia Maria Goretti Donato (Orgs). **Educação, política e direitos humanos diálogos emancipatórios** (Volume 3). Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; CARVALHO, José Ivanildo Felisberto de; SILVA FILHO, Mario da. Pedagogia queer, gestão escolar e fissuras da heteronormatividade. In. SEFFINER, Fernando; CAETANO, Marcio (Org). **VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH**, Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2016.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normatização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150 – 182, jan / jun. 2009.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: uma nota para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 32, Nº 3, 2017.

MOURA, Fernanda Pereira de; SALLES, Diogo da Costa. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Revista Periódicus**, 1(9), 136–160. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i9.25742>, 2018.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; SILVA, Maria Amanda Micaely Pinheiro da. Questões de gênero e sexualidade no espaço público educacional tendo como eixo de debate a disciplina de Ensino Religioso em Escolas de Recife. **ETD-Educação Temática Digital Campinas**, SP [864] v.20 n.4 p. 864-886 out./dez. 2018.

OLIVEIRA, Ana. Caroline. Amorim.; PEREIRA, Amanda. Gomes.; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. A gramática do sujeito: identidades, desejo e racismo em Judith Butler, Lélia Gonzalez e Grada Kilomba. In **Poliética. Revista de Ética e Filosofia Política**, v. 8, n. 2, p. 338-360, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8. Ed. Campinas: Pontes, 2009.

PAIVA, André Luiz dos Santos. Desontologização do sujeito generificado e a metafísica da substância: diálogos de Butler com Nietzsche. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa – BA, v. 22, n. 1, p. 130 – 143, fevereiro, 2022.

POCAHY, Fernando Altair; DORNELLES, Priscila Gomes. Problematizando Gênero e Sexualidade em interlocução com educadoras/res de uma Escola Confessional-Filantrópica. **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro: v. 3, n. 1, Jan / Abr., 2019.

PUEBLA, Sandy Carolina Aspiazu; VACAS, Carolina Verónica Páez. *Sexualidad, Cuerpo y Educación. Acercamientos al currículo oculto de Educación Sexual en un Colegio Privado Religioso en la Ciudad de Quito en el período 2015 – 2016*. **Revista del Instituto de Investigaciones em Educación**. Resistencia, Chaco. Argentina, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro 2005 (p. 107-130).

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012, p.17-44.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do pensamento educacional brasileiro: franciscanismo e jesuitismo na educação brasileira**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; MEISSE, Maria Carolina; CARVALHO, Fabiana Aparecida; QUEIROZ, Leonardo Cordeiro de; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. Escola sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. **Linhas Críticas**, 27, e35543. <https://doi.org/10.26512/lc27202135543>, 2021.

SARA, Salih. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Traduções e notas, Guacira Lopes Louro. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SEPULVEDA, Denise; SEPULVEDA, José Antônio. Laicidade do Estado e da Educação: Valorizando as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas públicas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 91-105, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Homossexualidade e Preconceito**. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/08/262050.shtml>>. Publicado 27.08.2003.

SCOTTO, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, p. 71 – 99, Jul / dez, 1995.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; PARREIRA, Fátima Lúcia Dezope; LISSI, Christian Bianchi. Sexualidade e religião: reflexões que cabem à educação escolar. In. RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Orgs). **Debates Contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

SILVA, Luiz Gustavo Teixeira da. Laicidade do Estado: dimensões analíticas – conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 21, n. 51, maio-ago 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu *et al.* **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2013.

SOBRAL, M. N. Estudos comparativos em educação: análise de discurso em Foucault. In **Metáfora Educacional**, n. 15, p. 171-184, 2013.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

VAGGIONE, Juan Marco. A Política da Dissidência: O Papel de Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina. In. JURKEWICZ, Regina Soares (Org). **Entre dogmas e direitos: religião e sexualidade**. 1ª edição, Jundiaí: Maxprint, 2017.

VATICANO. Comissão Teológica Internacional. **Comunhão e serviço: a pessoa humana criada à imagem de Deus**. Roma: 2004.

VATICANO. Carta Circular n. 520. **Aos Presidentes das Conferências Episcopais sobre o Ensino da Religião na Escola**. Roma:2009.

VATICANO. **Mensagem do Papa Francisco para o lançamento do Pacto Educativo Global**. Vaticano: Roma, 2019.

VATICANO. **A identidade da escola católica para uma cultura do diálogo**. Roma:2022.

VEIGA – NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WAINERMAN, Cataline; CHAMI, Natalia. *Sexualidad y escuela. Perspectivas programáticas posibles*. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, 22 (45). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n45.2014>. Artículo publicado originalmente en: Revista de Política Educativa, Año 1, Número 1, UdeSA-Prometeo, Buenos Aires, 2009.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas(de) coloniales de nuestra época**. Quito: Abya-Yala, 2009.

WIELAND, Raquel; KLEIN, Remi. A importância do estudo de gênero e diversidade na educação cristã. **Anais do Salão de Pesquisa da Faculdade EST**. São Leopoldo: EST, v.15, 2016.

Anexo I
ROTEIRO DAS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Perguntas de ordem mais objetivas

Identificação da pessoa candidata:

- 1º - Qual nome devo utilizar para lhe chamar?
- 2º - Nome do curso de graduação, local e ano da obtenção do título:
- 3º - Quantos anos de trabalho no campo da educação?
- 4º - Qual sua religião?
- 5º - Qual sua raça?
- 6º - Qual sua idade?
- 7º - Qual sua identidade de gênero?
- 8º - Nível de instrução dos seus pais e cônjuge (caso tenha):
- 9º - Indique as atividades de trabalho de seus pais e cônjuge (caso tenha):
- 9º - Renda familiar :
- 10º - Caso tenha irmãos: indique, sexo, idade, escolaridade, cargo ou função que exercem (exerceram):

Perguntas de ordem mais Subjetiva

11. Como está sendo para você a experiência de está ministrando aulas?
- 12º - Como está sendo para você a experiência de está ministrando aulas em uma Instituição Católica?
- 13º - Quando você se reconheceu como pessoa homossexual?
- 14º - Há diferenças na Escola Confessional em relação a Escola Laica no fato de um docente ser homossexual?
- 15º - Há diferença para você como homossexual em trabalhar numa escola Confessional?

16° - Quais perguntas escutas com mais frequência dos que fazem a Escola sobre seu gênero e sobre sua sexualidade/orientação sexual?

17° - Quais são principais desafios em ser homossexual e ser docente?

18° - Quais são os seus desafios em ser homossexual e ser docentes numa escola Confessional?

19° - Quais estratégias utiliza para ser reconhecido e respeitado como homossexual?

20° - Quais sentimentos remetem quando não reconhecem ou invisilizam o seu gênero e sua sexualidade?

21° - Quais políticas públicas são utilizadas para promover a inclusão de gênero e sexualidade na escola?

22° - Já sofreu violência nesta Instituição? Como foram essas situações? (Quem foi o causador? Quais?) Se possível dê exemplo.

23° - Como você lidou para enfrentar essas violências?

24° - Como a Instituição se posicionou diante dessas violências?

25° - Como seus colegas de profissão se posicionaram?

26° - Que estratégias você usa para ultrapassar/enfrentar essas violências?

27° - Na escola, já aconteceu casos de um aluno ou aluna enfrentar preconceitos e discriminação por ser gay ou lésbica na escola?

28° - E no caso de um aluno ou aluna ter sofrido essa violência, o que a escola fez? O que os docentes fizeram? O que a equipe gestora fez?

29° - Quais desafios encontrados na Escola Católica em relação ao gênero e à sexualidade não normativos(acho que vc precisa explicar o que seria não normativo para seus entrevistados)?

30° - Você percebe que a Igreja tem fortalecido a inclusão na Escola? Por que? Quais os principais desafios que a Igreja enfrenta ao lidar com a temática da equidade de gênero e da diversidade sexual?

31° - Como os professores e outros profissionais da Escola tratam a sua homossexualidade?

32° - Quais espaços da escola existe mais reconhecimento da homossexualidade e quais espaços são mais difíceis esses reconhecimentos? Por quê?

33° - Que avanços e retrocessos percebes sobre essa temática de gênero e sexualidade na Escola Confessional?

34° - Como tens percebido essa ofensiva por parte de setores religiosos, políticos e sociais em conter o avanço de políticas voltadas a garantir e ampliar a educação para a sexualidade no espaço da escola?

35° - Tens promovido em tuas aulas ou no teu fazer dentro da Escola a discussão sobre gênero e sexualidade?

36° - Como podemos propor um trabalho pedagógico pensando, hoje, na categoria de gênero e diversidade sexual, na Escola Católica?

37° - Como traçar estratégias para abordar temas como gênero e sexualidade no espaço escolar?

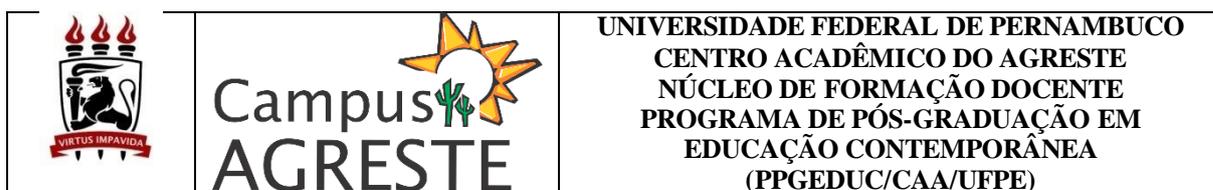
38° - Você acredita que a religião pode, deve ou não deve intervir na educação, mesmo que isso signifique a exclusão de muitas pessoas que não se identificam com a heterossexualidade?

39° - O que poderia ser interessante em fazer caso algum aluno ou aluna for vítima de preconceito em relação à sua orientação sexual dentro da escola? Colega

40° - Quais impactos positivos e negativos acreditas que esta pesquisa poderá implicar na Educação Confessional? Por que?

41° - Há alguma coisa que nós não falamos antes e queiras comentar neste momento que seja importante sobre o que conversamos?

Anexo II



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)**

Convidamos você _____, para participar como voluntário (a) da pesquisa: “A construção das diferenças na Educação Católica: gênero e sexualidade em uma escola confessional”. Esta pesquisa é da responsabilidade do (a) pesquisador (a) **Luiz dos Santos Mattos Júnior**, endereço: **Rua Cabo, nº 96, Boa Vista I, Caruaru – PE, 55.038 - 300**, telefone: (81) 99935 9616. email: mattos.junior@ufpe.br, sob a orientação do Prof^o. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (PPGEDUC – UFPE).

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa anterior a publicação, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- O objetivo principal da pesquisa é compreender as principais iniciativas (avanços e recuos educacionais) e vivências da Educação Confessional Católica ao tratar sobre gênero e sexualidade na educação cristã da cidade de Caruaru – PE.
- Será realizada uma entrevista presencial e individualmente com você, sobre sua compreensão sobre as temáticas de gênero e sexualidade na educação cristã.
- Você não pagará ou receberá nada para participar deste estudo, pois sua participação é voluntária. A participação neste estudo não tem objetivo de tratamento e será sem custo algum para você. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento com transporte e alimentação).
- A entrevista será realizada na instituição escolar que você trabalha, em lugar privativo. Será sob a forma de entrevista gravada ou escrita, com sua autorização, para fins da pesquisa.
- Caso aconteça algum mal-estar diretamente decorrentes da pesquisa, você receberá apoio profissional.
- Você tem a liberdade de desistir ou interromper a colaboração neste estudo no momento que desejar, sem necessidade de dar qualquer explicação. A desistência não lhe causará nenhum prejuízo e nem interferirá no atendimento que você recebe na instituição.
- Todas as informações deste estudo são confidenciais. Seu nome ou qualquer dado que possa identificá-lo não será publicado na divulgação dos resultados. Pessoas que fazem parte da equipe da pesquisa poderão ter acesso aos seus registros. Esse acesso será utilizado para realizar, acompanhar a pesquisa e analisar os dados obtidos. As normas brasileiras que o protegem serão respeitadas.
- Os dados coletados nesta pesquisa através das entrevistas gravadas, ficarão armazenados em computador institucional sob a responsabilidade do pesquisador responsável, no endereço da UFPE, acima informado, pelo período de máximo de 5 anos após o término da pesquisa.
- Você tomará conhecimento dos resultados ao final deste estudo, onde estaremos lhe enviando uma cópia do escrito por e-mail.

Riscos: É possível que você sinta algum desconforto ou constrangimento ao falar sobre alguma das temáticas propostas no estudo, para evitar que ocorra qualquer trauma, adotaremos uma postura acolhedora e garantimos a

possibilidade de desistência do estudo.

Benefícios: Os potenciais benefícios da pesquisa para você estão na possibilidade de elevar sua autoestima, dada a importância de sua fala para as conclusões da pesquisa e para contribuir com propostas de políticas públicas, voltadas para a temática, e a promoção de equidade social e da democracia e pluralidade da instituição escolar.

Caso você concorde em participar, nós lhe daremos duas cópias iguais deste termo com seus dados pessoais. Você deverá rubricar todas as folhas e assinar no final, nós faremos o mesmo, você ficará com uma cópia e a outra ficará conosco.

Este Termo de Assentimento foi elaborado respeitando as regras da Resolução CNS nº 510/2016.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (**Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br**)

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Anexo III



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA
(PPGEDUC/CAA/UFPE)**

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, fui suficientemente esclarecido a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo **“A construção das diferenças na Educação Católica: gênero e sexualidade em uma escola confessional”** e não tenho dúvidas.

Eu conversei com o(a) pesquisador(a) sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os objetivos do estudo, o que vão fazer comigo, os desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade. Ficou claro também que minha participação não trará despesas e que nada será pago para mim ou para meus pais.

Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e Data: _____

Assinatura do(a) participante

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

